

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/348502014>

MEMÓRIA DAS OLIMPÍADAS NO BRASIL: DIÁLOGOS E OLHARES

organizadores LIA CALABRE EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL MAURÍCIO SIQUEIRA VIVIAN FONSECA

Book · January 2017

CITATIONS

0

READ

1

4 authors, including:



[Vivian Fonseca](#)

Fundação Getulio Vargas and Rio de Janeiro State University

9 PUBLICATIONS 16 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Capoeira sou eu: memória, identidade, tradição e conflito [View project](#)



Esporte também é patrimônio - memória esportiva dos bairros cariocas [View project](#)

MEMÓRIA DAS OLIMPÍADAS NO BRASIL: DIÁLOGOS E OLHARES

organizadores

LIA CALABRE

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL

MAURÍCIO SIQUEIRA

VIVIAN FONSECA

I

MEMÓRIA DAS OLIMPIADAS NO BRASIL: DIÁLOGOS E OLHARES

I

organizadores

LIA CALABRE

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL

MAURÍCIO SIQUEIRA

VIVIAN FONSECA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MICHEL TEMER

MINISTRO DA CULTURA
SÉRGIO SÁ LEITÃO

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

PRESIDENTE
MARTA DE SENNA

DIRETOR EXECUTIVO
ANTONIO HERCULANO LOPES

DIRETORA DO CENTRO DE PESQUISA
JOËLLE ROUCHOU

CHEFE DO SETOR DE PESQUISA EM POLÍTICAS CULTURAIS
LIA CALABRE

CHEFE DO SETOR DE EDITORAÇÃO
BENJAMIN ALBAGLI NETO

PROJETO GRÁFICO DO MIOLO E DA CAPA
GLÓRIA AFFLALO (A+A DESIGN)

PRODUÇÃO EDITORIAL
GARAMOND

PREPARAÇÃO E REVISÃO
MARIA CLARA JERONIMO

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO EDITORIAL (FCRB)
ROWENA ESTEVES

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO EDITORIAL (FCRB)
IOHANNA SANCHES

M533 Memória das olimpíadas no Brasil [recurso eletrônico]: diálogos e olhares, 1 / organizadores Lia Calabre... [et al.]. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

Organizadores: Lia Calabre, Eula Dantas Taveira Cabral, Maurício Siqueira e Vivian Fonseca.

Ebook em formato PDF.

ISBN 978-85-7004-358-0

1. Jogos Olímpicos (31. : 2016 : Rio de Janeiro, Brasil) – Aspectos sociais. I. Calabre, Lia, org. II. Cabral, Eula Dantas Taveira, org. III. Siqueira, Maurício, org. IV. Fonseca, Vivian, org.

CDD 796.480981

SUMÁRIO

PREFÁCIO LIA CALABRE	7
APRESENTAÇÃO EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL	11
O REGISTRO DE UMA MEMÓRIA EM MOVIMENTO: O DESAFIO ACERCA DA RIO 2016 CARLA SIQUEIRA E VIVIAN FONSECA	16
PELA MEMÓRIA DA CIDADE ESPORTIVA: O RIO DE JANEIRO E AS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS INTERNACIONAIS JOÃO MANUEL CASQUINHA MALAIA SANTOS	21
ESPORTE E MODERNIDADE: O CASO DO RIO DE JANEIRO – UMA ABORDAGEM PANORÂMICA VICTOR ANDRADE DE MELO E FABIO DE FARIA PERES	42
POLÍTICA CULTURAL, JOGOS OLÍMPICOS E OS VALORES DA CRIATIVIDADE E DA DIVERSIDADE ALEXANDRE BARBALHO	54
ENTRE GAUDÍ E O DRAGÃO CHINÊS: A EXPERIÊNCIA OLÍMPICA RIO 2016 GILMAR MASCARENHAS	74
SOBRE VAIAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO JOGO POLÍTICO (POLITICAL GAME) E DA BRINCADEIRA POLÍTICA (POLITICAL PLAY) VIKTOR CHAGAS	96
MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, OPINIÃO PÚBLICA E MÍDIA: UM BALANÇO DA COBERTURA MIDIÁTICA E DAS PESQUISAS QUANTITATIVAS SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016 BERNARDO BUARQUE, JIMMY MEDEIROS E LUIGI BISSO	115
A MUSEOLOGIA QUE NÃO SERVE PARA A VIDA, NÃO SERVE PARA NADA: O MUSEU DAS REMOÇÕES COMO POTÊNCIA CRIATIVA E POTÊNCIA DE RESISTÊNCIA MARIO CHAGAS E DIANA BOGADO	139
RESISTÊNCIA, PELO DIREITO, HISTÓRIA E MEMÓRIA SANDRA MARIA TEIXEIRA	147
O IMPACTO DOS MEGAEVENTOS E DA MILITARIZAÇÃO NA VIDA FAVELADA GIZELE DE OLIVEIRA MARTINS	165

PREFÁCIO

LIA CALABRE*

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.
(Jacques Le Goff. *História e memória*.)

O projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações” começou a ser construído no primeiro semestre de 2015. O objetivo desse pequeno texto, um misto de apresentação complementar e de registro de memória, é reconstituir parte do processo, mesmo sabendo que corremos os riscos dos esquecimentos – tratando aqui a memória como “uma propriedade de conservar certas informações”, como nos ensina Jacques Le Goff.¹

No primeiro semestre de 2015, o Ministério da Cultura – MinC –, sob a gestão do ministro Juca Ferreira, iniciou estudos técnicos e discussões sobre o lugar da cultura no processo de elaboração e realização dos Jogos Olímpicos. Afinal, esta não seria somente a primeira Olimpíada no Brasil, seria a primeira da América do Sul. A temática ganhou destaque, sendo criado um comitê executivo dentro do MinC para tratar do assunto, envolvendo todas as secretarias e instituições vinculadas.

O governo federal, na segunda gestão do presidente Lula, havia se empenhado para que o país vencesse as disputas internacionais e que a cidade do Rio de Janeiro fosse eleita a sede dos Jogos da XXXI Olimpíada e dos Jogos da XV Paralimpíada. A eleição ocorreu em 2009, tendo o Brasil como vencedor. Ainda que naquela época não se tenha aprofundado uma discussão sobre o lugar da cultura na preparação e realização dos jogos, não podemos deixar de destacar o fato de que Juca Ferreira era o então ministro da Cultura. Por outro lado, a ação do Ministério da Cultura, na realização da Copa do Mundo, em 2014, na avaliação de muitos especialistas e de alguns de seus membros, tinha sido muito tímida. Segundo parte desses analistas, o país havia desperdiçado uma boa oportunidade de apresentar ao mundo a diversidade e a potência das múltiplas manifestações

* Doutora em História-UFF, pesquisadora e chefe do Setor de Estudos de Políticas Culturais da FCRB; presidente da FCRB 2015-2016. E-mail: liacalabre@rb.gov.br.

1 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. p. 423.

culturais nacionais, seja no campo das culturas tradicionais, seja no das artes contemporâneas.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos se apresentava, então, como uma nova oportunidade para o campo da cultura. Pois, com os olhares das mais diversas regiões do mundo e, mesmo, de todo o país, voltados para o Brasil e mais especificamente para o Rio de Janeiro: por que não aproveitar o momento para divulgar as manifestações culturais e artísticas brasileiras, contando com os aparatos das mídias nacionais e internacionais que aqui se instalariam?

Dentro dessa perspectiva, o Ministério da Cultura provocou suas instituições vinculadas, conjunto do qual faz parte a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a se engajarem no projeto, propondo atividades ligadas à natureza da missão institucional de cada uma delas. Nesse sentido, a Casa de Rui, inicialmente, dedicou-se ao planejamento de uma série de encontros e seminários – que resultou na realização do ciclo de palestras Educação e Esporte; na edição especial da série História e Culturas Urbanas, denominada “Rio olímpico, Rio dos esportes”; e do “Olimpíadas vão ao cinema”, ciclo de filmes e debates, que contou com a parceria do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. Foi ainda realizada a exposição “Rio de Janeiro: cidade esportiva, cidade olímpica – imagem dos esportes nas revistas ilustradas”, construída a partir do acervo de revistas ilustradas da FCRB.

Porém, faltava algo. Havia da parte de alguns parceiros interlocutores do MinC, que atuavam na Autoridade Pública Olímpica, uma preocupação com a perda da memória das Olimpíadas. Não no campo especificamente esportivo, mas no da engenharia e da *expertise* construída, necessárias para a realização de um evento de tal magnitude, envolvendo múltiplas instâncias públicas e privadas, em uma cidade complexa e já internacionalmente famosa como o Rio de Janeiro. Como criar condições para a realização de estudos posteriores sobre o evento? Como fornecer elementos para a ampliação das análises futuras sobre os legados que não partisse apenas dos documentos e discursos oficiais previamente selecionados para tal? Pois, como nos alerta Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.²

2 Ibid., p. 426.

Nesse universo onde transitam as questões em torno da preservação da memória e da pesquisa, a FCRB foi estimulada a elaborar um projeto complementar que, dialogando com a própria missão institucional, permitisse que um conjunto de informações e dados pudessem ser coletados e produzidos, servindo de fonte para futuras análises sobre o processo, a partir de variadas fontes e diversos atores sociais envolvidos com o evento.

Ao longo do ano de 2015, as discussões foram evoluindo e foi sendo construído o desenho de um projeto dedicado à memória das Olimpíadas, mas que recuperasse os processos e as ações. A ideia é que documentos de uma maneira geral, notícias da imprensa nacional e internacional, dados e informações gerais, pudessem ser coletados e reunidos numa base de dados (um repositório) acessível por meio de um site específico. A esses dados produzidos pelos mais diferentes meios seriam somados depoimentos coletados por meio da metodologia de história oral. Aqui, devemos abrir um parêntese e ressaltar a importância da parceria do CPDOC, através de um contrato de serviço, mas que se estendeu para muito além do mesmo, desdobrando em parceria para a realização de atividades extras. Soma-se ainda nesse processo a parceria da equipe da Autoridade Pública Olímpica, que além do incentivo junto ao MinC nos forneceu informações e contatos fundamentais para a etapa das entrevistas de história oral.

Entre fevereiro e março de 2016, foi formatado o projeto “Preservação da memória dos Jogos Olímpicos”, que tinha como objetivo, como consta no termo de referência assinado entre o MinC e a FCRB: “a preservação e a produção de um conjunto documental de amplo espectro, relacionado desde o processo de construção do projeto de sediar o evento no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, ao momento de realização dos Jogos Olímpicos”. O projeto foi alicerçado em três eixos: cultura, esporte e cidade, tendo como fio condutor a preservação da memória.

Entre o início do projeto, seu desenvolvimento e a realização das Olimpíadas, a situação política do país passou por várias reviravoltas, instaurando-se uma conjuntura de grave crise político-institucional. Articulações orquestradas por determinados grupos políticos resultaram no *impeachment* da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff. O afastamento inicial da presidenta ocorreu em maio de 2015, seguido, imediatamente, pelo pedido de exoneração do ministro da Cultura Juca Ferreira (entre outros) e seus secretários. Tal registro se faz importante nesse momento pois, no caso da cultura especificamente, tais alterações tiveram um impacto completamente desastroso no desdobramento das ações – estamos tratando aqui de toda a programação e atividades que

estavam sendo planejadas pela equipe que se exonerou. No desdobramento de tal conjuntura para o projeto, podemos destacar em primeiro lugar o fato de que o tripé perdeu um pouco o equilíbrio e as atividades culturais tiveram seu papel significativamente diminuído, sobretudo no sentido do que estava sendo planejado. Em seguida, tivemos um atraso considerável nas agendas das entrevistas. A crise político-institucional provocou atrasos nos calendários na etapa preparatória do evento em si e se desdobrou na sobrecarga de trabalho final, deixando os principais atores com pouco tempo disponível para as entrevistas solicitadas pelo projeto. Nesse último caso, tudo veio se arranjando.

A presente publicação é o primeiro de dois volumes que estarão disponíveis para pesquisadores e interessados em geral no tema. Esperamos que os temas aqui tratados contribuam para o enriquecimento desse largo campo de pesquisa.

Rio de Janeiro, dezembro de 2016.

APRESENTAÇÃO

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL*

O Brasil foi palco de mudanças e transformações em 2016. Na política, perdeu sua presidenta eleita, Dilma Rousseff, que sofreu *impeachment* e foi afastada no dia 31 de agosto de 2016, assumindo a presidência do país o seu vice, Michel Temer. No esporte, conseguiu realizar dois eventos de grande relevância no cenário internacional: Olimpíada e Paralimpíada. Ano em que a economia, a cultura e a sociedade sentiram o peso do que seria sediar os Jogos Olímpicos, que trouxeram benefícios para empresários e despejaram centenas de famílias pobres que moravam nos lugares estratégicos para os investimentos.

Não era isso, contudo, o que se esperava dos tão sonhados eventos olímpicos. O governo Lula, em 2009, com a vitória da candidatura do Brasil, prometera que seriam momentos felizes para os brasileiros. Sua sucessora e primeira presidente mulher do país, Dilma Rousseff, conduziu a Copa do Mundo de Futebol de 2014, mas não conseguiu abrir os Jogos Olímpicos de 2016. Dilma foi afastada. Temer assumiu. Dias difíceis no país, que ainda eram mascarados pelos grupos de comunicação, os quais não mostravam os protestos e as repressões que estavam acontecendo no solo brasileiro.

Para entender o que aconteceu no Brasil, como sede da Olimpíada e da Paralimpíada no Rio de Janeiro, a Fundação Casa de Rui Barbosa desenvolveu o projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. Objetiva-se, com ele, preservar e produzir um conjunto documental que abranja desde o processo de construção do projeto de sediar o evento no Brasil até a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Busca-se, ainda, preservar a memória do processo de construção de um projeto de cidade olímpica no país, registrando-se e

* Tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Comunicação Social. É uma das coordenadoras-gerais do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. É professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e trabalha com pesquisas e projetos no Setor de Políticas Culturais da FCRB. Atua na área de Economia Política da Comunicação, Cultura e Informação. E-mail: eulacabral@gmail.com.

produzindo-se análises sobre o impacto do evento para a cidade do Rio de Janeiro e para o país, a partir de três eixos temáticos: esporte, cultura e cidade.

Com o grande desafio e vivendo um momento crítico na política do país, o projeto, a partir do financiamento do Ministério da Cultura, com três coordenadores-gerais, 21 bolsistas e uma pesquisadora do CPDOC, conseguiu fazer registros imagéticos, documentais e orais, reunindo, sistematizando e produzindo informações que servirão de fonte para novos estudos, disponibilizadas em eventos, livros, portal e diretório de pesquisa.

Como fruto deste projeto, este livro traz reflexões de pesquisadores que escreveram e expuseram suas análises nos eventos promovidos e realizados na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Carla Siqueira e Vivian Fonseca, coordenadoras do eixo “Memória” do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, mostram o desafio de construir o acervo de história oral do projeto e como foi registrar depoimentos de pessoas que se envolveram diretamente no processo dos Jogos Olímpicos. É o caso do presidente em exercício da Autoridade Pública Olímpica (APO), Marcelo Pedrosa, que falou sobre o *know-how* que os brasileiros têm na organização de megaeventos.

Para entender o porquê da escolha da cidade do Rio de Janeiro para ser a sede dos Jogos Olímpicos no Brasil, o livro apresenta três pesquisas de cientistas brasileiros. A primeira é de João Manuel Casquinha Malaia Santos: “Pela memória da cidade esportiva: o Rio de Janeiro e as competições esportivas internacionais”. Santos mostra que a escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos não foi à toa, uma vez que a cidade tem histórico de realização de grandes eventos esportivos. É o caso dos Campeonatos Sul-Americanos de Futebol (1919, 1949 e 1989), Jogos Sul-Americanos (1922 e 2002), Jogos Pan-Americanos (1963 e 2007), Jogos Mundiais Militares (1922 e 2011), Jogos Mundiais Universitários – Universidade (1963), Copas do Mundo de Futebol (1950 e 2014) e os Jogos Olímpicos (2016). O objetivo é analisar como foram os eventos a partir da contextualização histórica, contribuindo “para construção da memória e para a compreensão do Rio de Janeiro como uma cidade esportiva”.

Victor Andrade de Melo e Fabio de Faria Peres, no capítulo “Esporte e modernidade: o caso do Rio de Janeiro – uma abordagem panorâmica”, analisam “a relação entre a conformação do fenômeno esportivo e a adesão ao ideário e imaginário de modernidade na cidade do Rio de Janeiro”. Mostram o Rio como marco no Vice-Reinado (a partir de 1763), no Império Português (1808), no Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves (1815), no Brasil monárquico independente (1822) e

na República (1889). E como manteve-se influente no cenário nacional, mesmo perdendo seu papel de capital do país. A investigação dos pesquisadores verifica, ainda, como o esporte influenciou a cidade. A análise é dividida em cinco partes: 1. primeiros impulsos de modernização: o turfe; 2. novos impulsos de modernização: o remo; 3. a consolidação da nação: o futebol; 4. reflexos da industrialização: os esportes na natureza; 5. caminhos da globalização: os megaeventos.

A terceira pesquisa é “Entre Gaudí e o Dragão Chinês: a experiência olímpica Rio 2016”. Com autoria do pesquisador Gilmar Mascarenhas, faz uma análise comparativa entre o Rio de Janeiro, Barcelona e Pequim, levando à reflexão de qual cidade olímpica foi produzida no Brasil, a partir dos caminhos escolhidos e seu diálogo com a experiência internacional. Mascarenhas parte das “verticalidades e horizontalidades¹ imbricadas na produção e gestão do espaço urbano das cidades-sede”. Ou seja, analisa o posicionamento do Comitê Olímpico Internacional, das federações nacionais, das empresas patrocinadoras e da mídia nas cidades e países que sediam os Jogos Olímpicos, com os modelos impostos que se traduzem em exigências e determinações. Ao mesmo tempo, como esses lugares, “com suas singularidades e dinâmicas próprias, acolhem ou enfrentam tais exigências, no processo de fabricação dos projetos olímpicos e no tecer das políticas urbanas, no contexto das tensões sociais localmente vividas”.

Diante de um cenário imposto à realidade carioca, era preciso ir mais longe. O pesquisador Alexandre Barbalho analisa a construção simbólica dos Jogos Olímpicos a partir das políticas culturais. Seu capítulo “Política cultural, Jogos Olímpicos e os valores da criatividade e da diversidade” leva em consideração os conceitos: 1. políticas e ações culturais (*cultural politics*) e 2. políticas públicas para o setor (*cultural policy*), uma vez que, para o autor, assim é possível entender agentes, interesses, disputas e valores. Sua tese é que “os valores ‘criatividade’ e ‘diversidade’, tratados quase que como sinônimos, permeiam os dois níveis e lhes dão legitimidade e operacionalidade”.

Também não se pode ignorar as reações da população nas ruas e redes sociais. Como analisar e entender as vaias e manifestações das pessoas contra comportamentos estranhos de políticos e atletas durante os Jogos Olímpicos? Viktor Chagas, em seu artigo “Sobre vaias: considerações acerca do jogo político (*political game*) e da brincadeira política (*political play*)”, analisa as culturas políticas e as relações sociais, levando em consideração a conexão entre política e outros campos de pesquisa. Analisa ainda a “distância entre o jogo político e a

1 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

ação de jogar (ou brincar de) política” e como os comentários das mídias sociais configuram a conversação cotidiana, entrelaçando esporte e política.

Chagas verifica a aproximação do comportamento do militante político e do torcedor, dos acontecimentos ocorridos durante os Jogos Olímpicos, como as vaias recebidas pelo atleta francês Renaud Lavillenie, na disputa final do salto com vara, assim como as manifestações populares e as vaias contra o governo do presidente Michel Temer. Utiliza como método a análise de conteúdo e a de redes sociais, a partir do mapeamento de comentários no Twitter. Parte das hipóteses de que “(H1) a vaia a Lavillenie foi transfigurada como um acontecimento político-esportivo de grande relevância para as interações cotidianas entre cidadãos conectados, e (H2) os comentários que se deram a partir do episódio estimularam uma reflexão sobre a cultura política brasileira”.

Mas, será que a população realmente se posicionou ou foi manipulada pela mídia, deixando de lado os problemas enfrentados nos campos políticos, sociais e econômicos? Como os Jogos Olímpicos foram percebidos pela população, diante de um cenário tão caótico no Brasil?

Para tentar entender um pouco sobre o quadro apresentado, Bernardo Buarque, Jimmy Medeiros e Luigi Bisso refletiram sobre “Megaeventos esportivos, opinião pública e mídia: um balanço da cobertura midiática e das pesquisas quantitativas sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016”. Os objetivos da pesquisa foram verificar as percepções da população brasileira sobre o significado das Olimpíadas e “entender o valor atribuído pelos meios de comunicação a determinados aspectos do evento, em especial os relativos à organização e à preparação”.

A pesquisa leva em consideração o imaginário histórico-esportivo da cidade do Rio de Janeiro, “com destaque para a introdução e a difusão dos esportes modernos” e para “a relação assimétrica entre o futebol profissional, de um lado, e os esportes amadores, de outro”. Faz um panorama da realização dos Jogos, no mês de agosto de 2016, contextualizando com a repercussão e “falação esportiva”; “apresentação de dados opinativos registrados pelos principais órgãos de opinião pública”, a partir das “mensurações estatísticas divulgadas por reconhecidos institutos”; os dados selecionados pela mídia para registrar e informar o dia a dia olímpico, a partir de informações tipificadas como “positivas”, “negativas” e/ou “neutras”. Os pesquisadores acompanharam o registro das oscilações valorativas do público sobre positivities e negatividades dos Jogos.

Mesmo levando em consideração a mídia e o público, os Jogos Olímpicos excluíram e removeram famílias que viviam nos locais que se transformaram em arenas e palco de vitórias e medalhas. Para entender um pouco essa realidade, os

pesquisadores Mario Chagas e Diana Bogado refletiram sobre o tema no capítulo “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência”. Os objetivos da pesquisa são “abordar e registrar (ainda que de modo singelo) o poder da memória, a contramemória, a memória como um dispositivo de resistência e luta, a memória contra-hegemônica e o museu como possibilidade e prática social de profanação”. Os pesquisadores trabalham com o fortalecimento do “diálogo *com* e o exercício de uma nova imaginação poética (potência de criação) e também política (potência de resistência) em articulação com os movimentos sociais e com a afirmação da arte, da filosofia e da ciência colocadas a favor da celebração da potência da vida”. Mostram como os moradores da Vila Autódromo foram afetados pelo projeto olímpico que, “à revelia dos cidadãos cariocas, implantou-se de cima para baixo na cidade do Rio de Janeiro”.

Registros que trarão a você, leitor, o retrato de como megaeventos esportivos internacionais não são sinônimos apenas das mensagens de esperança, amor e união divulgadas no cenário internacional. Na verdade, podem mascarar os jogos políticos, econômicos, sociais e culturais que são camuflados durante o período em que o país-sede fica na mira da mídia.

Boa leitura!

O REGISTRO DE UMA MEMÓRIA EM MOVIMENTO: O DESAFIO ACERCA DA RIO 2016

CARLA SIQUEIRA* E VIVIAN FONSECA**

Para discutirmos aqui a proposta de registrar a memória das Olimpíadas e Paralimpíadas, é preciso lembrar, antes de mais nada, sua grande capacidade simbólica, ou seja, a sua potencialidade enquanto evento produtor de uma forte memória coletiva. Um rápido exercício de rememoração nos traz imagens emblemáticas, quais sejam: a lendária apresentação da ginasta romena Nadia Comaneci nos Jogos Olímpicos de Montreal em 1976; o gesto político dos atletas americanos Tommie Smith e John Carlos nas Olimpíadas do México em 1968; o atentado terrorista ocorrido durante os Jogos Olímpicos de 1972, em Munique; ou, mais recentemente, a imagem do raio feita pelo fenômeno Usain Bolt, marcando suas sucessivas vitórias. Cenas esportivas e/ou políticas, para lembrar apenas algumas, que nos permitem pensar como esse evento, por sua dimensão, envolve aspectos diversos e produz impactos também variados. Devem-se destacar, ainda, as paixões que o fenômeno desportivo desperta ao redor do mundo em pessoas de distintas realidades sociais, econômicas, geopolíticas, geracionais etc. Nesse sentido, a memória em torno das Olimpíadas é plural. Some-se a ela todo o movimento paralímpico que, nas últimas décadas, vem alcançando maior expressividade na cena pública – ainda que em diversos países, como no Brasil, seja preciso avançar em discussões e políticas de acessibilidade. Não obstante, convém pensar também o quanto essas memórias são construídas e reconstruídas ao longo dos anos pela mídia, governos e sociedade civil, em seus processos de ênfase ou apagamento.

* Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio, instituição na qual é professora do Departamento de Comunicação. Coordenadora do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”. E-mail: carla.siqueira@uol.com.br.

** Doutora em História, Política e Bens Culturais pela FGV. Professora adjunta do Departamento de História da Uerj e pesquisadora do CPDOC/FGV. Coordenadora do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”. E-mail: vivian.fonseca@fgv.br.

O projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações” tem um objetivo específico: preservar, via constituição de um vasto acervo documental, a memória da organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, desde a candidatura do Rio de Janeiro à cidade-sede até a conclusão do evento, assim como as discussões de seus impactos e legados. Busca-se preservar a memória do processo de organização desse megaevento no Brasil, garantindo fontes de informações para futuros pesquisadores que se dediquem à análise do evento. A atividade central do projeto é a reunião, sistematização e produção de informações que servirão de fonte para esses estudos. Então, o que estamos guardando? Notícias, documentos produzidos por distintas esferas governamentais, fotografias, vídeos, legislação e trabalhos acadêmicos, entre outras fontes de informação e de análise. A ideia é “cercar” o assunto por diferentes caminhos, por diferentes perspectivas. Nesse mesmo sentido, o projeto também se dedicou a gravar os depoimentos de atores envolvidos no processo de organização dos Jogos Rio 2016. As informações, os documentos e os registros orais coletados ficarão à disposição de pesquisadores e do público em geral, em um portal criado especificamente para tal finalidade.

Fazer o registro de uma memória que está em movimento é um desafio. É certo que toda memória está em constante processo de mudança. A memória é sempre uma produção a partir do presente,¹ e nesse sentido é reconstruída a cada novo instante. Mas, nesse caso, gostaríamos de ressaltar que o que constituiu nosso desafio foi lidar com um fato recente, cercado de intensas disputas narrativas (o projeto foi realizado entre junho a dezembro de 2016, e os Jogos Rio 2016 aconteceram entre agosto e setembro do mesmo ano). Então, trata-se de memória em movimento não só porque é uma memória que ainda está se constituindo, como também pelo fato de que seu significado vem sendo alvo de muitos questionamentos.

“Os megaeventos esportivos apresentam-se como um espaço privilegiado no âmbito da produção da memória cultural, podendo deixar legados significativos, desde que sejam contextualizados no momento histórico, social e econômico que ocorrem”, escreveram Christian Wacker e Marcia de Franceschi Neto-Wacker.² Trabalhando simultaneamente à realização da Rio 2016, e logo, mergulhados no mesmo contexto histórico, o desafio do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações” foi coletar uma diversidade de fontes e olhares sobre o evento.

1 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*.

2 WACKER, Christian; NETO-WACKER, Marcia de Franceschi. A produção da memória nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e Copa do Mundo de Futebol de 2006 na Alemanha.

Gilmar Mascarenhas, em seu texto “A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário”,³ oferece-nos uma visão da disputa discursiva e de modelos hoje existente em torno das Olimpíadas:

Recorrendo ao poderoso e clássico simbolismo do esporte como fator de saúde, regeneração humana e união dos povos, o olimpismo investe na produção de narrativas que aliam esse simbolismo discursivo às promessas mais recentes (das últimas três décadas): promoção global da imagem urbana, atração de turistas e capitais estrangeiros, produção de sinergias, geração de empregos, aumento da autoestima cidadã e diversos outros supostos benefícios devidos aos grandes eventos.

[...]

Todavia, outras realidades se impõem como contraponto ao discurso dominante. Desde os Jogos de Montreal (1976) e culminando com a faustosa edição de Atenas (2004), multiplicam-se os casos de elevado desperdício de recursos públicos, com endividamento e produção de legados altamente comprometedores. A rápida expansão da internet e suas redes sociais favorecem a difusão de imagens e informações que contestam radicalmente o atual discurso olímpico. E para agravar o quadro, a crise econômica pós-2008 acentuou a crítica ao modelo perdulário e monumental vigente no urbanismo olímpico.

O levantamento de fontes realizado pelo projeto buscou contemplar os diferentes atores, pautas, perspectivas e camadas de discurso. Nesse processo, vale destacar o trabalho de história oral, que registrou um conjunto significativo de depoimentos. Até o presente momento, dezembro de 2016, temos cerca de 60 horas gravadas com 27 depoentes distintos. Diferentemente do que ocorre com o restante do projeto que encerra grande parte de suas atividades nesse mês, a gravação de depoimentos seguirá sendo executada nos próximos meses, o que significa que essa contagem ainda aumentará.

Um aspecto importante é o fato de que os depoimentos nos abrem portas para informações não disponíveis em outros tipos de documentos. Por exemplo, as entrevistas com profissionais que estiveram envolvidos na organização da Rio 2016 revelam detalhes dos processos decisórios e dos bastidores da produção do evento. Além disso, revelam também a constituição de um *know-how* de organização de megaeventos esportivos no Brasil, que vem desde os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007, também realizados no Rio de Janeiro.

Em seu depoimento ao projeto, Marcelo Pedroso, presidente em exercício da Autoridade Pública Olímpica (APO), destaca não só esse *know-how*, mas como ele é um elemento importante na formação da imagem que se quer projetar do país, internacionalmente:

3 MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário, p. 58.

A gente sabe de nossa capacidade, mas as pessoas lá fora não sabem. [...] A entrega [das Olimpíadas] é um elemento fundamental para mostrar a nossa modernidade, por exemplo. Para mostrar que a gente tem capacidade, que a gente tem *know-how*, que a gente tem profissionais habilitados e comprometidos. [...] O mundo pode confiar na gente. A gente tem capacidade de fazer.⁴

Em relação ao processo de constituição do acervo de entrevistas de história oral, os depoentes foram pensados, *a priori*, a partir de sua interface com os três principais eixos de estruturação do projeto: esporte, cidade e cultura. Dessa maneira, dialoga diretamente com o esforço de pesquisa e sistematização das diversas fontes presentes no repositório digital do projeto, conforme mencionado anteriormente. À semelhança do que ocorre em diversos projetos de história oral, por mais que tivéssemos uma lista prévia de potenciais depoentes, à medida que começávamos a gravar e a avançar na pesquisa bibliográfica e de fontes, novos nomes começaram a ser somados à lista inicial.

Outra questão merece ainda destaque: a organização e realização de Jogos Olímpicos mobiliza uma grande variedade de temas, pautas, atores sociais. Era (e ainda é), portanto, desafiadora a proposta de constituir um acervo de história oral sobre o megaevento. Na mesma semana, muitas vezes, gravávamos entrevistas que versavam sobre temas os mais diversos: obras públicas e projeto urbanístico para a cidade, programação cultural para os Jogos, desenho e estruturação de políticas públicas esportivas, comunicação e assessoria de imprensa do evento etc. A pluralidade vem se colocando não apenas nos temas discutidos, mas também em relação aos atores sociais ouvidos: políticos e gestores públicos dos diferentes entes envolvidos na produção dos Jogos: representantes e funcionários do Comitê Organizador Rio 2016 e demais Comitês brasileiros, o Olímpico e o Paralímpico; da Autoridade Pública Olímpica; consultores do processo de candidatura formalizado em 2007 quando foi apresentado oficialmente o dossiê ao Comitê Olímpico Internacional e, também, a representantes da sociedade civil e movimentos sociais. Nesse momento, estamos focados em constituir um acervo de depoimentos sobre o processo de construção e realização da Rio 2016. Não estamos, portanto, propondo-nos a gravar entrevistas com os atletas que competiram nessa edição dos Jogos. Persiste, entretanto, o desejo de desdobrar esse projeto para outras áreas, como, por exemplo, procurando recuperar a experiência dos atletas brasileiros e estrangeiros nessas competições. Esses são apenas alguns dos desafios que têm se colocado para nossa equipe nesse processo.⁵

4 Entrevista de Marcelo Pedroso ao “Projeto memória das Olimpíadas: processos e ações”, em 30 de agosto e 13 de setembro de 2016. Entrevistadoras: Carla Siqueira e Vivian Fonseca.

5 Um balanço preliminar do processo de formação do Banco de Entrevistas de História Oral será discutido de maneira mais aprofundada em artigo a ser publicado no segundo volume desta coleção de autoria de ambas as pesquisadoras.

É interessante notar que um acervo de memória, construído com a preocupação de contemplar múltiplos olhares, irá com certeza propiciar variados usos. Vai permitir, por exemplo, uma visão do conhecimento acumulado em torno da organização de grandes eventos esportivos e uma avaliação do processo específico da Rio 2016, bem como a análise de seus impactos na cidade-sede. Desde o dossiê de candidatura do Rio de Janeiro, a palavra que sobressai no discurso oficial é a ideia de legado, no sentido dos ganhos para a cidade que seriam deixados pelos Jogos. Já no contradiscurso, como, por exemplo, no dossiê produzido pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas e em muitos estudos acadêmicos, a ideia desse suposto legado é duramente criticada, o modelo dos megaeventos esportivos é questionado e são destacados o que esses atores denominam “efeitos perversos”. Em meio a essa disputa, um legado parece ser justamente o acúmulo de informações, o que nos permitirá avaliações e reavaliações futuras. Pois, assim como a memória, também o conhecimento está sempre em constante movimento de reconstrução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp: espaço e tempo*, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016.
- WACKER, Christian; NETO-WACKER, Marcia de Franceschi. A produção da memória nos Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e Copa do Mundo de Futebol de 2006 na Alemanha. In: DACOSTA, Lamartine et al. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 417.

PELA MEMÓRIA DA CIDADE ESPORTIVA: O RIO DE JANEIRO E AS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS INTERNACIONAIS

JOÃO MANUEL GASQUINHA MALAIA SANTOS*

Os Jogos Olímpicos Rio 2016 foram, sem dúvida, um marco na história do esporte no Brasil. A cidade do Rio de Janeiro foi sede do maior evento mundial de esportes e apresentou ao mundo um belo exemplo de organização. Mas essa condição não apareceu do nada, não foi incorporada pelo carioca ou pelo brasileiro apenas para esse evento. Essa condição tem uma história. E a proposta deste capítulo é contar um pouco dessa história.

Desde 1919, o Brasil sediou vários eventos esportivos internacionais importantes. Mas a cidade já tinha grande vivência de práticas esportivas desde muito antes. Victor Andrade de Melo iniciou a demonstração dessa grandeza com a obra *Cidadesportiva*.¹ O autor descortinou uma miríade esportiva no Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX, com as corridas de cavalos, e depois com o remo, as corridas, o pedestrianismo, a ginástica, e o futebol assumindo a posição de esporte de maior preferência popular a partir das primeiras décadas do século XX. Sem dúvida, o Rio de Janeiro transformou-se em uma cidade esportiva.

A partir dessa obra, muitos outros pesquisadores passaram a se dedicar à relação da cidade do Rio de Janeiro e de seus habitantes com os esportes. Eu fui um deles, ao fazer uma pesquisa de pós-doutorado com bolsa da Faperj sobre os grandes eventos esportivos sediados principalmente no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades do Brasil. Ao adotar apenas competições esportivas mundiais ou continentais (sul-americanas ou pan-americanas), poliesportivas ou de futebol, contata-se a preponderância do Rio de Janeiro entre as cidades brasileiras quando o assunto é sediar eventos dessa natureza.

Ao todo, foram 13 competições internacionais desse tipo já sediadas no país. O Rio de Janeiro foi sede única de seis delas, e em outras cinco foi uma das

* Doutor em História Econômica pela USP e pesquisador do Ludens – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas.

¹ MELO, Victor Andrade de. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*.

sedes, sempre com papel de protagonista. Foi no Rio de Janeiro que se disputaram as duas finais de Copas do Mundo já realizadas no Brasil. Foi também nessa cidade que se disputaram as três finais de campeonatos sul-americanos de futebol já sediadas no país.

Neste texto, apresenta-se uma breve descrição de cada uma dessas competições sediadas no Brasil. São Campeonatos Sul-Americanos de Futebol (1919, 1949 e 1989), Jogos Sul-Americanos (1922 e 2002), Jogos Pan-Americanos (1963 e 2007), Jogos Mundiais Militares (1922 e 2011), Jogos Mundiais Universitários – Universiade (1963), Copas do Mundo de Futebol (1950 e 2014) e Jogos Olímpicos (2016).

Devido ao limite deste trabalho, as descrições serão breves e visam mostrar ao leitor a grandeza de cada um desses eventos dentro do contexto da história em que estão inseridos. O que se perde no detalhe procura-se ganhar com a observação do tempo na longa duração, percebendo os três movimentos da história: “o que se move rapidamente, o que se move devagar e aquilo que parece não se mover”.² Com isso, procura-se observar como o Brasil e, principalmente, o Rio de Janeiro foram protagonistas da história dos eventos esportivos internacionais. Mais do que isso, procura-se contribuir para construção da memória e para a compreensão do Rio de Janeiro como uma cidade esportiva.

1919: SUL-AMERICANO DE FUTEBOL, O PRIMEIRO GRANDE EVENTO

O ano de 1919 marcou a entrada do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro no mapa dos principais eventos internacionais do mundo. Foi nesse ano que a cidade recebeu o 3º Campeonato Sul-Americano de Futebol. Depois de Buenos Aires e Montevideú, foi a vez da então Capital Federal receber o maior evento esportivo da América do Sul daquele tempo.

Em 1916, foi criada a Confederação Sul-Americana de Futebol e foi organizado então o primeiro torneio continental de futebol do mundo. O primeiro campeonato aconteceu em Buenos Aires, como parte da comemoração do centenário da independência da Argentina. O segundo torneio foi disputado em 1917, em Montevideú. O próximo país a sediar o evento seria o Brasil, no Rio de Janeiro. A competição deveria acontecer em 1918, mas um surto de gripe espanhola assolou o continente e o evento foi adiado para 1919.

A cidade do Rio de Janeiro passava por grandes transformações, com a inauguração de elevado número de indústrias, a chegada de imigrantes, o aumento populacional, a ampliação da rede de transportes urbanos e suburbanos e uma imensa expansão de clubes de futebol pela cidade. A chegada do Sul-Americano

2 BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*, p. 8.

foi um marco para a vida esportiva do Rio de Janeiro, principalmente para o Fluminense Football Club. Em especial, devido à atuação do então presidente do clube e da Confederação Brasileira de Desportes, Arnaldo Guinle.

O dirigente levou o campeonato para o Fluminense e conseguiu levantar empréstimo no Banco do Brasil para erguer o primeiro estádio de futebol com arquibancadas de concreto do país. O Stadium, como ficou conhecido, passou a ser palco das grandes competições de futebol da Seleção Brasileira e dos principais clubes do Rio de Janeiro. Além desse feito, Guinle também conseguiu verba por meio de empréstimos para a construção de um grande complexo de piscinas cobertas que abrigou a competição sul-americana de natação e de polo aquático realizada na mesma época.³

A vitória da Seleção Brasileira em 1919, aliada ao grande sucesso de público e renda do evento, fizeram com que o Brasil se candidatasse a receber o campeonato sul-americano de futebol de 1922. Mas por tratar-se do ano do centenário da independência do Brasil, pensou-se na organização de um evento poliesportivo para fazer parte de uma série de ações que visavam a celebração do centenário da independência nacional. E assim foram idealizados os Jogos Olímpicos Sul-Americanos de 1922.

1922: OS JOGOS SUL-AMERICANOS E AS CELEBRAÇÕES ESPORTIVAS DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Os Jogos de 1922 não foram a primeira experiência de competições poliesportivas continentais no mundo. Desde 1913, a Far Eastern Athletic Association organizava eventos reunindo Filipinas, China, Japão, Malásia, Tailândia, Hong Kong e Índias Orientais Holandesas. Um dos personagens-chave para a compreensão dessas iniciativas é Elwood Brown, membro da Associação Cristã de Moços (ACM) e um dos principais difusores dessas competições continentais.⁴

Foi ele um dos responsáveis pela organização dos primeiros Far Eastern Championship Games, em 1913, e de algumas das edições subsequentes na China e no Japão. Após a consolidação desse evento, Brown partiu em direção à América do Sul para incentivar na organização de competições internacionais sul-americanas. Com apoio do Comitê Olímpico Internacional (COI), que chancelou o evento, os Jogos Olímpicos Sul-Americanos foram realizados no Rio de Janeiro em 1922.

3 SANTOS, João M. C. M. Rio de Janeiro e o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1919: América do Sul a correr atrás de uma bola.

4 ENGLAND, Frederick O. History of the Far Eastern Athletic Association.

O evento fez parte de uma série de atividades na cidade, sendo a principal a Exposição Universal de 1922.

Mais uma vez, Arnaldo Guinle conseguiu trazer boa parte dos eventos para dentro do Fluminense (futebol, atletismo, boxe, basquetebol, cabo de guerra, esgrima, natação, tênis, voleibol, polo aquático, algumas provas de tiro e o final da maratona). Com isso, o dirigente conseguiu também apoio governamental para mudar a razão social do clube, emitir debêntures e levantar o capital necessário para reformar o clube e, principalmente, o estádio.⁵

Erguido em 1919, o estádio foi totalmente reformado. Teve sua capacidade aumentada com a construção de um segundo anel de arquibancadas. As piscinas, o ginásio e as quadras de tênis passaram por reformas menores. Tudo para ser usufruído pelos sócios do clube da elite da zona sul carioca após o evento. Mas não foi apenas no Fluminense que se disputaram competições.

As provas de hipismo aconteceram em quatro locais: no estádio do Exército, no Derby Club, na Sociedade Jockey Club e no Clube de Regatas do Flamengo. Fazia-se assim jus e se reconhecia, por parte dos organizadores, a grande tradição da cavalaria no Exército e dos históricos clubes de corridas Sociedade Jockey Club e Derby Club. As provas de hipismo *cross country* foram disputadas no Clube de Santa Cruz. As provas de tiro ao veado, tiro ao voo, tiro de fuzil de guerra e tiro de revólver de guerra foram disputadas no estádio do Exército.

No entanto, o clima não era apenas de festa no Rio de Janeiro. Apenas três meses antes, a cidade havia sido abalada com aquela que ficou conhecida como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. O assassinato dos militares rebeldes na rua e em plena luz do dia chocou a população da cidade. O então presidente Eptácio Pessoa estava nos seus últimos meses de governo e o presidente eleito Artur Bernardes assumiria envolto em uma série de suspeitas e acusações de fraudes na eleição.

A cidade havia passado por uma série de reformas urbanas, com abertura de novas avenidas, remoção de favelas e construção de túneis. A imprensa criticava abertamente o enorme gasto de dinheiro público para a organização dos eventos de comemoração do centenário da Independência em meio a uma grave crise econômica que o país atravessava.⁶ No entanto, a competição se realizou e foi um grande sucesso na cidade.

Mais de 900 atletas de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai estiveram na cidade para o evento, que reuniu mais de 160 mil espectadores em todas as

5 SANTOS, João M.C.M.; MELO, Victor A. (Org.). 1922: celebrações esportivas do centenário.

6 SANTOS, João M.C.M.; PESSOA, Flavio. Os Jogos de 1922 na imprensa.

competições.⁷ O Brasil venceu várias provas de natação, de tiro e de esgrima, além de vencer as competições de basquete, polo aquático e tênis individual masculino. Mas o evento mais importante e aguardado por todos no país foi a competição de futebol.

O torneio foi disputado por todas as nações presentes aos Jogos de 1922 em um sistema de todos contra todos, com o campeão sendo definido pela Seleção que somasse mais pontos. A Seleção Brasileira teve um começo ruim e precisou de uma combinação de resultados para poder seguir na disputa. Com a escalação de árbitros brasileiros nas partidas decisivas e conquistando exatamente os resultados que necessitava, a lisura dos organizadores passou a ser contestada por algumas seleções. O Uruguai chegou a se retirar da competição e não disputou o triangular de desempate com Brasil e Paraguai.

A vitória contra os paraguaios colocou o Brasil como campeão sul-americano de futebol pela segunda vez em sua história. A conquista serviu para a imprensa brasileira desfilar um sem-número de bordões nacionalistas em torno da conquista do selecionado nacional.⁸

1922: JOGOS INTERNACIONAIS MILITARES E JOGOS INTERNACIONAIS NAVAIS

Jogos Internacionais Militares não eram uma novidade quando, em 1922, o Brasil foi a sede dos Jogos Internacionais Militares e dos Jogos Internacionais Navais. Três anos antes, Paris já havia recebido o mais importante evento dessa natureza até aquele momento, os Jogos Inter-Aliados. A ideia dessa competição partiu da Força Expedicionária dos EUA e do braço norte-americano da ACM, como mostra dos esforços de paz pós a Primeira Guerra Mundial. Era mais um esforço dos EUA para capitanear o processo de paz do pós-guerra e assumir uma posição de liderança mundial. O mesmo Elwood Brown, envolvido na organização dos Far Eastern Championship Games (1913) e dos Jogos de 1922, participou ativamente da organização dos Jogos Inter-Aliados.⁹

No início do século XX, as Forças Armadas brasileiras tinham forte ligação com o esporte. O caso famoso da primeira medalha de ouro do Brasil em Jogos Olímpicos (Antuérpia, 1920) vir do tiro e de um atleta militar (Guilherme Paraense) é apenas um exemplo de uma profunda relação que teve início nos primeiros anos da década de 1910. Para se ter uma ideia, cada uma das forças tinha uma liga es-

7 COSTA, Lamartine da. *Atlas do esporte no Brasil*.

8 SANTOS, João M.C.M.; PESSOA, Flavio. *Os Jogos de 1922 na imprensa*.

9 TERRET, Thierry. *The Military "Olympics" of 1919: sport, diplomacy and sport politics in the aftermath of World War One*.

portiva própria que organizava competições esportivas regulares de várias modalidades: a Liga de Sports do Exército e a Liga de Sports da Marinha.

Além da forte presença de militares na organização dos Jogos de 1922, as duas ligas foram também responsáveis diretas pela organização de competições esportivas, contratação de técnicos estrangeiros e compra de material importado para a utilização nas provas. As ligas de esportes do Exército e da Marinha organizaram, respectivamente, os Jogos Internacionais Militares e os Jogos Internacionais Navais.¹⁰

Os Jogos Internacionais Militares tiveram provas tradicionais das competições esportivas e provas ligadas às atividades militares. Entre as provas tradicionais, destaque para as corridas e saltos em altura, em distância e com vara. Entre as provas ligadas às atividades militares, houve corridas de escalada, corridas de pistas e lançamentos variados de granada de mão. Participaram do evento Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Mas foram os Jogos Internacionais Navais os que tiveram um maior número de participantes de vários locais do mundo. Participaram do evento Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Uruguai, Argentina, Portugal e México. Foi a competição sediada no Brasil com mais nações envolvidas até a Copa de Mundo de 1950. Essas nações disputaram provas aquáticas e terrestres. Entre as provas aquáticas, destaques para a vela, o remo, o polo aquático e as provas de natação e saltos ornamentais. Entre as provas terrestres, foram disputadas as competições de tiro e carabina, de futebol, de corridas e de saltos (em altura, em distância e com vara), e lançamentos de peso, disco e dardo.

As competições esportivas de 1922 encerraram uma etapa inicial importante do processo de inserção do Brasil no palco das grandes competições esportivas internacionais. A ascensão de Vargas ao poder, os anos de governo sem democracia e os duros anos da Segunda Guerra Mundial interromperam por um tempo o posicionamento que o país tomava no cenário das competições esportivas internacionais. O fim da chamada Era Vargas e da Segunda Guerra trouxe de novo as competições esportivas internacionais para o Brasil. O alvorecer de um país democrático proporcionou uma série de grandes eventos que recolocaram o Brasil na rota do esporte mundial.

10 CANCELLA, Karina. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais*.

1949: O SUL-AMERICANO DE FUTEBOL

Após quase 30 anos, o Brasil receberia novamente a primeira competição internacional esportiva que teve em seu território: o Campeonato Sul-Americano de Futebol. A competição foi uma espécie de preparativo para o grande evento que o país receberia no ano seguinte, o maior até aquele momento de sua história, a Copa do Mundo de Futebol de 1950.

Recém-saído da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, o país se apresentava audaciosamente no cenário internacional, buscando atrair indústrias multinacionais e se inserir de maneira mais ativa na política internacional. Dentro dessa perspectiva, sediar uma Copa do Mundo mostrava-se claramente como uma estratégia interessante, mesmo se pensarmos no mundo dos anos 1940 e 1950.

Diferentemente das grandes competições internacionais sediadas no Brasil até aquele momento, o Sul-Americano de Futebol de 1949 foi a primeira competição com provas esportivas fora do Rio de Janeiro. Mesmo assim, as 28 partidas foram disputadas em apenas quatro cidades, com preponderância para o Rio de Janeiro (15 partidas), seguida de São Paulo (12 partidas), Santos (uma partida) e Belo Horizonte (uma partida).

Se a competição serviu como um teste para a Copa do Mundo de 1950, foi apenas no sentido da organização do evento. Os dois estádios que estavam sendo construídos para o evento mundial ainda não estavam prontos: Maracanã (Rio de Janeiro) e Independência (Belo Horizonte). O único estádio utilizado no Sul-Americano de 1949 e na Copa de 1950 foi o Pacaembu (São Paulo).

O estádio paulistano recebeu 12 jogos da competição continental. O estádio que mais recebeu jogos foi o de São Januário (Rio de Janeiro), de propriedade do Clube de Regatas Vasco da Gama. Foi nesse estádio que se disputaram as partidas de abertura e encerramento da competição. Mas o Rio de Janeiro não teve jogos somente em São Januário. Duas partidas aconteceram no estádio General Severiano, do Botafogo Futebol Clube. Além desses estádios, a Vila Belmiro (Santos) e o estádio Otacílio Negrão de Lima (Belo Horizonte) receberam um jogo cada. Note-se que, nessa competição, o Rio de Janeiro não foi a única cidade-sede. Além disso, São Paulo rivalizou com o Rio em importância no torneio, contando com três dos oito jogos da Seleção Brasileira. Mesmo assim, a então Capital Federal ainda se colocava como o principal centro esportivo, sediando as partidas de abertura e as duas partidas decisivas da competição.

O Brasil sagrou-se campeão da competição, batendo Bolívia (10 a 1), Peru (7 a 1), Uruguai (5 a 1) e Colômbia (5 a 0). Venceu também o Chile por 2 a 1, mas foi derrotado na última partida pelo Paraguai, empatando com essa seleção em nú-

mero de pontos. Na partida de desempate, a goleada contra os paraguaios por 7 a 1 embalou os brasileiros rumo à Copa do Mundo de 1950.

COPA DO MUNDO DE 1950

Após a euforia da conquista de 1949, o Brasil preparou-se para receber o maior evento esportivo de sua história até aquela data. Dessa vez, assim como no Sul-Americano de 1949, as partidas foram disputadas em várias cidades, mas a preponderância continuaria a ser do Rio de Janeiro. A ainda capital do país recebeu o maior número de jogos (oito dos 22), quase todos os jogos da Seleção Brasileira (apenas um jogo da primeira fase foi em São Paulo), a partida inicial e a partida final da competição.

Além disso, foi construído, com recurso público, aquele que era à época o maior estádio do mundo, com capacidade para mais de 200 mil pessoas: o Maracanã. Além dele, outro estádio foi construído, em Belo Horizonte: o estádio Raimundo Sampaio, mais conhecido como Independência, atualmente de propriedade do América Futebol Clube, de Minas Gerais. O estádio recebeu apenas 3 dos 22 jogos. As outras partidas foram disputadas nas cidades de São Paulo (seis), Porto Alegre (duas), Curitiba (duas) e Recife (uma).

Assim como no Sul-Americano do ano anterior, São Paulo rivalizava com o Rio de Janeiro (sem sucesso como pôde ser notado anteriormente) as atenções da competição. O estádio do Pacaembu foi o segundo a receber mais partidas. Foi também a única cidade, além do Rio Janeiro, a receber um jogo da Seleção Brasileira, e foi a sede de três dos seis jogos do quadrangular final. As outras três partidas desse quadrangular (as três partidas do Brasil) foram disputadas no Maracanã.

O Brasil vivia momentos importantes, com uma eleição presidencial três meses após a Copa do Mundo, com as campanhas eleitorais a pleno vapor e com um candidato que se apresentava para voltar ao poder: Getúlio Vargas. As pesquisas do Instituto Galope, publicadas na revista *Careta* dois meses antes do início da Copa do Mundo, apontavam Vargas muito distante do favorito brigadeiro Eduardo Gomes. Além de distante na intenção de votos (menos de 30%) do brigadeiro Eduardo Gomes (quase 50%), Vargas era o primeiro colocado no índice de rejeição (mais de 30%), contra um índice de rejeição muito baixo de Gomes (4,5%).¹¹

A competição recebeu seleções nacionais de 12 países, além do Brasil: Bolívia, Chile, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Iugoslávia, México, Paraguai, Suécia, Suíça e Uruguai. Foi a competição internacional com mais nações

11 INSTITUTO GALOPE. *Careta*, n. 2.180, p. 9.

inseridas até aquela data, ultrapassando a marca das oito nações envolvidas nos Jogos Internacionais Navais de 1922.

A derrota na final para o Uruguai deixou marcas profundas na sociedade brasileira e, principalmente, na maneira de o brasileiro encarar as competições internacionais. Marcou também a relação entre brancos e negros no país, estigmatizando a incapacidade de o negro de ser goleiro devido ao suposto frango levado por Barbosa, o goleiro da Seleção Brasileira, na final contra o Uruguai. Passou-se quase meio século para que um goleiro negro assumisse a titularidade na Seleção Brasileira novamente, com Dida, em 1999.¹² Três meses depois da final da Copa de 1950, Getúlio Vargas surpreendia a todos, começava a subir nas pesquisas, apontado como uma espécie de “salvador da pátria”, e acabou vencendo as eleições.

Um aspecto importante a se notar é que a Copa do Mundo de 1950 foi o último grande evento sediado no Rio de Janeiro até o fim da década de 1980. Se é fato que de 1964 a 1989 o Brasil não sediou nenhuma das competições aqui escolhidas para análise, tidas como as principais do mundo, em 1963 o Brasil sediou dois grandes eventos poliesportivos, dois dos principais até aquele ano, ambos fora da já não mais capital do Brasil: os Jogos Pan-Americanos, em São Paulo, e a Universíade (os Jogos Mundiais Universitários), em Porto Alegre.

JOGOS PAN-AMERICANOS DE 1963: SÃO PAULO NO CENTRO DAS ATENÇÕES

Os Jogos Pan-Americanos foram disputados pela primeira vez em 1951, em Buenos Aires. A decisão foi tomada em 1948, quando se organizou o Segundo Congresso de Esportes Pan-Americanos, realizado durante os Jogos Olímpicos em Londres. A ideia era a materialização de um projeto que teve sua discussão inicial durante os Jogos de Los Angeles de 1932. A Segunda Guerra Mundial não foi capaz de arrefecer os ânimos da união das nações pan-americanas em torno da organização dos Jogos Pan-Americanos. Muito pelo contrário.

Com a evolução dos acontecimentos bélicos na Europa e a entrada dos EUA na guerra a partir de 1942, a história do continente e, conseqüentemente, de seu esporte, vai sofrer transformações. A partir dos anos 1930, os EUA passavam a se posicionar estrategicamente na América e a organizar ações que visassem sua aproximação com os países americanos, a chamada “política da boa vizinhança”, que substituiu um histórico de intervenções militares na região, a “política do big stick”. E os esportes faziam parte desse contexto.

¹² FRANCO JUNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura.*

Um dos personagens principais da ideia de formar uma organização e jogos pan-americanos foi o norte-americano Avery Brundage. Ainda em 1940, foi realizado o Primeiro Congresso de Esportes Pan-Americanos, em Buenos Aires. Brundage, presidente do Comitê Olímpico norte-americano desde 1929, foi eleito o primeiro presidente da Pan American Sports Organization (Paso), ficando no cargo até 1952, quando assumiu a presidência do COI.

A união dos países da América, que ocorria politicamente desde 1948, com a fundação da Organização dos Estados Americanos, materializava-se no esporte em 1951, com os Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires. Depois de Buenos Aires, Cidade do México e Chicago, em 1963 chegou a vez de São Paulo sediar o primeiro grande evento poliesportivo internacional fora da cidade do Rio de Janeiro.¹³

O Brasil vivia momentos extremamente conturbados em sua política interna. Dois anos antes do evento, o então presidente Jânio Quadros renunciou, deixando a presidência para o vice João Goulart, que teve sua entrada vetada pelas Forças Armadas. Goulart, acusado de ser muito ligado à esquerda e ao ex-presidente Getúlio Vargas, assumiu a presidência, mas com um acordo: a instauração do parlamentarismo, o esvaziamento de seu poder e a convocação de um plebiscito para que a população decidisse pela volta ou não do presidencialismo, em 1965, após o fim do mandato de Goulart. O plebiscito foi antecipado para janeiro de 1963, e três meses antes do início do Pan de São Paulo, os eleitores davam nas urnas a resposta: 80% deles queriam a volta do presidencialismo e a devolução do poder a João Goulart.

A competição durou duas semanas, entre abril e maio de 1963, e contou com a participação de delegações de 22 países e 1.665 atletas. Diferentemente dos grandes eventos esportivos internacionais já sediados no Brasil, não foram construídas praças esportivas específicas para os Jogos Pan-Americanos de São Paulo. As atividades esportivas espalharam-se pelos equipamentos públicos e privados da capital paulista.

Dentre as instalações esportivas públicas, destaca-se a utilização do estádio do Pacaembu, da Raia de Jurubatuba e do Departamento de Educação Física e Esporte – Água Branca (Defe). Entre as instalações privadas, as principais utilizadas foram a dos clubes Sociedade Esportiva Palmeiras, Clube Atlético Paulistano, Tênis Clube Paulista, Esporte Clube Pinheiros, Sociedade Harmonia de Tênis e Clube Hípico de Santo Amaro. Além disso, na cidade de Resende (RJ), foram usadas instalações do Exército para provas de tiro na Academia Militar das Agulhas Negras.

13 SANTOS, João M. C. M. Brazil: an emerging power establishing itself in the world of international sports mega-events.

A única construção para o evento, e grande legado para a cidade, foi a construção dos prédios da Vila dos Atletas, na Cidade Universitária, *campus* da Universidade de São Paulo. Após o evento, e até hoje, os prédios servem como moradia estudantil para alunos dessa universidade. O foco dos investimentos públicos foi direcionado para um legado tangível, duradouro e fora da esfera do esporte, voltado para a educação. É um dos legados mais importantes e visíveis até hoje na história dos grandes eventos internacionais esportivos já sediados no país. Cerca de três meses depois, o Brasil recebeu pela primeira vez um evento poliesportivo de escala mundial não ligado às Forças Armadas. Era a Universíade, os Jogos Mundiais Universitários, que chegava a Porto Alegre, capital do estado do então presidente João Goulart.

PORTO ALEGRE E A UNIVERSÍADE DE 1963: A CAPITAL MUNDIAL DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO

Os Jogos Mundiais Universitários têm uma longa história. As primeiras iniciativas remontam ao ano de 1909, com o Academic Olympia, um evento esportivo que reuniu atletas universitários de vários países europeus para celebrar os 500 anos da Universidade de Leipzig. Entre 1909 e 1913, seis eventos desse tipo tiveram lugar na Europa (cinco na Alemanha e um na Itália).¹⁴

Entre 1911 e 1959, ano da primeira Universíade, foram vários os eventos que tentaram reunir os atletas universitários de todo o mundo, sempre com dificuldades, principalmente nos anos anteriores (quando aconteceram jogos universitários organizados apenas para os países simpatizantes do Eixo) e posteriores à Segunda Guerra (quando as competições passaram a ser divididas entre eventos para países capitalistas – o Summer International University Sports Week – e eventos para países socialistas – o World Festival of Youth and Students). Com a fundação da Federação Internacional de Esportes Universitários (Fisu), a instituição passou a organizar competições regulares e conseguiu promover a entrada aos poucos dos países do bloco socialista a partir da criação da Universíade, em 1959.¹⁵

Apesar de os EUA não participarem das primeiras edições, a entrada da delegação da União Soviética em um evento organizado por aqueles que antes eram vistos como inimigos (visto que cada bloco tinha seu evento próprio) foi de

14 KRÜGER, Michael. Sports in the German university from about 1900 until the Early Years of the Federal Republic of Germany: the example of Muenster and the Westfaelische Wilhelms-University.

15 VENDIEN, C. Lynn. Fisu (Federation Internationale du Sports Universitaire) and the World University Games.

extrema relevância para o esporte mundial. O Brasil sediou a terceira edição do evento, em Porto Alegre, entre o dia 30 de agosto e 8 de setembro de 1963.

Assim como na cidade de São Paulo, a competição sediada em Porto Alegre se utilizou amplamente de equipamentos esportivos públicos e privados já existentes. Entre os principais clubes utilizados para a alocação de eventos esportivos está o Grêmio Náutico União, a Sogipa, o estádio Olímpico do Grêmio de Football Porto Alegrense, o Petróleo Tênis Clube e a Associação Leopoldina Juvenil. Foram utilizados lugares públicos abandonados para algumas competições, como os Armazéns A e B no Cais do Porto.

Os atletas estrangeiros foram colocados em prédios novos que estavam sendo construídos para serem entregues em um plano de distribuição de casas populares na capital gaúcha. Antes de o governo entregar as chaves das casas aos moradores, elas serviram para hospedar as centenas de atletas estrangeiros que foram disputar o evento.¹⁶ Ao todo, delegações de 27 países mandaram 713 atletas para a disputa da Universíade de Porto Alegre.

Depois de 1963, o país entrou em anos turbulentos. O golpe militar que depôs João Goulart, em 1964, cerca de seis meses após a Universíade, instaurou um governo que não teve como meta abrigar esse tipo de evento em território nacional. Financiando os governos e municípios na construção de estádios de futebol, aparelhando a Seleção Brasileira de Futebol e usando-a como vitrine do progresso nacional: era assim que os militares no poder se aproximavam dos grandes eventos esportivos. Só no final da década de 1980, já com os militares fora do poder é que o Brasil sediaria outro grande evento dessa natureza: o Sul-Americano de Futebol – a Copa América – de 1989.

COPA AMÉRICA DE 1989: O BRASIL DE VOLTA AOS GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS INTERNACIONAIS

O Sul-Americano de Futebol de 1989, agora renomeado de Copa América, foi disputado quatro meses antes das eleições diretas para presidente da República, a primeira a acontecer desde o golpe militar de 1964. O então presidente era José Sarney, não mais um militar, mas eleito ainda por meio de eleição indireta, em 1984. A Copa América aconteceu em meio a um efusivo debate entre os candidatos, em um processo democrático que não se via no país desde a eleição de Jânio Quadros, em 1961.

¹⁶ PEREIRA, Ester; LYRA, Vanessa; MAZO, Janice. Universíade de 1963: Porto Alegre sedia um evento esportivo mundial.

Mas se a “fila” (para usar expressão do esporte no caso de uma equipe que não ganha títulos) pelo direito do voto para presidente já durava 28 anos, a “fila” do título sul-americano de futebol era ainda maior: 50 anos. Apesar de o Brasil ter sido campeão mundial em 1958, 1962 e 1970, a equipe nacional não conseguia se sagrar campeã sul-americana de futebol desde o título de 1949, na competição disputada no Brasil.

O Rio de Janeiro voltou a ser uma das sedes, a mais importante delas, de um dos principais torneios esportivos do mundo. Foi na capital carioca, no estádio do Maracanã, que foram disputadas todas as seis partidas da fase final do evento. Foi no Maracanã que a Seleção voltou a conquistar o sul-americano de futebol. O Brasil almejava voltar a entrar na rota dos grandes eventos mundiais de esportes. Um ano antes da Copa América, em 1988, lançou candidatura para ser sede da Copa do Mundo de 1994, sendo derrotado pelos Estados Unidos. No entanto, o Brasil conseguiu voltar a sediar um sul-americano de futebol depois de 50 anos.

A Copa América de 1989 marcou um momento importante nas transmissões televisivas de eventos esportivos. Quatro emissoras de televisão (Bandeirantes, Globo, Manchete e SBT) pagaram juntas US\$ 1,5 milhão à Confederação Sul-Americana de Futebol para transmitirem os jogos. Era uma aposta alta na guerra pela audiência. A Manchete, por exemplo, transmitiu todos os 26 jogos da competição. A Bandeirantes transmitiu quase todos os jogos e teve uma equipe de mais de 200 profissionais para a cobertura do evento. O SBT contratou o narrador Luís Alfredo para a transmissão ao vivo das partidas da Seleção Brasileira.¹⁷

Advento da maior exposição à mídia, os atletas também se tornavam celebridades e a Copa América teve a sua. Foi Diego Armando Maradona, que veio ao Brasil com *status* de estrela maior do futebol, campeão do mundo em 1986. O jogador desembarcou em Goiânia em uma “verdadeira operação de guerra”. A chegada do argentino mobilizou cerca de 30 agentes policiais, mais dois policiais federais que fizeram a proteção de Maradona no andar do quarto em que ele e sua equipe de 24 pessoas se hospedaram.¹⁸

A competição reuniu 10 seleções nacionais, divididas em dois grupos. As partidas da fase inicial foram disputadas em Salvador, Goiânia e Recife. O Grupo A tinha Brasil, Paraguai, Colômbia, Peru e Venezuela. Salvador recebeu oito jogos e Recife recebeu apenas dois. No Grupo B estavam Argentina, Uruguai, Chile, Equador e Bolívia. Todas as partidas desse grupo foram disputadas em Goiânia.

17 NA TV, a guerra pela audiência. *O Estado de São Paulo*. Esportes, p. 32.

18 SANTOS, Edson L. Goiânia faz Operação-Maradona. *O Estado de São Paulo*. Esportes, p. 17.

A Seleção Brasileira sofreu na fase inicial. Venceu a Venezuela, mas empatou com Peru e Colômbia e se classificou apenas na última rodada ao bater o Paraguai. Já na fase final, no Maracanã, o Brasil venceu Paraguai, Argentina e Uruguai e se tornou novamente campeão. O Brasil voltava a ser campeão e o Maracanã, o palco principal da festa. Os anseios por maiores competições estavam voltando à agenda do país.

OS JOGOS SUL-AMERICANOS DE 2002: A COMPETIÇÃO DE VOLTA AO BRASIL 80 ANOS DEPOIS

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência do Brasil, o país passou a ter um direcionamento ainda maior na tentativa de conseguir ser sede de algum grande evento esportivo internacional. Em 1996, o Brasil enviou a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2004. Em 1997, o país tentou ser a sede da Copa do Mundo de 2006. Em ambos os processos, foi derrotado.

O fato de ter lançado candidaturas para a Copa do Mundo de Futebol e para os Jogos Olímpicos no fim dos anos 1980 e nos anos 1990 mostram que o país colocava como seus objetivos ser a sede de grandes eventos e o Rio de Janeiro seguia sendo a cidade destacada para capitanear esse processo. No último ano do governo de Fernando Henrique, algo inesperado deu ao Brasil a chance de mostrar sua capacidade de organização de eventos esportivos.

Era o ano de 2002 e o Brasil passaria por eleições em outubro. Em maio daquele ano, seriam disputados os Jogos Sul-Americanos em Córdoba, na Argentina. No entanto, devido à crise econômica local, a prefeitura da cidade abriu mão da organização. Bogotá se apresentou como candidata, mas os países boicotaram a cidade, alegando falta de segurança. Por conta disso, Carlos Arthur Nuzmann, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, aceitou o desafio de organizar o evento em menos de três meses e apresentou o Brasil como possível sede. O dirigente almejava provar que se o país conseguisse organizar o Sul-Americano em três meses, conseguiria o sonho de organizar os Jogos Pan-Americanos de 2007.

A frase não era apenas uma simples aspiração. O Rio de Janeiro disputava com San Antonio (Estados Unidos) a possibilidade de sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007. Assumir o risco de sediar os Jogos Sul-Americanos de 2002 com menos de três meses, com certeza influenciaria os delegados dos países sul-americanos a votarem pelo Rio de Janeiro no congresso de escolha da sede dos Jogos

Pan-Americanos de 2007. As eleições para a sede dos Jogos Pan-Americanos 2007 ocorreram apenas duas semanas após o encerramento dos Jogos Sul-Americanos.¹⁹

Os Jogos Sul-Americanos ocorreram em quatro cidades. Belém recebeu competições de atletismo, natação, boxe e luta greco-romana. A cidade de Curitiba recebeu provas de ciclismo, canoagem e ginástica. São Paulo e Rio de Janeiro dividiram a primazia do evento. O Rio sediou competições de esgrima, futsal, taekwondo, remo, arco e flecha, tiro, triatlo e vela. Já São Paulo foi sede das competições de esqui aquático, golfe, handebol, tênis de mesa, caratê, *softbol*, *speed skating* e *figure skating*.

O esforço deu certo. No dia 25 de agosto de 2002, na assembleia da Paso, o Brasil conseguiu 30 dos 51 votos e conquistou o direito de o Rio de Janeiro sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007.

JOGOS PAN-AMERICANOS 2007: O RIO DE JANEIRO COMO CENTRO DA AMÉRICA

Os Jogos Pan-Americanos Rio 2007 foram uma conquista de anos de planejamento e de apoio quase irrestrito dos governos federal, estadual e municipal. A partir do anúncio da conquista da candidatura, muitas obras precisaram ser feitas no Rio para receber os Jogos e cumprir, minimamente, o programa de compromisso com a Paso.

Ao fim do ano de 2002, Fernando Henrique deixou a presidência para Luís Inácio Lula da Silva, que seria o presidente durante os anos de preparação para o Pan e de mais candidaturas para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos. O Ministério do Turismo e do Esporte foi separado, sendo criado pelo então presidente Lula o Ministério dos Esportes. A intenção de sediar grandes eventos tornou-se ainda mais clara e o apoio do governo ainda mais explícito.

O Brasil apresentou a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2012, mas foi derrotado pela candidatura de Londres. A importância de uma realização impecável do Pan de 2007 se tornava ainda mais importante, visando uma nova candidatura para o Rio de Janeiro sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Por isso, a presidência criou um “Acordo de Obrigações e Responsabilidades” entre o governo federal, o Comitê Olímpico Brasileiro, a Paso e o município do Rio de Janeiro, envolvendo diretamente os 13 ministros do governo nas ações do acordo e na viabilização do evento.²⁰

19 SANTOS, João M. C. M. Brazil: an emerging power establishing itself in the world of international sports mega-events.

20 Ibid.

Várias foram as obras no Rio de Janeiro. Foram construídos o Complexo Esportivo Militar (Deodoro), o estádio João Havelange, o Complexo Esportivo Cidade dos Esportes e o Parque Aquático Maria Lenk. Além dessas construções, foram reformados todo o Complexo Esportivo Maracanã, o Centro Esportivo Miécimo da Silva e o Riocentro. Dessas obras, 95% delas foram realizadas com financiamento público (40% governo federal; 30% prefeitura RJ; 25% governo RJ) e 5% com financiamento privado.

Antes dos Jogos Pan-Americanos, em 2006, o Brasil lançou sua candidatura para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Tentaria se aproveitar do sistema de rotação de continentes implementado pela Fifa para ser a sede do evento. E mais uma vez contava com total apoio do governo brasileiro. Mas não eram apenas os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo que o Brasil buscava sediar. Corria também a candidatura do Rio de Janeiro para ser sede dos Jogos Mundiais Militares em 2011, processo que teria sua votação cerca de dois meses antes do Pan de 2007.

O Pan de 2007 ocorreu e foram muitas as críticas quanto ao superfaturamento de obras, a obras não terminadas, ao não cumprimento de metas, ao mau uso do legado de infraestrutura esportiva e à agressão a áreas verdes protegidas por lei.²¹ No entanto, o Brasil voltava a ser sede do evento de maior importância do esporte pan-americano depois de quase 50 anos. E assentava as bases para as candidaturas da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Mas antes, havia ainda os Jogos Mundiais Militares, o primeiro evento mundial poliesportivo que o Brasil recebeu após a Universíade de Porto Alegre, em 1963.

JOGOS MUNDIAIS MILITARES: O RIO DE JANEIRO NO CENTRO DOS ESPORTES DAS FORÇAS ARMADAS

Para sediar os Jogos Mundiais Militares de 2011, o Brasil derrotou a Turquia no processo de candidatura. O país apontou o Rio de Janeiro como sede e o fato de a cidade estar se preparando com esforços conjuntos das mais variadas esferas governamentais, com certeza pesou na decisão tomada pelo Conselho Internacional de Desporto Militar de apontar a cidade brasileira como sede do evento.

Os Jogos Mundiais Militares contaram com a presença de delegações de 88 países e mostraram ao mundo o novo paradigma das relações internacionais brasileiras, voltando-se para aspirações não mais regionais, mas globais. Ser sede de eventos dessa magnitude conferia ao país um poder simbólico importante na arena internacional.

21 MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória.

Durante a preparação para os Jogos Mundiais Militares, duas importantes votações para eventos esportivos tiveram lugar e foram decisivas na história do esporte no Brasil. Em 2007, o Brasil conquistou o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Em 2009, o Rio de Janeiro derrotou seus concorrentes para colocar o Brasil, pela primeira vez na história, como sede dos Jogos Olímpicos. Mais uma vez, o histórico de eventos importantes no cenário dos esportes internacionais foi decisivo para que a cidade alcançasse a legitimidade internacional de se tornar a sede dos Jogos Olímpicos.

Algumas das instalações construídas para o Pan 2007 foram utilizadas nos Jogos Mundiais Militares em 2011. Entre elas, pode-se destacar o estádio João Havelange, o Complexo Esportivo Militar (Deodoro), o Parque Aquático Maria Lenk e o Maracanãzinho, parte do Complexo Esportivo Maracanã. O grande evento mundial seria apenas o aperitivo dos dois grandes eventos que a cidade ainda iria receber: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

COPA DO MUNDO DE 2014: O BRASIL VOLTA A SER O PRINCIPAL PALCO DO ESPORTE 54 ANOS DEPOIS

Os anos se passaram e os grandes eventos esportivos mundiais, principalmente a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, passaram a ser alvos de disputas acirradas entre os principais países do mundo. A história recente dos processos de escolhas das sedes das Copas do Mundo de Futebol tem passado por inúmeras desconfianças. Após a Fifa adotar o sistema de rodízio de continentes, a África do Sul, depois o Brasil e, ainda, Rússia (2018) e Catar (2022), foram escolhidos para sediar as Copas. Após a clara sinalização do rodízio, a Austrália e os Estados Unidos retiraram suas candidaturas. Argentina e Colômbia chegaram a oficializar a candidatura, mas desistiram. E com isso, o Brasil, candidato único, foi escolhido em 2007 para ser a sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A Copa do Mundo foi disputada, pela primeira vez, em 12 cidades-sede. A abertura da Copa do Mundo aconteceu em São Paulo e a final no Maracanã. Um dos aspectos que mais chamou a atenção da sociedade brasileira no processo que levou o Brasil a sediar o evento foram os altíssimos custos para construção dos estádios. Foram cinco novos estádios construídos e outros sete totalmente reformados. Tudo dentro do que se convencionou chamar de “padrão Fifa”, um padrão de arenas esportivas que a entidade usa para quem quer sediar seus eventos.

Houve financiamento do BNDES para todas as arenas (salvo a de Brasília, construída com a venda de terrenos públicos). Os governos estaduais contraíram

empréstimos de outros bancos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste, e também fizeram investimentos diretos. No caso dos estádios privados, o Corinthians conseguiu isenção fiscal com a prefeitura de São Paulo,²² o Internacional vendeu o estádio dos Eucaliptos para a reforma de sua nova arena e o Atlético Paranaense contraiu empréstimos, dando o próprio estádio como garantia.

Os protestos que tomaram o Brasil pela redução das tarifas de ônibus, em 2013, se estenderam para a Copa do Mundo. Os gastos exagerados do governo, as obras com custos muito mais altos do que o previsto e as obras de infraestrutura – prometidas como legados – atrasadas ou paradas motivaram uma série de protestos nas ruas e em frente aos estádios durante a Copa do Mundo. O protesto “Não vai ter Copa” mobilizou milhares de jovens pelo país, que entraram em confronto com a polícia nas proximidades dos estádios. Em São Paulo, na abertura da Copa do Mundo, a presidente Dilma Rousseff foi vaiada pelo público quando foi declarar a abertura da competição.

O Brasil, que sonhava vencer em casa a Copa do Mundo, sofreu a mais humilhante derrota da sua história na semifinal do torneio, em Belo Horizonte, quando perdeu da Alemanha por 7 a 1. No entanto, turistas invadiram as cidades-sede brasileiras. O Rio de Janeiro foi o palco de sete partidas, inclusive a grande final entre Alemanha e Argentina. A cidade foi invadida por dezenas de milhares de argentinos. Os protestos contra o governo não cessaram. E ainda havia os Jogos Olímpicos a sediar dois anos depois.

OS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016: A CONCLUSÃO DE UM CICLO QUASE CENTENÁRIO

A conquista da sede dos Jogos Olímpicos de 2016 não foi tão fácil quanto a da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Em 2009, na votação da Assembleia do COI, em Copenhague, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou que caso o Brasil ganhasse a candidatura, o país estaria pronto para investir US\$ 20 bilhões para a realização do evento.²³

O próprio presidente Lula discursou na sessão do COI para dar garantias de que o Brasil faria de tudo para que o Rio de Janeiro fosse a sede de Jogos Olímpicos à altura da tradição do evento. A assembleia foi mostrada ao vivo pela televisão brasileira, inclusive com um grande telão e festa preparada na praia de

22 CARDOSO, Marcos V.; FLEURY, Fernando; SANTOS, João M. O legado da Copa e seu futuro na cidade de São Paulo.

23 SANTOS, João M. C. M. Brazil: an emerging power establishing itself in the world of international sports mega-events.

Copacabana, em caso de vitória brasileira. O Brasil derrotou Madri na votação final, por 66 votos a 32.

De 2009 a 2016, sete anos se passaram. Lula deixou de ser o presidente, mas elegeu a sua sucessora, Dilma Rousseff, a primeira presidente mulher da história do país. As obras para que o país sediasse a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 estavam a pleno vapor – ou nem tanto. Doze cidades do Brasil viraram verdadeiros canteiros de obra, especialmente o Rio de Janeiro.

A Copa do Mundo de 2014 acabou, e quatro meses depois a população elegeu novamente Dilma Rousseff para seu segundo mandato. A partir de 2015, crescia a crise econômica e o desemprego, e com eles voltaram os protestos. O Congresso Nacional votou o *impeachment* de Dilma Rousseff meses antes dos Jogos Rio 2016. O vice Michel Temer assumiu interinamente, e no novo Maracanã, um dos símbolos do investimento público para os grandes eventos esportivos, foi vaiado na cerimônia de abertura do evento. Durante as competições esportivas, em todos os novos complexos olímpicos construídos para o evento, organizadores e agentes da Força Nacional tomavam à força cartazes que pediam a saída do presidente interino. Os casos se deram até a intervenção do juiz João Augusto Carneiro Araújo, que proibiu a repressão às manifestações políticas nas praças esportivas dos Jogos Rio 2016.

Após os Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro sediou também os Jogos Paralímpicos, relegados a segundo ou terceiro plano, fora dos canais de televisão aberta e apenas disponíveis nos canais de televisão a cabo. Após os eventos, o cidadão carioca ainda deve demorar um pouco para perceber todo o legado dos investimentos em infraestrutura que não foram finalizados. No entanto, quase 100 anos depois do primeiro campeonato sul-americano de futebol, em 1919, o Rio de Janeiro pôde se orgulhar de ter conseguido organizar o maior evento esportivo do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio de Janeiro conseguiu nesse período ser o principal centro das competições esportivas internacionais de grande porte no Brasil. Se fica claro para mim o papel da capital fluminense, não pude me conformar ao perceber que isso não foi sequer mencionado nas cerimônias de abertura e encerramento do evento. No momento em que seria importante produzir essa memória da cidade, colocá-la como referência histórica dos grandes eventos esportivos do mundo, essa história foi esquecida, não foi transformada em lugar de memória.²⁴

24 NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares.

Um dos aspectos que chama a atenção foi a capacidade de o país sediar os eventos mesmo em meio a contextos políticos conturbados. Foi assim em 1922, 1963 e 2014/2016. E em nenhum desses momentos, o país abriu mão de sediar os eventos que tinha assumido como compromisso.

Ao mesmo tempo, diante das incertezas políticas e econômicas do momento, o futuro do Brasil enquanto centro das atenções dos eventos esportivos mundiais se encontra, no mínimo, incerto. Brasília abandonou o conquistado posto de sede da Universíade 2019 por não conseguir pagar a cota à Fisu. Se o futuro é incerto, que não se esqueça, ao menos, que no passado o Brasil foi várias vezes palco de grandes eventos. Que não se esqueça que o Rio de Janeiro é uma cidade esportiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II*. New York: Simon & Schuster, 1972.

CANCELLA, Karina. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

CARDOSO, Marcos V.; FLEURY, Fernando; SANTOS, João M. O legado da Copa e seu futuro na cidade de São Paulo. *Future Studies Research Journal*, v. 5, n. 1, p. 164-197, 2013.

COSTA, Lamartine da. *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Confef, 2006.

ENGLAND, Frederick O. History of the Far Eastern Athletic Association. *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 3, Jul. 1926.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO GALOPE. *Careta*, n. 2.180, p. 9, abr. 1950.

KRÜGER, Michael. Sports in the German university from about 1900 until the Early Years of the Federal Republic of Germany: the example of Muenster and the Westfaelische Wilhelms-University. *The International Journal of the History of Sport*, v. 29, n. 14, p. 1981-1997, 2012.

MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. *Esporte e Sociedade*, ano 4, n. 10, p. 1-26, 2008/2009.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NA TV, a guerra pela audiência. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 jul. 1989. Esportes, p. 32.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, Ester; LYRA, Vanessa; MAZO, Janice. Universiade de 1963: Porto Alegre sedia um evento esportivo mundial. *Kinesis*, v. 30, n. 2, 2012.

SANTOS, Edson L. Goiânia faz Operação-Maradona. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1989. Esportes, p. 17.

SANTOS, João M. C. M. Brazil: an emerging power establishing itself in the world of international sports mega-events. *The International Journal of the History of Sport*, v. 31, n. 10, p. 1-16, 2014.

_____. Rio de Janeiro e o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1919: América do Sul a correr atrás de uma bola. *Materiales para Historia del Deporte*, n. 9, p. 82-102, 2011.

SANTOS, João M.C.M.; MELO, Victor A. (Org.). 1922: celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

SANTOS, João M.C.M.; PESSOA, Flavio. Os Jogos de 1922 na imprensa. In: _____. (Org.). 1922: celebrações esportivas do Centenário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 142-162.

TERRET, Thierry. The Military "Olympics" of 1919: sport, diplomacy and sport politics in the aftermath of World War One. *Journal of Olympic History*, v. 14, n. 2, p. 22-31, 2006.

VENDIEN, C. Lynn. Fisú (Federation Internationale du Sports Universitaire) and the World University Games. *Quest*, v. 22, n. 1, p. 74-81, 1974.

ESPORTE E MODERNIDADE: O CASO DO RIO DE JANEIRO – UMA ABORDAGEM PANORÂMICA^I

VICTOR ANDRADE DE MELO* E FABIO DE FARIA PERES**

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é apresentar um breve panorama da relação entre a conformação do fenômeno esportivo e a adesão ao ideário e imaginário de modernidade na cidade do Rio de Janeiro. Dados os limites de espaço e a ocasião para a qual foi produzida, certamente esta produção peca pela superficialidade, lacuna que pode ser sanada com o acesso a outros estudos que já trataram os diversos períodos abordados com maior profundidade. Pensamos, contudo, que o seu ganho esteja em ser um inventário de longa duração, algo que nem sempre é comum em função das próprias características usuais das investigações históricas, em geral mais recortadas temporalmente.

Do ponto de vista espacial, não teremos a pretensão de falar da realidade brasileira. Nossa abordagem limita-se ao caso do Rio de Janeiro, que ocupa um papel peculiar no país em função da sua condição de capitalidade durante muitos anos: do Vice-Reinado (a partir de 1763), do Império Português (1808), do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves (1815), do Brasil monárquico independente (1822) e da República (1889). Mesmo quando a sede do governo foi transferida para Brasília, a cidade manteve (e em certo sentido ainda mantém) influência no cenário nacional.

Essa condição foi responsável para que constantemente se estabelecesse como um espaço protagonista de experiências de modernização, bem como caixa de ressonância de modas e novos costumes para outras cidades, mesmo que essas

^I Este artigo foi originalmente publicado em livro sobre o esporte no cenário ibero-americano e serviu de base para palestra proferida em evento organizado na Casa Rui Barbosa.

* Mestre (Unicamp) e doutor (Universidade Gama Filho) em Educação Física. Professor no Programa de Pós-Graduação em História Comparada e na Faculdade de Educação (graduação e pós-graduação) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Mestre e doutor em Saúde Pública pela Fiocruz. Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

tenham estabelecido outras relações com outras influências e não tenham apreendido linearmente o que vinha da capital. Da mesma forma, se o Rio de Janeiro foi uma antena a captar aquilo que por seu porto desembarcava vindo especialmente do continente europeu, e depois dos Estados Unidos, também por lá se promoveram releituras, desenvolveu-se uma cultura peculiar.

No caso do fenômeno esportivo, todavia, encontram-se muitas similaridades com o que se passou em outros cenários. A prática se desenvolveu em função do desenvolvimento de uma cultura urbana, da conformação de uma pretensão à civilidade e ao progresso, do forjar de um mercado de entretenimentos, da configuração de novos hábitos, tudo isso de alguma forma relacionado a mudanças no âmbito da economia e política.

Em todos os casos, no cenário da sociedade fluminense, pode-se dizer que os diferentes fluxos de desenvolvimento do esporte estiveram relacionados às distintas conformações da adesão à ideia de modernidade. Vamos aqui dividir nossa abordagem em cinco momentos (que, embora guardem certa ordem cronológica, se justapõem e se entrecruzam), elencando em cada um deles uma especificidade do objeto como exemplar das configurações.

Isso não significa que outras modalidades ou outras formas de compreensão não tenham se estruturado no mesmo momento. Apenas se tratou de uma estratégia para, dentro dos curtos limites deste texto, dar a conhecer ao leitor ao menos as linhas mestras no que tange a nosso tema.

PRIMEIROS IMPULSOS DE MODERNIZAÇÃO: O TURFE

O turfe, assim como ocorreu em muitos países, foi o primeiro esporte a se sistematizar no Rio de Janeiro. Já na segunda década do século XIX, foram promovidas as pioneiras corridas de cavalos, protagonizadas por britânicos, eventos que se tornaram mais usuais na cidade em função da transferência da família real portuguesa, tendo em vista fugir dos conflitos napoleônicos no continente europeu.

O impulso principal era organizar, numa cidade ainda modesta, uma atividade que já era usual no país de origem dos promotores, a fim de minimizar a falta de suas referências culturais. De outro lado, há que se ter em conta que o Rio de Janeiro mudou rapidamente com a chegada da família real, que passou a investir em transformações no cenário urbano, na economia e na política com o intuito de melhor preparar a cidade para que desempenhasse a nova função de sede do Império.

Cresceu a dinâmica pública, tendo sido observadas as primeiras iniciativas associativas e os pioneiros momentos, bem tímidos é verdade, da gestação de uma cultura do entretenimento. As diversões começaram a ser mais valorizadas, criando uma ambiência para as atividades esportivas.

Esse quadro se acentuaria com a Independência, articulando-se com os primeiros momentos de construção de uma ideia de nação. As corridas de cavalos, que se tornaram mais frequentes a partir da década de 1830, seguiam marcadas pela influência dos britânicos, que saíram fortalecidos e ampliaram sua presença na cidade por terem sido centrais na negociação do reconhecimento do novo país. As provas turfísticas eram encaradas pela elite como oportunidades de autoidentificação. Da mesma forma, já começam a atrair mais público, disposto a desfrutar das novas oportunidades de convivência pública.

Vejam que, já nesses momentos iniciais, as corridas de cavalos desempenhavam uma função que vai marcar sua trajetória na cidade: a de arena pública, na qual se dramatizavam os papéis sociais, onde a Corte desfilava. A população identificava os mais poderosos, inclusive a família real. As elites se encontravam e teciam suas alianças e acordos. Estrangeiros e nacionais viviam um simulacro de “civilização”.

A melhor estruturação das iniciativas, todavia, se ressentia tanto da falta de experiência na organização de espetáculos quanto da instabilidade política e social do Brasil recém-independente, acirrada pela abdicação de Pedro I, em 1831. Além disso, o novo país sentia dificuldades no âmbito da economia, inclusive em função de negociações do próprio processo de independência. Esse quadro começou a mudar na década de 1840, com a assunção de d. Pedro II ao trono.

É exatamente nesse momento que surge o primeiro clube de turfe, provavelmente a pioneira agremiação esportiva do Brasil: o Club de Corridas. Ainda que essa experiência tenha durado pouco tempo, lançou as bases para outras semelhantes, estruturadas na década de 1850, momento no qual, mesmo com dificuldades e muitas improvisações, a modalidade viveu seu primeiro momento de grande popularidade, celebrado numa instalação apropriada construída num bairro que se localizava nas redondezas da região central da cidade, o Prado Fluminense.

Nesses primeiros momentos já se lança uma expressão que será constantemente utilizada na trajetória do turfe em terras nacionais: “*utile dulce*”. Sem deixar de ser um divertimento, a prática era compreendida como um contributo para as necessidades da nação, tanto as ligadas à economia quanto às relacionadas à formação societária.

O turfe definitivamente se estruturará no fim dos anos 1870, especialmente quando foi fundada uma das mais importantes agremiações da modalidade no Brasil, até hoje existente: o Jockey Club. A partir desse momento, será crescente o número de clubes, competições e hipódromos espalhados pela cidade.

Nos anos 1880, inclusive, a prática ocupará definitivamente um papel protagonista, sendo a mais popular da cidade. Passou a ser tema do cotidiano, assunto predileto dos jornais, referência tratada na literatura e no teatro, influência nas modas e mesmo no linguajar dos mais populares, que viam nas apostas uma esperança de melhorar as duras condições de vida que acometiam a maioria.

Nessa década, tornou-se definitivamente clara sua articulação com a economia e com a política, inclusive dramatizando os conflitos que se acirraram na cidade entre uma aristocracia de características mais rurais, ligada ao comércio do café e portadora de títulos nobiliárquicos, uma elite mais tradicional, e uma burguesia mais urbana, formada por profissionais liberais e empresários que atuavam nos novos negócios citadinos, inclusive nas primeiras iniciativas de industrialização. Esses embates também se refletiam nas propostas de regime para o país: monarquia ou república.

Nesse momento, na verdade, já se delineava um novo fluxo de modernização, cujos primórdios tinham já se delineado nos anos 1850. Naquele instante, articulado com esse conjunto de mudanças, conformara-se outra modalidade: o remo.

NOVOS IMPULSOS DE MODERNIZAÇÃO: O REMO

Os anos 1850 se constituem em um marco para o Brasil. Nesse momento, sentem-se mais claramente os efeitos do processo de estabilização política que teve início com a ascensão de d. Pedro II ao trono. No âmbito da economia, houve um superávit em função do fim de certos tributos que vinham da época da Independência e de uma grande safra de café. Além disso, a proibição de tráfico negreiro contribuiu para o aumento da movimentação financeira no país, o que concorreu para incrementar o comércio, a fundação de instituições bancárias e a diversificação da economia, observando-se um primeiro surto de industrialização.

Esse movimento induziu ao aumento de relação com referências simbólicas do continente europeu, tanto por questões comerciais quanto por temas culturais. Pretendia-se consolidar a nação, tendo como parâmetro o “mundo civilizado”. Facilitaram esse contato o próprio avanço tecnológico, a melhoria do sistema de comunicações e de transportes.

Impactos desse processo são sentidos no espaço urbano da capital. São claramente entabuladas iniciativas no sentido de resolver os problemas de saúde, saneamento básico, transporte público. A isso se somou a tentativa de vinculação aos avanços científicos, ocupando espaço protagonista cada vez maior médicos e engenheiros.

Tudo isso articulado ajuda a entender a consolidação de um mercado de entretenimentos diversificado, com a ampliação tanto das alternativas de diversão quanto do público consumidor, fenômeno relacionado à gestação de um setor médio na população. Percebe-se tanto o gestar dos primórdios de uma cultura de massas quanto de uma certa vocação artística mais elitista, essa também relacionada aos desejos de consolidação da nação.

No âmbito esportivo vão se sentir claramente impactos desse processo. Um deles foi a já citada consolidação do turfe, beneficiado por essa tendência de valorização da diversão, bem como pela maior estruturação do mercado consumidor. Todavia, outro aspecto merece ser destacado. As práticas serão progressivamente relacionadas à higiene e à saúde. As atividades físicas deixaram de ser encaradas como meros divertimentos e passaram a ser tidas como necessidades da nação, que precisava de braços fortes para se desenvolver. A Guerra do Paraguai (1864-1870) ainda acrescentou a tais compreensões as preocupações com a defesa nacional.

Nesse cenário, entre tantas modalidades que se delinearam, é exemplar a conformação do remo. Suas primeiras iniciativas surgem em 1851, com a fundação da Sociedade Recreio Marítimo, que melhor estruturou provas que já vinham sendo disputadas de forma espontânea nas praias cariocas.

A ocupação do litoral, a propósito, tratou-se de uma novidade, ligada primeiro a preocupações com a saúde, relacionadas à vulgarização dos banhos como um todo e especificamente dos banhos de mar. Logo se gestaram práticas de entretenimento para além dessas questões, começando as praias a ocuparem um espaço que depois se tornaria mesmo uma forma de definição da identidade carioca. Mais ainda, percebe-se a progressiva valorização de um novo modelo de corpo, mais exposto, mais forte, mais disposto aos esforços físicos (que obviamente não se confundia com aqueles que deveriam realizar trabalhos manuais, ainda muito relacionados a uma mácula do Brasil, a escravidão, que somente foi abolida às vésperas da República).

Perceba-se que a ideia de “*utile dulce*” será ainda mais forte no que tange aos discursos sobre a prática esportiva. O remo não só será compreendido por suas contribuições para os indivíduos como também encarado como uma das formas

adequadas de celebrar a nova cidade moderna, processo que melhor se delineará nos primeiros anos do século XX, inclusive por ação direta de projetos políticos, que o incluíram numa das maiores reformas pelas quais passou a capital, protagonizada pelo prefeito plenipotenciário Pereira Passos.

Nesses 50 anos, estruturaram-se as agremiações, as competições e os regulamentos do remo, processo que se tornará mais claro nos anos 1880. É na década seguinte, todavia, que se promoveu a definitiva relação entre esse esporte e os novos parâmetros de saúde, higiene e moralidade. É nesse momento que os participantes de provas esportivas passaram a mais comumente ser chamados de atletas. Com o decorrer do tempo, a prática náutica substituiria o turfe na preferência popular, influenciando, da mesma forma que ocorrera com as corridas de cavalos, a vida cotidiana da cidade, instituindo novos desejos, novas formas de relacionamento, novas maneiras de se vestir.

O contraponto estabelecido com o turfe era claro. Os líderes do remo consideravam-no não um esporte, mas um jogo de azar, ligado a supostas velhas práticas que deveriam ser expurgadas se a nação quisesse de fato se consolidar. A prática náutica deveria ser valorizada por aqueles que exaltavam a ciência, o progresso e, em muitos casos, a república.

A força de seu discurso influenciou todas as práticas esportivas, dialogando com outra modalidade que se inseria com força na sociedade fluminense, a ginástica. Mesmo o turfe tentou dialogar com esses novos parâmetros. Na verdade, tratou-se mesmo, em geral, mais de uma vinculação discursiva, já que concretamente o que exponenciou a valorização do esporte foi sua definitiva popularização no cenário de uma cidade cada vez mais dinâmica.

Nesse contexto, logo o grande conjunto da população não desejaria mais somente assistir aos espetáculos esportivos, como acontecia com o turfe e com o remo, mas sim também tomar parte mais ativa nas competições. É nesse momento que vai se consolidar na cidade um esporte das massas, aquele que ocupará definitivamente o espaço de modalidade-rainha do país: o futebol.

A CONSOLIDAÇÃO DA NAÇÃO: O FUTEBOL

Nos anos iniciais do século XX, o Rio de Janeiro já havia presenciado inúmeras competições de distintas práticas esportivas. Não apenas assistira ao turfe e ao remo, mas também vivenciara – desde as décadas finais do século XIX – corridas a pé e de velocípedes, natação, jogo de pelota, patinação, tiro, entre outras, que se inseriam em uma sociedade cada vez mais marcada pela diversificação de um mercado de entretenimento, por um Estado e uma elite intelectual mais sen-

síveis à importância das práticas corporais e, ao mesmo tempo, por uma profusão da vida associativa e clubística.

A emergência e consolidação do futebol no Rio de Janeiro foram caudatárias dessa ambiência. Embora os primeiros indícios da presença da modalidade remontem ao quartel final do século XIX (que, aliás, ainda merecem ser melhor investigados), a prática apenas se estruturou no século XX, deixando de ser algo eventual e se tornando mais frequente na paisagem da cidade.

Em um primeiro momento, parte de seu desenvolvimento esteve ligado às agremiações e aos clubes que contavam com a presença de ingleses e seus descendentes. Esse é o caso, por exemplo, do Rio Cricket and Athletic Association, em Niterói, e do Paissandu Cricket Clube – que acabaram entrando para a história como as primeiras agremiações a promoverem jogos, em 1901, na cidade. Houve também outros espaços onde a modalidade foi praticada, como na fábrica Bangu, igualmente ligada à presença de ingleses, que posteriormente fundaram, em 1904, The Bangu Athletic Club (depois Bangu Atlético Clube). O mesmo aconteceria com os clubes cariocas de futebol, o Rio Futebol Clube e o Fluminense Football Club, ambos fundados em 1902 por membros ligados às agremiações de críquete.

A partir desse momento, a criação de novos clubes se deu de forma acelerada, em muitos casos possuindo relações com outras antigas associações e sociedades da cidade. No fim de 1904, já havia um número considerável de equipes: além do Bangu Atlético Clube e dos times do Rio Cricket e do Paissandu, o America Football Club (fundado por um grupo ligado ao Clube Atlético Fluminense, uma agremiação importante na difusão e promoção de corridas a pé e de velocípedes), o Football and Athletic Club e o Botafogo Football Club.

Em pouco tempo, ainda nas primeiras décadas do século XX, um grande número de agremiações se espalharia pelas diversas regiões da cidade, acompanhando a infraestrutura urbana e, em especial, a malha ferroviária. Dezenas e dezenas de clubes foram criados, inclusive em bairros considerados na época mais afastados, como Méier, Irajá, Cascadura, Engenho de Dentro, Caju, Bonsucesso, Jacarepaguá, Pavuna, entre outros. De fato, a prática se distanciava do que desejavam certos círculos e agremiações mais restritos, que a imaginavam associada a certos valores de *status* e distinção. Aliás, vários indícios levam a colocar em xeque a linearidade e mesmo o sentido da relação entre elite e o restante da população no que se refere à introdução e difusão do futebol na cidade, sendo até mesmo mais adequado pensá-las a partir de uma dinâmica múltipla e complexa.

Não por acaso, portanto, o futebol dramatizou as tensões e ambiguidades da sociedade carioca, justapondo e fazendo cruzar questões de classe, raça e ori-

gem social e geográfica da cidade. Conflitos, fora e dentro de campo, ligados às tentativas de restrição e ao fortalecimento de estigmas se tornarão frequentes. As disputas entre diferentes ligas, que depois, nas décadas de 1920 e 1930, culminaram, entre outras coisas, no intenso debate entre profissionalismo e amadorismo, exemplificam os mecanismos de diferenciação e manutenção de hierarquias sociais *pari passu* a uma busca pelo monopólio (sobretudo da comercialização) da prática.

Nesse cenário, gestou-se na cidade um vínculo emocional e de pertencimento com a prática e os clubes. Ao se institucionalizar para atender a públicos cada vez maiores, ávidos pela beleza, emoção e disputa das partidas, o futebol transformou-se em espetáculo de massa.

Fruto dessa rápida popularização, a conexão entre futebol e política não tardou a se tornar mais intensa; algo já visto em outras épocas e modalidades (como a relação de Pereira Passos com o remo, em 1903). Esse aspecto vai ganhar contornos sem precedentes a partir da década de 1930, intensificando-se até a década de 1970. Nesse contexto, a prática foi mobilizada enquanto símbolo de identidade nacional e expressão por excelência da “originalidade” mestiça – entendida com sinal positivo – da nossa formação social. Mais do que isso, tal representação passou a ser considerada – para além das apropriações políticas – uma metonímia da autoimagem e de uma suposta essência do brasileiro e, em particular, do carioca.

REFLEXOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO: OS ESPORTES NA NATUREZA

Com os ventos de um novo ímpeto de industrialização, na década de 1950, e de maneira mais intensa no decorrer dos anos 1960 e 1970, um novo conjunto de práticas esportivas se incorporaram à cidade. Esse processo, ao lado de diversos aspectos da história urbana do Rio, contribuiu para a conformação de algumas modalidades relacionadas a uma determinada leitura da natureza e do meio ambiente.

Devemos lembrar que desde a década de 1930, como resultado dos compromissos assumidos pelo governo Vargas com a nova classe industrial, o setor já vinha passando por importantes mudanças, ainda que o país fosse predominantemente agrícola. Contudo, será apenas nos anos 1950 que a indústria se tornará uma das principais atividades econômicas de desenvolvimento; processo que será ainda mais estimulado no governo de Juscelino Kubitschek, em 1960. No caso do Rio de Janeiro, os estabelecimentos industriais cresceram 30% entre 1940 e 1950, distribuindo-se nas redondezas de São Cristóvão e ao longo da avenida Brasil, inaugurada em 1946.

Simultaneamente, uma série de transformações ocorreu na estrutura da produção agrícola, tendo efeitos significativos nas relações de trabalho. O surgimento de novas culturas – como a da laranja, soja e cana-de-açúcar, que favoreciam a tendência à instalação da agroindústria e a racionalização das atividades agrícolas, provocando a crise do sistema de colonato – somado ao avanço das pastagens trouxe como consequência a diminuição de trabalhadores necessários à produção. Por conseguinte, houve fortes fluxos migratórios para as cidades, em parte motivados pelo processo de industrialização, mas também pelo crescimento de outros setores, como o de construção civil, de comércio e serviços.

Diante desse contexto, percebe-se o inchaço cada vez maior das cidades. Se a estimativa da população urbana do Rio de Janeiro, na década de 1940, representava 61% da população, essa proporção alcançaria 79% na década de 1960 e se intensificaria nos anos posteriores. Enquanto a população urbana havia crescido no período cerca de 135%, a rural havia diminuído 0,2%.

Por outro lado, percebe-se uma nova dinâmica urbana, marcada por certa valorização da natureza, especialmente das praias, processo que melhor se delineará a partir das décadas de 1930 e 40. Não é fortuito, portanto, que, no decorrer do século XX, a própria geografia da cidade seja interpretada como um dos elementos identitários do jeito de ser carioca.

Na verdade, desde o fim do século XIX transformara-se a relação da sociedade fluminense com os banhos de mar, cada vez mais procurados no século seguinte. A partir da década de 1930, o Centro, que sempre contou com a maior densidade demográfica da cidade, começa a perder não apenas moradores, como também atividades comerciais para os novos bairros da zona sul. Nessa época, novas modalidades esportivas surgiram na região, como o futebol de areia, o vôlei de praia, a peteca e o frescobol.

Não por acaso, nos anos 1950, constrói-se a impressão de que a praia de Copacabana e seus arredores unem o que há de mais moderno às belezas naturais da cidade, ambientada por uma *joie de vivre* sem igual. Somadas a isso, as políticas de remoção de favelas da zona sul, na década de 1960, concorreram ainda mais para a distância social e simbólica com outras zonas da cidade, colocando-a como contraponto em relação ao restante da cidade.

Todos esses processos desencadearam uma valorização de práticas realizadas em ambientes considerados naturais, bem como de gostos e estilos de vida supostamente associados a eles. Essa busca por um contato com a natureza (sem dúvida, idealizada), vinculada a uma “fuga” do urbano, fará com que o surfe e, anos depois, com a expansão da cidade para o litoral da zona oeste, o voo livre,

o montanhismo, entre outras, começassem a ser cada vez mais praticados na cidade.

No fim dos anos 1960, essas atividades ganharam novo fôlego, ainda que com contornos diferenciados, com os movimentos de contracultura. Nos anos 1980, isso se cruzou ainda com o processo de redemocratização. O binômio natureza-juventude associado a essas modalidades irá ajudar a representá-las como sinônimo de mudança e adoção de um estilo de vida mais distendido, no qual o corpo adquirirá um novo tipo de exposição no espaço público; novos critérios de esportividade serão criados. A cidade estava rapidamente mudando e esses novos elementos foram incorporados a um suposto *éthos* carioca.

CAMINHOS DA GLOBALIZAÇÃO: OS MEGAEVENTOS

No século XXI, o Brasil e, em especial, o Rio de Janeiro, vão definitivamente se inserir no circuito dos megaeventos esportivos. Em um curto período, a cidade recebeu competições de grande vulto, não apenas pela produção envolvida no espetáculo, como também pelo volume de dinheiro gasto – sobretudo público. Exemplos são os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Mundiais Militares, a Copa do Mundo (2014) e as etapas mundiais de diversas modalidades, além, é claro, dos Jogos Olímpicos realizados em 2016.

Vale lembrar, porém, que, desde o começo do século XX, o Rio de Janeiro já vinha sediando grandes eventos, inclusive esportivos. Entre eles, podemos citar: a Exposição Nacional de 1908 (em comemoração ao centenário da abertura dos portos às nações amigas), o III Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1919 (no qual a seleção brasileira foi campeã), o VI Campeonato Sul-Americano de Futebol, os Jogos Olímpicos Sul-Americanos e a Exposição Internacional como parte das comemorações do centenário da Independência em 1922, assim como a Copa do Mundo de Futebol de 1950, a Taça Independência em 1972 e a Eco 92 (uma das principais conferências de meio ambiente).

Em todos esses exemplos, a relação com a política sempre foi evidente, ainda que cada experiência fosse permeada por fatores contextuais e históricos específicos. Em todo caso, eles estiveram invariavelmente ligados às aspirações do Brasil (às vezes mais simbólicas do que concretas) de um protagonismo no cenário mundial e regional. Quando relacionadas ao esporte, essas ambições diziam respeito mais ao prestígio e ao lugar que o país ocupa no concerto das nações.

Alguns fatores distanciam essas experiências dos eventos do século XXI. Por um lado, a própria experiência histórica do Rio de Janeiro permeia, em algum

grau, a busca pela realização de tais eventos. Afinal, a cidade ocupou por muitas décadas importante papel na cena nacional, sendo palco de relevantes acontecimentos e, ao mesmo tempo, se estabelecendo como ponto de convergência e ressonância de modas e costumes. Essa posição será mitigada com a transferência da capital do país para Brasília (1960) e com o fim do estado da Guanabara (1975), que juntamente com sucessivas crises políticas e econômicas implicariam um processo de degradação e decadência do tecido urbano.

Os megaeventos, nesse sentido, seriam vistos (em parte, de forma ingênua e parcial) como modo de reverter e recuperar a cidade por meio do que se convencionou chamar de legado. Dessa perspectiva, a preparação e a produção para os jogos seriam interpretados como panaceia para os diversos problemas que o Rio de Janeiro enfrenta.

Por outro lado, de forma articulada a isso, esses eventos movimentam quantidades de recursos sem precedentes, inserindo-se em um mercado global, num momento em que os Estados nacionais já perderam parte de seu protagonismo.

Sem esquecer a relação política e esporte (que parece mais forte do que nunca), os megaeventos esportivos são hoje mais uma faceta da cidade enquanto mercadoria. Mesmo sem considerar interesses particulares e escusos envolvidos frequentemente na produção dessas iniciativas, os “legados” podem trazer – pelo menos para parte significativa da população – mais exclusão do que inclusão, mais controle do que liberdade, mais distância do que aproximação da cidade. Enfim, podem tornar árida nossa cidadania, em vez de fortalecê-la.

Nesse sentido, a história do esporte na cidade – que sempre será história da cidade – parece ter que lidar de maneira mais fina e menos linear com “antinomias clássicas” que informam a modernidade, como as relações entre: continuidade-ruptura; tradicional-moderno; rural-urbano; popular-elite; nacional-estrangeiro; e global-local. Sem isso, corremos o risco de construir narrativas marcadas por ausências relevantes e, portanto, anacrônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1990.

- CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *História do Brasil nação (1808-2010): a construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 2, p. 83-130.
- DIAS, Cléber Augusto. *Urbanidades da natureza: os esportes e a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DIAS, Cléber Augusto; FORTES, Rafael; MELO, Victor Andrade de. Sobre as ondas: surfe, juventude e cultura no Rio de Janeiro dos anos 1960. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 112-128, 2012.
- MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830- 1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SANCHEZ, Fernanda (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MELO, Victor Andrade de. O corpo esportivo nas searas tupiniquins: panorama histórico. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 507-530.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos [Padre Perereca]. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

POLÍTICA CULTURAL, JOGOS OLÍMPICOS E OS VALORES DA CRIATIVIDADE E DA DIVERSIDADE

ALEXANDRE BARBALHO*

O desafio de refletir sobre as ações culturais associadas ao acontecimento dos Jogos Olímpicos de 2016, realizados no Rio de Janeiro, não pode prescindir de se compreender a disputa simbólica que ocorre entre as metrópoles globais no sentido de se destacarem como destino turístico a partir de atributos variados (naturais, culturais, econômicos, etc.) – disputa na qual a capital fluminense está inserida. Portanto, as políticas e ações culturais (*cultural politics*) implementadas pelos diversos agentes públicos ou privados durante o evento se constituem como uma jogada no âmbito maior de uma estratégia para tornar a cidade ainda mais “maravilhosa” e assim diferenciá-la nesse jogo intercidades.

Por sua vez, uma análise sobre as políticas culturais, entendidas agora como políticas públicas para o setor (*cultural policy*),¹ aponta para uma de suas dimensões valorativas estruturantes, ou seja, de fundamento dos programas e projetos que vêm sendo estabelecidos no Ministério da Cultura (MinC) desde a gestão de Gilberto Gil, qual seja, a dimensão da diversidade cultural.

Certamente ambos os níveis, o da *cultural politics* e o da *cultural policy*, estão profundamente imbricados, mas a separação aqui, mais do que didática, é heurística, pois nos permitirá, ao fim, compreender de forma articulada os vários agentes, interesses, disputas e valores postos no contexto. A tese que será desenvolvida é a de que os valores “criatividade” e “diversidade”, tratados quase que como sinônimos, permeiam os dois níveis e lhe dão legitimidade e operacionalidade.

* Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Ufba, com estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa. Professor dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da Uece e em Comunicação da UFC. E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com.

1 Entende-se *policy* como as políticas públicas propriamente ditas, as decisões governamentais; por *politics*, a esfera do “jogo político”, da dinâmica, das disputas de sentido, de valores, de ideias, de projetos políticos, sendo que são as disputas, as controvérsias da *politics* que alimentam a *policy* (COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil).

Por sua vez, o olhar privilegiado à dimensão político-cultural do evento converge com o mote proposto para este livro, qual seja: “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. Ora, o que se define como memória coletiva, seja a de uma comunidade onde a solidariedade é mecânica, resultado de uma forte interação primária, face a face,² seja a de uma comunidade imaginada, cuja interação é mediada, como é o caso da nação,³ em ambos os casos, tal definição sempre foi alvo de disputas. Afinal, nem o indivíduo isolado, nem em relação compondo uma sociedade, pode ser como “Funes, o memorioso”,⁴ que de tudo se lembra. Há necessidade, portanto, de esquecimentos e de lembranças.

Quando se decide o que se deve lembrar (e esquecer) por meio de políticas públicas, ou seja, quando essas lembranças são definidas como patrimônio de uma coletividade, as disputas em torno do que compõe a memória, por serem institucionais, ganham uma visibilidade, que pode ser maior ou menor, dependendo do vigor da cultura política democrática vigente na sociedade e no Estado.

Contudo, vale lembrar que, segundo Maurício Lazzarato, em tempos de mídia, não somos mais prioritariamente cidadãos individuais a serem disciplinados, nem integrante da população, alvo da governamentalidade. Agora somos levados em consideração, acima de tudo, porque somos público. O alvo do poder não é mais o corpo biológico, seja ele *bíos* ou *zôé*,⁵ mas a vida como memória, entendida como potência de atualização do virtual.

Lembrar, afirma Lazzarato na esteira de Bergson, Tarde e Nietzsche, “[...] é atualizar um virtual, e esta atualização consiste em criação, em individuação, e não em simples reprodução”.⁶ Não sem razão, Huyssen afirma que “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”.⁷

Assim, a partir do prefixo grego *nous*, que significa a parte mais elevada da alma, mas que também é o nome de um provedor de internet, Lazzarato propõe o neologismo “noopoder” para qualificar essa nova forma de atuação do poder que modula os cérebros e captura a memória e a atenção e seu conjunto de técnicas de controle.⁸ Diz Lazzarato: “As forças mobilizadas pela cooperação entre os cére-

2 DURKHEIM, Émile. *Sociologia*.

3 ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusion del nacionalismo*.

4 Personagem do conto homônimo de Jorge Luis Borges, publicado em 1944 na coletânea *Ficções*.

5 AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*.

6 LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*, p. 84.

7 HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*, p. 9.

8 LAZZARATO, M. *Políticas del acontecimiento*; LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*; VEIGA-NETO, A. *Governamentalidades, neoliberalismo e educação*.

bros, que são capturadas pelas novas instituições (a opinião pública sendo uma delas), são, portanto, as da memória e da atenção”.⁹ Isso ocorre porque tais forças são “forças sociais e econômicas que devem ser capturadas para que se possa controlar e explorar o agenciamento da diferença e da repetição”.¹⁰

Compreende-se, portanto, a importância de se pesquisar e analisar a memória dos Jogos Olímpicos e, no nosso caso específico, a construção simbólica que se dá em torno deles a partir das políticas culturais.

RIO DE JANEIRO, CIDADE MARAVILHOSA E CRIATIVA

No contexto das disputas simbólicas entre as metrópoles globais para se sobressair e assim captarem mais investimentos de todas as ordens,¹¹ os megaeventos, incluindo os esportivos, ocupam um lugar estratégico pelo alto grau de visibilidade e de fluxo de visitantes que possibilitam à cidade anfitriã, antes, durante e mesmo após a sua realização, além de um suposto legado urbanístico (transporte público, recuperação de áreas degradadas social e/ou ambientalmente, etc.). Se essa visão ideal é bastante criticada pelo formato pouco democrático e restrito socialmente das ações implementadas em nome de tais eventos,¹² ela parece se impor aos gestores públicos, de diferentes filiações políticas, e aos investidores privados. Tanto é assim que a captação da Copa do Mundo de 2014 para o Brasil e dos Jogos Olímpicos de 2016 para o Rio de Janeiro foi liderada pelo governo federal, ainda na gestão Lula, com apoio dos governos estaduais e de suas capitais, além de empresários e amplos setores da mídia e da sociedade civil.¹³

A construção da imagem global propiciada pelos megaeventos esportivos converge com o discurso da economia criativa, ou mais especificamente, da cidade criativa, título reivindicado pelo Rio de Janeiro, como demonstra a seguinte sequência de eventos: em 2008, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) promoveu uma pesquisa cujo resultado intitulou-se “A cadeia da indústria criativa no Brasil”, destacando os dados relativos ao estado do Rio de Janeiro e o potencial da referida cadeia no PIB estadual. Logo em seguida, a Secretaria de

9 LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*, p. 83.

10 Para um maior desenvolvimento da discussão sobre memória e poder, ver: BARBALHO, Alexandre. *A agonística da memória e do patrimônio em tempos de noopoder*, p. 109-124.

11 SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*.

12 GUAL, Francesca Femenias. *Mega-eventos en el sur global: efectos y consecuencias del planeamiento urbanos y las políticas urbanas: perspectivas des del Complejo da Maré, Rio de Janeiro*.

13 MASCARENHAS, Fernando et al. *O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da Agenda Rio 2016*; OURIQUES, Nilso. *Olimpíada 2016: o desenvolvimento do subdesenvolvimento*; PRONI, Marcelo Weishaupt. *Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016*.

Estado da Cultura criou o Departamento de Indústrias Criativas; em 2009, o prefeito Eduardo Paes elegeu a economia criativa como um dos setores estratégicos do município e o governo do estado criou a incubadora de negócios Rio Criativo; no ano seguinte, a cidade entrou na rede Districts of Creativity, tendo sido candidata a sediar a nona edição do Fórum Mundial de Criatividade, promovido pela rede.¹⁴

João Domingues, por sua vez, ressalta como as recentes políticas urbanas têm reconfigurado o patrimônio histórico do Rio de Janeiro a partir da lógica da gentrificação e do *city marketing*,¹⁵ embalada pela retórica da economia criativa. É o caso da política vigente desde 2010 intitulada, sugestivamente, de “Pós-2016, o Rio mais integrado e competitivo”. Trata-se, na realidade, de um “processo que possibilita inscrever a cidade no mercado mundial de grandes negócios urbanos e habitar o imaginário da reificação da cidade sobre um conjunto de atributos culturais”.¹⁶

Tais políticas de reconfiguração urbana estão profundamente imbricadas com as de cultura, em especial àquelas voltadas para a memória e o patrimônio, que submetidas à lógica do lucro e da espetacularização acabam por atrofiar a riqueza cultural da cidade e inviabilizar as práticas patrimoniais e de memória dos grupos subalternizados que vivem nesse espaço urbano. O processo de afirmação da memória, nesse caso, de determinada memória na “cidade-empresa”, ocupa um papel central, “constrangendo práticas que se desassociam da legitimação necessária à concretização do projeto de mercantilização da cidade”. Dessa forma, os empreendedores urbanos, com seus planejamentos estratégicos, constroem “uma nova imagem da cidade (memória em processo) que invisibiliza sujeitos pela reclusão espacial e pela seleção patrimonial”.¹⁷

O esporte, a cultura e a natureza são os principais recursos, no sentido que dá a esse termo Georg Yúdice,¹⁸ que a cidade apresenta como seu diferencial, seu *local color*.¹⁹ Tais recursos são tratados de forma indiferenciada na promoção do

14 PIO, Leopoldo Guilherme. Novas tendências na revitalização de áreas “históricas”: o caso Porto Maravilha; SZANIECKI, Barbara Peccei. Uma política cultural para as práticas criativas; WANIS, Amanda. A economia criativa e o urbanismo culturalizado.

15 Um dos casos pioneiros de *city marketing* no Brasil foi o de Curitiba nos anos 1980 e 1990, tendo se tornado um caso paradigmático para o restante das metrópoles brasileiras. A esse respeito, ver: GARCIA, Fernanda. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*.

16 DOMINGUES, João. *A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes*, p. 22.

17 *Ibid.*, p. 25.

18 YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*.

19 JAGUARIBE, Beatriz. *Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos*.

“momento Rio”, como salienta Amanda Wanis – “uma cidade reinventada sobre as bases simbólicas para atração de negócios e talentos”–,²⁰ transformando-a em uma “vitrine” de alcance global e que tem no projeto de requalificação urbana da região portuária do Rio, o “Porto Maravilha”, um de seus principais ícones,²¹ e na cultura e suas políticas, como o “Porto Maravilha Cultural”, um papel central.²²

Nesse sentido, é reveladora a discussão que Elder Alves e Carlos Souza fazem sobre a categoria de economia criativa como uma “formulação nativa”. Para os autores, por meio dessa estratégia metodológica, é possível identificar os interesses políticos e institucionais que se conformam a partir dessa formulação – surgida na relação entre escolas de negócios, governos nacionais e agências transnacionais, com destaque para a Unesco e a Unctad. Assim, economia criativa é uma “síntese teórica nativa”, “utilizada por uma miríade de novos agentes econômico-culturais para justificar e implementar políticas econômico-culturais e, por conseguinte, a criação de novos negócios culturais”. O que resulta em “investimentos normativos, econômicos, políticos e culturais em torno da criatividade e dos processos criativos” que “têm alterado o estatuto social da criatividade e produzido uma nova hierarquia artístico-cultural no Brasil”.²³

Como construção simbólico-discursiva, a categoria de economia criativa engendra “novas práticas e fundos de saber considerados eminentemente criativos [...] vicejando um agudo discurso *culturalista* no ambiente empresarial-corporativo e governamental”, ao mesmo tempo em que instaura “novas realidades e dinâmicas econômico-culturais”,²⁴ ao justificar políticas culturais em países e cidades em todo o globo. Não é à toa que, no caso específico do Brasil, os autores identifiquem três focos principais de produção e veiculação desse discurso, um em âmbito nacional, no MinC, com a criação da Secretaria da Economia Criativa, na gestão Ana de Hollanda em 2011, e dois no estado do Rio de Janeiro, envolvendo o âmbito privado: a já citada Firjan – na realidade, um sistema reunindo, além da Federação, o Centro Industrial do Rio de Janeiro, o Serviço Social da Indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Instituto Eivaldo Lodi – e o Sebrae.

20 WANIS, Amanda. A economia criativa e o urbanismo culturalizado, p. 124.

21 PIO, Leopoldo Guilherme. Novas tendências na revitalização de áreas “históricas”: o caso Porto Maravilha.

22 CARVALHO, Bruna Gomes Leite de. *Rio como fomas: políticas culturais de 2001 a 2012*.

23 ALVES, Elder P. Maia Alves; SOUZA, Carlos Alessandro de Carvalho. A economia criativa no Brasil: o capitalismo cultural brasileiro contemporâneo.

24 *Ibid.*, p. 124.

Como já dito, o discurso da indústria criativa encontra terreno fértil na lógica das disputas globais intercidades e dos megaeventos, portanto, o tipo de terreno que o Rio de Janeiro vem propiciando a partir da convergência de interesses e investimentos públicos e privados desde a primeira gestão de César Maia, em 1993,²⁵ quando se iniciou a articulação que resultaria no “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. Tal articulação, que contou com a presença ativa da Firjan, entre outros agentes, contratou uma empresa de assessoria espanhola, mais especificamente catalã, com o objetivo de transformar a cidade em uma nova Barcelona. Desde essa época remontam as primeiras reivindicações do Rio de Janeiro para se tornar a sede das Olimpíadas.

No documento “Elaboração de estudos para promover a sustentabilidade no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, subsidiando a revisão do Plano Diretor da Cidade”, produzido em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas, em uma demanda do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, o relatório aponta que haveria na cidade um ambiente favorável à aplicação de uma “nova diretriz econômica, estratégica para a cidade, calcada nas singularidades do Rio de Janeiro”, que teria nas indústrias criativas uma “fonte de enorme potencial”, uma vez que “a avaliação da adequação do conceito à cidade foi unânime, sob as óticas econômica, cultural, social e de planejamento urbano”. Desse modo, as indústrias criativas constituindo uma cidade criativa seriam “um potencial eixo estratégico de desenvolvimento socioeconômico, capaz de alavancar a competitividade carioca e valorizar a cultura local”.²⁶ O documento diz ainda que “o risco de fundo [do não desenvolvimento das potencialidades criativas] seria que o Rio de Janeiro perdesse a oportunidade histórica engendrada pelas articulações, priorizações e planejamentos suscitados pelo binômio Olimpíadas 2016-Copa do Mundo 2014”.²⁷

Desse modo, afirma Carlos Vainer, os Jogos Olímpicos de 2016 constituem apenas “o desenlace de trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade

25 Na realidade, o que se tem no Rio de Janeiro, a partir do primeiro governo Maia, é o estabelecimento de um ciclo político dentro da lógica da esfera pública midiática (CARVALHO, Bruna Gomes Leite de. *Rio como fomos*). Portanto, é razoável falar de uma “era Maia”, a qual, segundo Paula Camargo, é “marcada pela idealização e execução de vários projetos monumentais e proporcionalmente controversos” (CAMARGO, Paula de Oliveira. *As cidades, a cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro*, p. 21), nos quais a cultura funciona como âncora para ações grandiosas de recuperação e revitalização urbana.

26 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Elaboração de estudos para promover a sustentabilidade no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, subsidiando a revisão do Plano Diretor da Cidade: produto 3: relatório de consolidação dos resultados alcançados com o projeto.*

27 *Ibid.*, p. 45-46.

e de planejamento urbano se impôs”,²⁸ onde o comando está nas mãos de especialistas que atuam por meio de atos de exceção, nos quais as regras e as leis estabelecidas política e, portanto, publicamente são deixadas de lado. O caso mais recente dessa cidade de exceção foi a decretação do estado de calamidade pública, por parte do governo estadual, com apoio do governo federal, como saída para o estado contrair novos empréstimos e assegurar o “cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”.

Para tanto, as “autoridades competentes” estariam “autorizadas a adotar medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais”, posto que um possível desastre do evento acarretaria uma repercussão mundial e “um risco à imagem do país de difícilíssima recuperação”.²⁹ Assim, a cidade responde à lógica de governança que tem por base não mais a transparência e a eficácia dos gastos públicos em seu retorno social, mas a lógica empreendedorista e seu retorno mercadológico.³⁰

Acontece que essa opção não se dá sem resistências por parte das camadas sociais mais desfavorecidas, atingidas e removidas de seus territórios e locais de moradia. Emblemático é o dossiê “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro, junho 2014”, produzido por organizações e movimentos sociais, lideranças populares e pesquisadores acadêmicos reunidos no Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. O dossiê analisa a violação e o desrespeito a diversos direitos (moradia, mobilidade, meio ambiente, cultura, trabalho, participação, etc.) das comunidades que sofreram algum tipo de intervenção por conta dos dois megaeventos.

Como situa Eder Souza, tais políticas de intervenção e reordenamento urbano e suas conseqüentes violações dos direitos se ampliam “principalmente em comunidades de baixo poder aquisitivo que residem em áreas pretendidas pela prefeitura do Rio”, e resultam em remoções e despejos forçados das comunidades afetadas. Ainda segundo Souza, “denúncias contra as remoções pululam em

28 VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro, p. 2.

29 Decreto na íntegra disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/06/1782931-decreto-foi-acordado-com-temer-para-agilizar-liberacao-de-creditos-para-o-rj.shtml>>. Acesso em: fev. 2017.

30 SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Metropolização e megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira.

observatórios e diversos sites de notícias sobre as ações da prefeitura, contrariando a perspectiva de uma cidade democrática e sustentável”.³¹

Mas, como era de se esperar, os conflitos sociais e as diferenças culturais não ganham visibilidade nos discursos otimistas e harmonizadores da cidade criativa. Nesse sentido, converge com determinado discurso, de matriz liberal, acerca da diversidade cultural como expressão da identidade humana universal – discurso esse que talvez tenha como seu documento mais conhecido o relatório da Unesco significativamente intitulado “Nossa diversidade criadora”.

BRASIL, UM PAÍS DIVERSO E DE TODOS

O discurso da identidade e da diversidade culturais pauta a atuação da política brasileira há bastante tempo, sendo constantemente ressignificado, inclusive nas gestões dos governos Lula e Dilma, e se expressa na programação cultural dos Jogos Olímpicos. Vale pontuar, ainda que rapidamente, os momentos paradigmáticos desse processo antes de abordar o contexto atual das Olimpíadas.

O primeiro momento de intervenção sistemática do Estado brasileiro na cultura ocorre após a “Revolução de 1930”. Quando assume o governo, Getúlio Vargas procura unir o país em torno do poder central, construir o sentimento de “brasilidade”, reunindo a dispersa população em torno de ideias comuns, e elaborar uma nova visão do homem brasileiro. “Cultura” e “política” formam termos indissociáveis, devendo mesmo se fundir em torno da “Nação”. Há a tentativa de criar uma “cultura do consenso” em torno dos valores da elite brasileira e do projeto de uma “cultura nacionalista”.

A valorização da nacionalidade como política de Estado orienta a ação do governo na área cultural ao glorificar a cultura popular mestiça, elevando-a a símbolo nacional. O “popular”, ou o folclore, retirado do local onde é elaborado, ocultando assim as relações sociais das quais é produto, funciona, nesse momento de constituição da “cultura brasileira”, como força de união entre as diversidades regionais e de classe. A mestiçagem amalgama os tipos populares em um único ser, o Ser Nacional, cujas marcas são a cordialidade e o pacifismo.

A transformação do popular em nacional e deste em típico corresponde a um movimento ideológico denominado por Marilena Chauí³² de “mitologia verde-amarela”, que se transveste em palavras de ordem adequadas a cada contexto

31 SOUZA, Eder Claudio Malta. *Políticas urbanas de patrimonialização e consumo: a paisagem cultural do Rio de Janeiro*, p. 149.

32 CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*.

histórico. No Estado Novo era “Construir a Nação”, permitindo ao Estado intervir na cultura como elemento dessa construção.

Depois do período getulista, outro momento de nossa história que observa a intervenção sistemática do Estado no campo cultural é o do regime militar instaurado em 1964. Nesse momento, a preocupação das elites dirigentes não é mais “criar uma nação”, e sim garantir sua integração. No entanto, mais uma vez, a cultura é percebida como elemento central na garantia da nacionalidade. Por sua vez, ao regime militar não interessa se apresentar como ruptura radical com o passado. Nesse sentido, ele dá continuidade ao pensamento sobre a cultura nacional, estabelecido durante o governo Vargas, mantendo certa tradição conservadora e ligando um momento ao outro.

A “mitologia verde-amarela”, sempre retrabalhada pelas elites brasileiras de acordo com o contexto, assume agora o lema “Proteger e integrar a Nação”. Com isso, a cultura popular, elemento central dessa mitologia, é apropriada pela classe dominante por meio de determinada visão do nacional-popular que representa a nação de forma unificada. Para os ideólogos do regime, a unidade não descarta a diversidade. O todo é diversificado, porém, no conceito, o todo se torna a diversidade do que é, em si, uno e idêntico. O nacional reforça a identidade diante do que vem do exterior, enquanto o popular atua no reforço no interior do país. A junção das duas instâncias ocorre por intermédio do Estado.

O lema da diversidade na unidade referenda a ação governamental na cultura, dando-lhe aspecto de neutralidade, de guardião da identidade brasileira definida historicamente. A miscigenação revela uma realidade sem contradições, já que o resultado do encontro entre as culturas passa por cima das possíveis divergências, e acaba por qualificar a cultura brasileira como democrática, harmônica, espontânea, sincrética e plural.

No período posterior ao regime militar, durante a era FHC, o MinC investiu na política de incentivo fiscal, reforçando a lógica do mercado na cultura que termina por pautar a discussão acerca da identidade nacional e da diversidade cultural. O governo FHC não está preocupado com a “segurança nacional”, nem, portanto, com a integração e a salvaguarda da cultura brasileira, mas com a formação de um mercado nacional e internacional para os diversos bens culturais produzidos no país.

Segundo o então presidente Fernando Henrique Cardoso, o sucesso comercial no país e no exterior da música brasileira é paradigma “daquilo que a cultura brasileira tem de mais excitante: a riquíssima diversidade haurida das múltiplas fontes da nossa formação histórica”. Portanto, “muito ao contrário do nacionalismo

xenófobo, eminentemente defensivo, essa cultura (brasileira) em ebulição inspira uma visão autoconfiante do Brasil em tempos de globalização”.³³ Por sua vez, Weffort, seu ministro da Cultura, afirma que o Brasil não tem porque temer a globalização, pois é formado por um povo de “enorme vitalidade cultural” e que segue conquistando os “sentidos da sua identidade”.³⁴

Ao analisarmos a atuação do Ministério da Cultura a partir do primeiro governo Lula, observa-se uma outra perspectiva em relação aos períodos analisados anteriormente: a questão identitária se pluraliza. É recorrente nos documentos e falas oficiais o uso no plural de palavras como política, identidade e cultura: as políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras.

A diversidade não se torna uma síntese, como no recurso à mestiçagem durante a era Vargas e na lógica integradora dos governos militares, nem se reduz à diversidade de ofertas em um mercado cultural globalizado. A preocupação das gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira, período em que de fato foi elaborada a política cultural dos governos petistas, estaria em revelar os “brasis”, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais, etc. Na avaliação de Juca Ferreira, há no MinC uma nova visão de cultura com viés antropológico que valoriza todos os modos de expressão, daí a necessidade de chegar às culturas populares, às etnias, aos grupos etários, aos trabalhadores, dando “a importância devida a essas expressões culturais, conferindo-lhes o justo valor cultural, preenchendo lacunas e reparando erros”.³⁵

A preocupação do MinC com os grupos e redes excluídos do raio de alcance do Ministério motivou a criação de um dos mais importantes programas das gestões Gil/Juca, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Na compreensão de Célio Turino, coordenador do programa, o Cultura Viva se volta para aqueles que denomina de “os sem Estado”, ou seja, os milhares de brasileiros e brasileiras que não acessam os direitos básicos da cidadania, inclusive o cultural. Em sua busca por um “Estado ampliado”.³⁶ A principal ação do Programa Cultura Viva é o Ponto de Cultura, com o qual, por meio de um edital de seleção pública, o MinC apoia projetos culturais promovidos pela sociedade civil. O intuito é estabelecer uma rede entre esses pontos e o Estado, de modo a promover o fluxo de informação, conhecimento, experiência.

Nessa breve passagem sobre os momentos paradigmáticos das relações entre Estado e cultura no Brasil se percebe como a questão da identidade nacional

33 CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio, p. 14.

34 WEFFORT, Francisco. Introdução, p. 25.

35 FERREIRA, Juca. Um grande encontro no coração do Brasil: a mudança pela cultura, p. 19.

36 TURINO, Célio. Desescondendo o Brasil profundo, p. 15.

é recorrente a todos os períodos analisados. É como se fosse um enigma a ser desvendado pelos intelectuais orgânicos de cada governo, cuja possibilidade de resposta parece necessariamente passar pela questão da diversidade cultural.

No entanto, como se observou, há algumas peculiaridades que se revelam em cada momento. Nos governos de Vargas e dos militares, interessados, respectivamente, em construir e integrar a Nação, o discurso acerca da identidade nacional conhece uma forte continuidade baseada no conceito de mestiçagem abordado de forma conservadora. A cultura mestiça garante que da diversidade de raça e de região surja a essência da brasilidade.

O caminho perseguido por esses dois momentos de autoritarismo da história brasileira trabalha a identidade nacional, como diria Stuart Hall, “em termos de uma cultura partilhada, uma espécie de ‘ser verdadeiro e uno’ coletivo, oculto sob os muitos outros ‘seres’ mais superficiais ou artificialmente impostos, que pessoas com ancestralidade e história em comum compartilham”.³⁷ Por esse viés, a identidade cultural fornece unicidade a um povo, a sua essência, por meio de referências e sentidos estáveis que pairam intocáveis sobre os conflitos e divisões sociais.

O retorno à democracia nos anos 1990 comunga com o fortalecimento no Brasil do ideário neoliberal que os governos FHC assumem como seu. A consequência para o campo cultural é a ratificação da política de incentivos fiscais iniciada no governo Sarney. O discurso identitário – perde-se o essencialismo autoritário e conservador dos anos 1930/1940 e 1960/1970 – passa a ser pautado pela lógica do mercado globalizado. Uma vez posto em xeque o lugar unificador e integrador da identidade nacional, parece prevalecer o discurso liberal da diversidade, em que todos são iguais perante o mercado.

Com o governo Lula, tem-se uma reavaliação do que seria a identidade nacional brasileira, que aponta para o pluralismo e a incorporação de expressões culturais historicamente excluídas. A diversidade não resulta mais em uma síntese, pelo contrário, é o polo identitário que cede à diversidade e se multiplica em identidades. Há, por sua vez, a crítica à concepção mercadológica da cultura e a cobrança do papel fundamental do Estado como elaborador e executor de políticas culturais.

No entanto, mesmo fazendo referências às diferentes culturas, a gestão do ministro Gilberto Gil não consegue romper com a busca de uma harmonia entre os brasis. Não se coloca na sua radicalidade a questão da identidade em seu conflito com a alteridade, com a diferença. A relação identidade/diversidade é funda-

37 HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora, p. 68.

mental para se perceberem as diversas manifestações culturais que funcionam como referências identitárias, e muitas vezes efêmeras, para os vários grupos de uma sociedade. Os sentidos assumidos, portanto, não são fixos e sim processuais, e a identidade deixa de ser um fato consumado para ser uma produção.

Acontece que a diversidade não dá conta dos conflitos entre as culturas. Seu pressuposto é o da convivência harmoniosa, a fraternidade entre os povos do ideário iluminista, como revela Gil na apresentação ao seminário Diversidade Cultural Brasileira: “São fundamentais o respeito, a valorização e o convívio harmonioso das diferentes identidades culturais existentes dentro dos territórios nacionais [...] podemos e devemos reconhecer e valorizar as nossas diferenças culturais, como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade”.³⁸

Creio que a essa perspectiva cabem as observações críticas de Tomaz Tadeu da Silva quando aponta que “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser neutralizadas, cristalizadas, essencializadas”.³⁹ A questão que se coloca é como uma política pública de cultura, além de trabalhar com as identidades e a diversidade, pode incorporar as diferenças. Como lidar com as manifestações culturais que não se encaixam harmoniosamente como peças de um quebra-cabeça porque suas arestas não permitem. Não se trata do respeito tolerante ao Outro, daquilo que Slavoj Žižek denominou de noção horizontal da diferença, onde as diferenças acabam se ajustando em um mosaico cuja figura é a da humanidade. A questão é afirmar as diferenças verticais, os antagonismos que atravessam a sociedade. É preciso “reafirmar a noção de um antagonismo inerente que constitui o campo social”.⁴⁰ Entre outras palavras, uma política cultural justa, na definição de Jacyntho Brandão, seria a que provocasse “embates entre diferenças, balançando as certezas da cultura dominante”, tendo consciência que as “relações culturais são por natureza conflituosas”.⁴¹

A CULTURA NAS OLIMPÍADAS: O MAIS DO MESMO

Feitas essas considerações sobre criatividade, diversidade e política cultural, podemos retomar a questão proposta no início deste ensaio e observar como tais elementos encontram-se nos eventos culturais das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

38 GIL, Gilberto. Apresentação, p. 7.

39 SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença, p. 73.

40 ŽIZEK, Slavoj. Chocolate e identidade, p. 13.

41 BRANDÃO, Jacyntho. A tradição da diversidade cultural: ensaio de tipologia, p. 82. Para um desenvolvimento do debate entre política cultural e diferença, ver: BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença.

Não nos interessa aqui a discussão envolvida com a troca de gestão no Governo e no MinC e as consequências desses processos, como a diminuição da programação, a falta de recursos, etc.⁴² O que importa é analisar os discursos que surgem a partir da programação anunciada e observar se e como permanece a lógica da minimização das diferenças e da celebração da diversidade.

Quando ainda ministro da Cultura, Juca Ferreira anunciou que os mais de 2 mil espetáculos culturais programados para o evento iriam “apresentar ao mundo a diversidade cultural brasileira”.⁴³ A importância da programação está em “traduzir a diversidade e a complexidade cultural brasileira” para os espectadores do mundo e do próprio Brasil, de modo que estabeleça “uma relação positiva com o país, fazendo crescer a presença e a afirmação cultural do Brasil no mundo”.⁴⁴

Já para o ministro Marcelo Calero, “é sempre um desafio fazer refletir uma cultura tão diversa quanto a brasileira para mostrar a nossa diversidade em toda a sua riqueza e esplendor”.⁴⁵ Como se observa, o discurso oficial do Estado, ou seja, aquele que tem a força de fazer ver e crer, segundo Bourdieu,⁴⁶ é o do apelo à diversidade, em sintonia com o que foi dito anteriormente sobre o seu papel harmonioso. Dimensão que não passa despercebida por outros loci discursivos, como o da imprensa.

O jornal *O Globo*, por exemplo, narra o “tom geral” da abertura dos Jogos Olímpicos, uma festa da diversidade harmoniosa que tem como motes a natureza, o brasileiro e a inventividade: “O espetáculo começa com o piso do estádio sendo transformado em ondas. Bailarinos surgem puxando grandes insetos em uma floresta, numa referência ao Brasil pré-colonial. Na sequência, um grupo de 72 dançarinos dos boi-bumbás Caprichoso e Garantido, de Parintins, na Amazônia, representarão as tribos indígenas. Seguem-se a eles as caravelas, os colonizadores portugueses e os escravos africanos”. Um dos pontos altos da emoção envolvida no espetáculo será quando uma favela se erguer no palco, “formada por blocos em forma de mosaico que vão se revezando, como se a favela não parasse de crescer”. Até a diversidade sexual será contemplada, com a modelo transexual Lea T como um dos destaques, vindo junto com a delegação brasileira.⁴⁷

42 A esse respeito, ver, por exemplo, a matéria “Com críticas à gestão anterior, ministro da Cultura lança programação para a Olimpíada”, assinada por Marcelo Grillo.

43 A programação anunciada pelo MinC para as Olimpíadas está disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1370221/Programa%C3%A7%C3%A3o+Olimp%C3%ADadas+Rio+2016.pdf/76bba3b4-6407-44b3-ae24-4c9c7e45f6a3?version=1.0>>. Acesso em: fev. 2017.

44 MINISTÉRIO DA CULTURA. *Dois mil atrações culturais nas Olimpíadas*.

45 MINISTÉRIO DA CULTURA. *Diversidade cultural brasileira será apresentada no RJ*.

46 BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État: cours au Collège de France: 1989-1992*.

47 O ESPETÁCULO de abertura inicia a Olimpíada, às 20h desta sexta. *O Globo*.

Para o jornalista André Miranda, de *O Globo*, em matéria cujo título é bastante sugestivo daquilo que estamos discutindo (“Rio celebra a diversidade e passa mensagem de esperança na abertura dos Jogos no Maracanã”), a festa de “uma nação formada por diferentes povos, crenças e ritmos deu ao mundo nesta sexta-feira sua mensagem de esperança”. Naquela cerimônia, “o Brasil esqueceu momentaneamente seus problemas para apresentar uma festa extremamente sólida, emocionante em alguns instantes e memorável em outros, sempre apoiada na formação cultural do país”. Em determinado momento do enredo, “os diversos povos que ao longo de séculos formaram o Brasil foram se reunindo, mudando a paisagem do Maracanã. Os exploradores portugueses, os escravos africanos e os imigrantes japoneses criaram um país agrário, mostrado através das projeções em vídeo como plantações vistas do céu”.⁴⁸

A imprensa, contudo, pode ser o lugar de emergência de um discurso crítico a esses festejos, em especial quando abordados não pelos jornalistas, mas pelos articulistas, oriundos de outros lugares de fala, como a universidade, e de outros saberes (sociologia, história, filosofia, etc.). Assim, a coluna de Thales de Menezes, na *Folha de S. Paulo*, revela o poder simbólico envolvido na festa de abertura das Olimpíadas. Como bem observa, as letras das músicas oficiais falam da beleza e do calor humano de seu povo. As imagens dos cliques e vinhetas, por sua vez, apostam na mistura harmônica das culturas e das classes sociais, misturando os garotos pobres das favelas com os astros olímpicos nacionais.⁴⁹ Poder esse exposto também por outro colunista da *Folha*, o filósofo Vladimir Safatle, quando observa que, na abertura das Olimpíadas, o que se teve foi a “velha ladainha política de sempre” de exaltação do “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza, no qual todas as raças, no qual a favela e o asfalto, no qual todos os gêneros se encontram em uma conciliação multicultural poligenerosa” – uma ladainha, na realidade um discurso político, “fruto de uma ideologia cultural secular baseada no silenciamento das contradições e da violência dos conflitos”.⁵⁰

Outra não é a perspectiva de Angela Alonso, também colunista da *Folha*. Em texto escrito após o término das Olimpíadas, a socióloga retoma Afonso Celso que, no início do século XX, falava do ufanismo nacional baseado no seu povo e na sua natureza. Para Alonso, esse mesmo princípio centenário, de congraçamento das três raças num povo miscigenado, foi reatualizado por meio de criativas intervenções tecnológicas nas festas de encerramento e abertura das Olimpíadas: “Natu-

48 MIRANDA, André. Rio celebra a diversidade e passa mensagem de esperança na abertura dos Jogos no Maracanã.

49 MENEZES, Thales de. Hinos do Rio.

50 SAFATLE, Vladimir. A política, quando é feita pelos novos usurpadores do Estado, é permitida.

reza e cultura deram a suma da brasilidade. Exuberantes e criativos, resilientes e alegres, os brasileiros da abertura olímpica corporificaram o povo cordial [...] Esse Brasil sem hierarquias nem conflitos, irmanado sob a bandeira verde e amarela, ressoou fundo, vide a emoção do público e a reação da mídia”.⁵¹

Por fim, para Jorge Coli, historiador da arte e colunista da *Folha*, a festa de abertura das Olimpíadas reafirmou os mitos das origens, da miscigenação, da unidade e apelou para a ecologia por meio de um apego sentimentalista, “quando, no Brasil, as florestas são devastadas e os índios, dizimados”. Por sua vez, “a figura de uma linda loira foi celebrada como um símbolo quintessencial, enquanto os negros foram postos em seus lugares: samba, *funk*, projetos sociais. Tudo direitinho, onde devia estar”. Mais uma vez, tratou-se da “redução do múltiplo a uma unidade geral”, a do “brasileiro” genérico.⁵²

Podemos concluir, portanto, que a política cultural mobilizada em torno dos Jogos Olímpicos, baseada nos valores da criatividade e da diversidade, funcionou como uma grande vitrine mundial para uma cidade, o Rio de Janeiro, reforçando seu lugar de metrópole global. Ao mesmo tempo, procurou transmitir um ambiente de harmonia, de congraçamento típico de uma nação híbrida como o Brasil, em um momento de extremo esgarçamento das relações sociais, políticas e culturais; de emergência no espaço público de discursos e práticas intolerantes aos Outros, alguns deles inclusive festejados nos eventos, como os negros, os indígenas, os transexuais. Recorreu-se uma vez mais ao mesmo procedimento que se repete em nossa história, a tal da ideologia verde-amarela, agora ressignificada para os tempos de “noopoder”, da cidade espetáculo e da memória fixada pelo *marketing*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ALONSO, Angela. A tentação do dualismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/angela-alonso/2016/08/1807276-a-tentacao-do-dualismo.shtml>>. Acesso em: fev. 2017.

ALVES, Elder P. Maia Alves; SOUZA, Carlos Alexsandro de Carvalho. A economia criativa no Brasil: o capitalismo cultural brasileiro contemporâneo. *Latitude*, Macaíó, v. 6, n. 2, p. 119-173, 2012.

51 ALONSO, Angela. A tentação do dualismo.

52 COLI, Jorge. Ao ver a abertura dos Jogos Olímpicos, pensei na grade dourada de Versalhes.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

BARBALHO, Alexandre. A agonística da memória e do patrimônio em tempos de neopoder. *Políticas Culturais em Revista*, v. 6, n. 2, p. 109-124, 2013.

_____. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: BARBALHO, A.; RUBIM, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Ufba, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sur l'État: cours au Collège de France: 1989-1992*. Paris: Raisons d'Agir Seuil, 2012.

BRANDÃO, Jacintho. A tradição da diversidade cultural: ensaio de tipologia. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (Org.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 47-88.

CAMARGO, Paula de Oliveira. *As cidades, a cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (Org.). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. p. 13-16.

CARVALHO, Bruna Gomes Leite de. *Rio como fomos: políticas culturais de 2001 a 2012*. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.

CARVALHO, Rejane Accioly. *Campanha eleitoral e comunicação midiática: ciclos de mudanças e continuidade*. Fortaleza: UFC, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COLI, Jorge. Ao ver a abertura dos Jogos Olímpicos, pensei na grade dourada de Versalhes. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 21 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/jorge-coli/2016/08/1804840-ao-ver-a-abertura-dos-jogos-olimpicos-pensei-na-grade-dourada-de-versalhes.shtml>>. Acesso em: fev. 2017.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 41-62, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=So102-69092006000200003>. Acesso em: fev. 2017.

DOMINGUES, João. *A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes*. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1).

FERREIRA, Juca. Um grande encontro no coração do Brasil: a mudança pela cultura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES, 2005, Brasília. *Anais...* São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005. p. 19-20. Disponível em: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SID/Seminario_Politiclas_Publicas_Culturas_Populares_2005.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

GARCIA, Fernanda. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

GIL, Gilberto. Apresentação. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (Org.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 7-8.

GRILLO, Marcelo. Com críticas à gestão anterior, ministro da Cultura lança programação para a Olimpíada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jul. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/com-criticas-gestao-anterior-ministro-da-cultura-lanca-programacao-para-olimpiada-19810311#ixzz4KRlbo1m>>. Acesso em: fev. 2017.

GUAL, Francesca Femenias. Mega-eventos en el sur global: efectos y consecuencias del planeamiento urbanos y las políticas urbanas: perspectivas des del Complejo da Maré, Rio de Janeiro. *Ensaio de Geografia*, Niterói, v. 3, n. 5, p. 7-49, 2014.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-74, 1996.

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, maio/ago. 2011.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

MASCARENHAS, Fernando et al. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da Agenda Rio 2016. *Revista da Alesde*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012.

MENEZES, Thales de. Hinos do Rio. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/thales-de-menezes/2016/08/1799090-hinos-do-rio.shtml>>. Acesso em: fev. 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Diversidade cultural brasileira será apresentada no RJ*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/banner-3/-/asset_publisher/axCZZwQo8xW6/content/diversidade-cultural-brasileira-sera-apresentada-no-rj/10883?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fbanner-3%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_axCZZwQo8xW6%26p_p_lifecycle%3Do%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_count%3D4>. Acesso em: fev. 2017.

_____. *Duas mil atrações culturais nas Olimpíadas*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/olimpiadas/-/asset_publisher/A8GZE55xCVG4/content/duas-mil-atracoes-culturais-nas-olimpiadas/10883>. Acesso em: fev. 2017.

MIRANDA, André. Rio celebra a diversidade e passa mensagem de esperança na abertura dos Jogos no Maracanã. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 ago. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/esportes/rio-celebra-diversidade-passa-mensagem-de-esperanca-na-abertura-dos-jogos-no-maracana-19866473#ixzz4KRtvHKMz>>. Acesso em: fev. 2017.

O ESPETÁCULO de abertura inicia a Olimpíada, às 20h desta sexta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 ago. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-espetaculo-de-abertura-inicia-olimpiada-as-20h-desta-sexta-19856415#ixzz4KRrDaW7M>>. Acesso em: fev. 2017.

OURIQUES, Nilso. Olimpíada 2016: o desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Motrivivência*, ano 21, n. 32-33, p. 126-155, jun./dez. 2009.

PIO, Leopoldo Guilherme. Novas tendências na revitalização de áreas “históricas”: o caso Porto Maravilha. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 4., Rio de Janeiro, 2013. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Elaboração de estudos para promover a sustentabilidade no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, subsidiando a revisão do Plano Diretor da Cidade*: produto 3 – relatório de consolidação dos resultados alcançados com o projeto. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, 2010.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. *Motrivivência*, ano 21, n. 32/33, p. 49-70, jun./dez. 2009.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 41-56.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Metropolização e megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. p. 21-41.

SAFATLE, Vladimir. A política, quando é feita pelos novos usurpadores do Estado, é permitida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/08/1801746-a-politica-quando-e-feita-pelos-novos-usurpadores-do-estado-e-permitida.shtml>>. Acesso em: fev. 2017.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA, Eder Claudio Malta. *Políticas urbanas de patrimonialização e consumo: a paisagem cultural do Rio de Janeiro*. São Cristóvão, 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe.

SZANIECKI, Barbara Peccei. Uma política cultural para as práticas criativas. *Lugar Comum*, n. 35-36, p. 175-190, 2012.

TURINO, Célio. Desescondendo o Brasil profundo. In: CULTURA Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília: Ministério da Cultura, [entre 2004 e 2010]. p. 15-17. Disponível em: <http://semanaculturaviva.cultura.gov.br/linhadotempo/pdf/publicacoes/SPPC/Cultura_Viva_Programa_Nacional_Arte_3ed_2005.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

WANIS, Amanda. A economia criativa e o urbanismo culturalizado. *Lugar Comum*, n. 43, p. 117-128, 2015.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 2011.

VEIGA-NETO, A. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Foucault: filosofia e política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

WEFFORT, Francisco. Introdução. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (Org.). *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. p. 17-28.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ZIZEK, Slavoj. Chocolate e identidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 2002. Caderno Mais!, p. 12-13.

ENTRE GAUDÍ E O DRAGÃO CHINÊS: A EXPERIÊNCIA OLÍMPICA RIO 2016¹

GILMAR MASCARENHAS*

INTRODUÇÃO

À mercê do vasto leque de exigências e especificações impostas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), o urbanismo olímpico contemporâneo tende a certa padronização universal. Não fosse o *local flavour*² e as forças do lugar,³ teríamos uma monótona produção em série de cidades olímpicas. Nesse sentido, não obstante as restrições vigentes, as distintas experiências urbanas de realização dos Jogos apresentam uma riqueza de variações, em função das inúmeras possibilidades de escolhas locacionais, do partido arquitetônico adotado, da imbricação inevitável com os processos de urbanização em curso e, sobretudo, considerando o cenário amiúde conflitante dos interesses e coalizões de forças vigentes na escala local (os diferentes projetos de cidade em disputa são acionados e friccionados desde a gestação da candidatura à realização do evento). Por tudo isso, o urbanismo olímpico tem sido um campo de intensa circulação de ideias e modelos, no qual cada cidade e cada projeto olímpico se espelham em exemplos progressos.

Se a circulação de ideias é uma componente basilar no urbanismo contemporâneo,⁴ acreditamos sê-lo ainda mais consistente no âmbito do urbanismo olímpico. Com base nessa constatação, como outros pesquisadores,⁵ temos

* Doutor em Geografia Humana pela USP e pós-doutor em Urbanismo pela Sorbonne (Université Paris 1). Professor associado do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordena o Grupo de Pesquisa (CNPq) Cidades e Megaeventos Esportivos. E-mail: gilmasczoo1@yahoo.com.br.

1 Este trabalho contou com decisivo suporte financeiro do CNPq, por meio do Edital Universal 2013, incluindo a oportunidade de visitar Pequim, por ocasião do 33rd International Geographical Congress, promovido pela International Geographical Union (IGU).

2 MASSEY, Doreen. *World city*.

3 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*.

4 LIMA JUNIOR, Pedro Novais. *Uma estratégia chamada "planejamento estratégico": deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*.

5 MUÑOZ, Francesc. *Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages*; AUGUSTIN, Jean-Pierre. *Sport, géographie et aménagement*; HORNE, John; WHANNEL, Garry. *Understand the*

buscado a promoção de estudos comparativos entre distintas cidades olímpicas, vislumbrando a circulação de influências e modelos. Articulado singularidades locais e contextos históricos específicos, examinamos seus arranjos e diálogos com o “pacote” de exigências do Comitê Olímpico Internacional.

Nossa abordagem considera a presença de verticalidades e horizontalidades⁶ imbricadas na produção e gestão do espaço urbano das cidades-sede. Verticalidades referentes à forma como o sistema olímpico (composto pelo COI e suas federações nacionais, bem como pela poderosa rede mundial de empresas patrocinadoras e todo o aparato midiático envolvido) se posiciona, impondo às cidades e aos países um determinado modelo de urbanismo, traduzido em rigoroso pacote de exigências e determinações, que já sugerimos considerar como um exemplo de “globalitarismo”.⁷ E identificamos horizontalidades contidas na forma específica como os distintos lugares, com suas singularidades e dinâmicas próprias, acolhem ou enfrentam tais exigências, no processo de fabricação dos projetos olímpicos e no tecer das políticas urbanas, no contexto das tensões sociais localmente vividas.

Elegemos, para fins comparativos, três cidades: Rio de Janeiro, Barcelona e Pequim. Mas nosso objetivo central é contribuir na construção da análise sobre a experiência carioca: afinal, que tipo de cidade olímpica produzimos, quais caminhos escolhemos e como estes dialogam com a experiência internacional? Vamos aprofundar a comparação com as edições chinesa e catalã, para melhor compreender as singularidades de nosso projeto olímpico. O projeto e, sobretudo, sua complexa realização, atravessada pelas dinâmicas socioespaciais, pelos conflitos e pelos dilemas que compõem o devir da Cidade Maravilhosa.

A opção pelas duas cidades, e não por quaisquer outras, neste estudo comparativo, se justifica separadamente e também no conjunto. O caso (ou “modelo”) Barcelona foi, desde o início, inspirador para as pretensões cariocas. Trata-se de uma imagem-mito bem-sucedida que, por conseguinte, produziu consultorias urbanísticas mundo afora. Não por acaso, em 1996, os catalães estiveram no Rio de Janeiro, contratados para auxiliar na elaboração do nosso primeiro (e derrotado) projeto de candidatura, para os Jogos Olímpicos de Verão 2004.⁸ Muitos de seus

Olympics; HOLZ, J-M. (Org.). *Les Jeux Olympiques et leurs territoires*.

6 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*.

7 MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais de crise de um modelo globalitário.

8 Na equipe catalã, estavam o influente geógrafo Jordi Borja, que ocupou cargos relevantes em Barcelona antes, durante e após os Jogos de 1992, pelo Partido Socialista Unificado da Cataluña, e Manuel de Forn, que foi coordenador do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Barcelona.

ensinamentos e proposições foram descartados em candidaturas posteriores,⁹ mas permanece no plano discursivo a referência a Barcelona como modelo paradigmático, não obstante a intensa e recente articulação carioca com a igualmente bem comentada experiência olímpica de Londres em 2012. Pequim, por sua vez, justifica-se por constituir a China uma potência emergente, um membro do grupo mundialmente reconhecido como Brics,¹⁰ com profundas desigualdades socioeconômicas e acelerado crescimento, sendo também a capital chinesa uma grande metrópole. Tais características aproximam-na do Brasil, muito mais que outros países ou cidades que recentemente, ou melhor, na atual era do sistema olímpico, abrigaram tal evento: Atenas (2004), Sidney (2000), Atlanta (1996) ou mesmo Seul (1988). Por fim, os três casos aqui estudados se inserem em contexto de similaridade no que tange a certos aspectos: desejo de premente modernização (a Espanha apresentava relativo atraso econômico e social nos anos 1980), de projeção internacional, e forte predisposição para grandes investimentos e transformações na cidade. Por fim, os três países viviam *boom* econômico no momento da candidatura, realizando projetos olímpicos ambiciosos.

Diante da complexidade de ações e situações que envolvem cada experiência de urbanismo olímpico, é preciso definir o que está sendo afinal comparado. A partir da metodologia construída no grupo de pesquisa Cidades e Megaeventos Esportivos (CNPq), sob nossa liderança na Uerj, em articulação com o laboratório Etern/Ippur-UFRJ, operamos com quatro dimensões imbricadas, não excludentes entre si: 1- a dimensão político-institucional: coalizões, jogo de interesses e modos de gestão urbana; 2- a dimensão cidadã: em que nível ocorre transparência, diálogo e participação da sociedade organizada; 3- a dimensão econômico-financeira: gastos e financiamento, grupos perdedores e ganhadores; e 4- a dimensão territorial: infraestrutura, escolhas locais e meio ambiente.

Iniciemos com o caso de Barcelona, para o qual desenvolvemos algumas proposições ou provocações que contrariam a literatura acadêmica em geral, que

9 A vitoriosa candidatura para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007 já continha princípios bastante distintos daqueles que nortearam a candidatura de 2004. Dessa vez, um urbanismo claramente *mercadófilo*, concentrando em área nobre (entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas. Os projetos olímpicos Rio 2012 e Rio 2016 conservaram a essência desse novo modelo que diverge da consultoria catalã (MASCARENHAS, Gilmar. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: conceito e realidade na produção da Cidade Olímpica).

10 Sobre olimpismo nos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), desenvolvemos estudos e reflexões em: CURI, M.; KNIJNIK, J.; MASCARENHAS, G. The Pan-American Games in Rio de Janeiro 2007: consequences of a sport mega-event on a Bric country; BRAATHEN, E.; SORBOE, C. M.; MASCARENHAS, G. Brics, mega-sport events and Rio de Janeiro as a city of exception.

tende a se posicionar em um dos dois polos extremos: a crítica aguçada ao modelo e a aceitação ou mesmo apologia ao sucesso catalão.

BARCELONA E SEU MODELO: RITOS E MITOS

Como qualquer outro megaevento, os Jogos Olímpicos de Barcelona devem ser compreendidos em seu contexto histórico. Adotamos a perspectiva transescolar, esforço analítico que incorpora desde processos de globalização em curso às vicissitudes da gestão urbana local, passando pela condição política e econômica em plano nacional e regional. Nesse sentido, temos que considerar, por um lado, no transcorrer dos anos 1980, um país em pleno processo de redemocratização, após décadas de ditadura franquista; e que vivia (mirando agora a escala continental) um momento econômico privilegiado, por sua recente inserção no bloco europeu. Por outro lado, no contexto local, presenciemos a cidade de Barcelona em pleno movimento de afirmação metropolitana, ratificando sua identidade cosmopolita (e ao mesmo tempo catalã-mediterrânea), com forte anseio de projeção internacional. Uma cidade que vivenciava no início dos anos 1980 uma inovadora (também complexa e contraditória) experiência de planejamento, capitaneada por uma gestão “de esquerda”¹¹ que mais tarde se tornou referência nos debates urbanísticos.¹²

Por outro lado, considerando a escala global, assistimos, na mesma época, ao processo de profunda transição no urbanismo olímpico, na qual os jogos de Los Angeles (1984) e Seul (1988) representaram um incontestado marco inicial.¹³ Tal mudança se insere no contexto mundial de uma década que marcou para sempre a trajetória do estado de bem-estar social e o colapso do socialismo. A ascensão de governos de acentuado corte neoliberal (com destaque para Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher no Reino Unido) sinalizava um novo momento histórico, de recuo das políticas públicas de interesse social em favor das forças do mercado, no que diversos autores definiram, então, como ascensão do modo de acu-

11 AUGUSTIN, Jean-Pierre; GILLON, Pascal. *L'olympism: bilan et enjeux géopolitiques*, p. 133.

12 Segundo o geógrafo Horacio Capel (apud AMARAL, Sílvia. *O “modelo Barcelona”, os Jogos Olímpicos 1992 e os legados para o esporte e o lazer: para pensar os Jogos Olímpicos no Brasil*, p. 4.), “Con las primeras elecciones municipales de 1979 llegaron a cargos políticos en los ayuntamientos numerosos profesionales que se habían comprometido en los movimientos vecinales surgidos en los años finales del franquismo. Lo cual permitió adoptar medidas de fuerte contenido social para reducir los déficits existentes y para reequipar las ciudades y, especialmente, las periferias”.

13 Os Jogos Olímpicos de Seul, que promoveram remoção em massa de moradores e grandes intervenções no tecido urbano, custaram o triplo da edição anterior, a de Los Angeles (SHAW, C. *Five rings circus: myths and realities of the Olympic Games*, p. 185).

mulação pós-fordista. No âmbito das gestões urbanas, em movimento análogo, emerge o empreendedorismo,¹⁴ que logo revelará estreita confluência com os megaeventos esportivos.¹⁵

Naquele mesmo contexto, o COI, capitaneado pelo catalão Juan Antonio Samaranch, bem como a Fifa (sob a direção do brasileiro João Havelange) se reestruturaram radicalmente, no sentido de multiplicar os recursos financeiros, especialmente por meio do *marketing* agressivo das marcas esportivas e da negociação de direitos de transmissão dos seus eventos em novos e crescentes patamares,¹⁶ instaurando e consolidando a poderosa aliança mídia-esportes-negócios.¹⁷ Inicia-se, então, um novo período para o urbanismo olímpico, no qual os jogos de Barcelona se inserem, ainda que de forma bastante peculiar, como sói ocorrer com cada evento quando examinado mais de perto.

Quando a cidade conquistou, em outubro de 1986, o direito de sediar os Jogos Olímpicos de 1992, já funcionava há pelo menos quatro anos no setor de gestão urbanística da municipalidade uma equipe organizada exclusivamente para pensar os futuros espaços olímpicos.¹⁸ Portanto, desde o início dos anos 1980 o poder local percebia a possibilidade de realizar esse grande evento como estratégia para empreender parte das intervenções urbanísticas previstas no Plan General de Ordenación Urbana del Area Metropolitana de Barcelona. Plano formulado em 1976 e inicialmente liderado pelo urbanista Oriol Bohigas, mais tarde substituído por um grupo de enfoque mais “pragmático”,¹⁹ liderado por Josep Acebillo, o que a nosso ver corresponde diretamente às pressões do sistema olímpico em sua nova configuração (a supracitada), bem como por parte dos grupos hegemônicos locais.

O referido plano preconizava a redução das desigualdades socioespaciais, a geração de novas centralidades na periferia e a valorização do espaço público.²⁰ Previa a aquisição de terrenos privados para cobrir o imenso déficit de equipamentos de uso coletivo, herança preocupante do atraso de décadas de ditadura

14 HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio.

15 MASCARENHAS, M.; BIENENSTEIN, G., SÁNCHEZ, F. *O jogo continua*: megaeventos esportivos e cidades.

16 OLIVEIRA, Nelma G. *O poder dos jogos e os jogos de poder*: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo.

17 MASCARENHAS, M. Natureza e tensões do urbanismo olímpico contemporâneo.

18 TELLO, Rosa. Planificación estratégica y recalificación del espacio urbano de Barcelona y Bilbao. p. 107.

19 ARANTES, Otilia. *Berlim e Barcelona*: duas imagens estratégicas.

20 CAPEL, Horacio. *El modelo Barcelona*: un examen crítico.

franquista. Os recursos públicos disponíveis não eram suficientes para a dimensão e o alcance das intervenções previstas no plano, de forma que a municipalidade recorreu mais uma vez ao velho expediente de captação de recursos por meio de grandes eventos, a exemplo do que antes ocorrera nas grandes exposições internacionais de 1888 e 1929, reabilitando a recorrente narrativa de uma identidade empreendedorista e autônoma de Barcelona.²¹ Ao mesmo tempo, o país ingressava na União Europeia e por isso adotava um modelo econômico cada vez mais tecnocrático, ortodoxo e restritivo, de forma a atrair volumosos investimentos privados externos,²² com crescente financeirização do território. Assim nasceu e se executou o projeto olímpico em Barcelona, transitando do universo da construção tardia e pretensamente democrática do seu *welfare state* às duras exigências de competitividade urbana internacional, resultante do contexto neoliberal nascente, e tendo os Jogos a impulsionar e condicionar a natureza e o ritmo das intervenções urbanísticas.

Segundo Jauhainen,²³ a partir da conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos, surge a “segunda modernidade de Barcelona” (a primeira seria a grande reforma urbana do Plano Cerdá, de meados do século XIX). A perspectiva de realização da Olimpíada mudou paulatinamente a tônica e o alcance da gestão urbana, cada vez menos democrática, tendendo agora a ações menos preocupadas com a justiça social e mais voltadas para a projeção internacional, atraindo capitais e turistas. Emergem intervenções icônicas de cunho espetacular e a noção de “novas centralidades”, antes voltadas para dinamização das periferias desassistidas, começa a se identificar com o surgimento de novas fronteiras de acumulação e especulação imobiliária.²⁴ E assim, nas entranhas do projeto olímpico, começa, então, a se esboçar o que mais tarde se consagrou mundialmente como o “modelo Barcelona”. A Barcelona dos traços e cores pitorescos de Gaudí e Miró, cidade-vitrine que “*se pone guapa*”, para ser vendida e consumida no mercado mundial das cidades.

21 Nas palavras de Rosa Tello (Ibid., p. 104), Madri sempre contou com recursos do poder central, ao contrário de Barcelona. Mesmo Sevilha foi então beneficiada pelo governo espanhol, com a implantação da conexão ferroviária de alta velocidade Sevilha-Madri, e diversos investimentos na cidade, por ocasião da Expo 92 (Exposição Universal de Sevilha).

22 ARANTES, Otilia. *Berlim e Barcelona*, p. 32.

23 JAUHAINEN, Jussi. Two modernities of Barcelona: some critical aspects of the regeneration of Ciutat Vella.

24 Mesma perspectiva que, mais tarde, produziu o monumental recinto para o *Foro de las Culturas* (CAPEL, Horacio. *El modelo Barcelona*).

Nessa transição no modo de gerir a cidade, a paulatina redução dos canais de diálogo com os movimentos de bairro gerou expressiva contestação popular.²⁵ Segundo Jauhiainen,²⁶ a imagem passou a ser mais importante que a realidade, e assim o governo regional catalão (a Generalitat), “direitista”, se impôs gradativamente ao projeto “esquerdista” do governo metropolitano.²⁷ Ainda assim, conforme tentaremos argumentar, a periferia historicamente desassistida acolheu significativos investimentos públicos.

Examinando as intervenções urbanísticas diretamente voltadas para o evento, percebemos que a Vila Olímpica de Barcelona, provida de amenidades naturais (a posição litorânea) e construídas (um parque e todo o embelezamento do entorno), expressa o anunciado propósito de “revitalização” costeira da área antiga da cidade. O fato de constituir parceria público-privada certamente condicionou a natureza essencial do projeto: a gentrificação. E assim, um bairro industrial economicamente decadente, porém social e culturalmente vivo, teve sua população removida integralmente, bem como seu singular patrimônio arquitetônico,²⁸ para dar lugar a um bairro luxuoso, ironicamente denominado Nova Icaria, como se algum traço de continuidade pudesse haver entre este e o antigo bairro operário completamente arrasado. Muito menos com o significado especial da toponímia, associada ao legendário romance de 1840 de Etienne Cabet (*Voyage em Icarie*), o revolucionário francês que construiu a utopia de uma ilha socialista. A nova utopia catalã, no caso, corresponde a uma ilha sim, mas de luxo e privilégios,²⁹ com infraestrutura caprichosamente promovida pelo poder público.

25 Interessante o caso de Besòs, bairro periférico que em 1990 promoveu, nas palavras talvez exageradas de Manuel Delgado (*La ciudad mentirosa: fraude y miséria del modelo Barcelona*), a maior revolta popular na cidade desde a Guerra Civil Espanhola. A “intifada” de Besòs, que não caberia resumir aqui, expressa uma revolta contra o autoritarismo do novo modelo de gestão urbana, o “modelo Barcelona”. Cf. ARICÓ, Giuseppe. *A 25 años de la “intifada del Besòs” o la apropiación simbólica del conflicto urbano en el margen derecho del Besòs*.

26 JAUHIAINEN, Jussi. Two modernities of Barcelona: some critical aspects of the regeneration of Ciutat Vella.

27 Visão menos crítica apresenta Tello, em “Planificación estratégica y recalificación del espacio urbano de Barcelona y Bilbao”. Mas Jauhiainen lamenta justamente a falta de análises profundas acerca do urbanismo catalão, festejado mundialmente como paradigma, e gerador de inúmeros artigos e livros que não passariam de “a post-modern narrative fiction” (*Ibid.*, p. 49). A propósito, conferir a impactante contribuição de Manuel Delgado, em *La ciudad mentirosa*.

28 Foram removidas 147 famílias segundo o relatório do Centre on Housing Rights and Evictions (Cohre), *Mega-events and housing rights*. Também as quase 100 fábricas foram retiradas, com grande prejuízo ao patrimônio histórico-arquitetônico, conforme: CABALLÉ, F. Desaparece el barrio de Icaria, nace la Vila Olímpica.

29 Em nossa última visita à cidade, em 2013, os aluguéis na Vila Olímpica, quando em imóveis com vista para o mar, alcançavam o patamar de 5 mil euros mensais, ou seja, entre os mais caros de Barcelona.

Não obstante a linha neoliberal supracitada, importante frisar a persistência da perspectiva original do “equilíbrio urbano”, ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações, de forma a tentar contemplar a cidade como um todo, e não privilegiar apenas uma determinada zona ou bairro. Com efeito, e desafiando a orientação reinante no urbanismo olímpico desde o atentado terrorista dos Jogos de Munique em 1972, em vez de um grande e ilhado parque olímpico,³⁰ Barcelona optou pela desconcentração espacial, criando quatro parques menores, espalhados pela cidade. E assim, parcialmente amenizou a tendência geral (verificada, principalmente, em Atenas nos Jogos de 2004) de instalações superdimensionadas e isoladas do tecido urbano, condenadas à condição de “elefantes brancos” após os Jogos.³¹ Instalações específicas, como o ginásio de basquetebol, o de hóquei e o estádio de beisebol, foram edificadas em pequenas cidades vizinhas (respectivamente Badalona, Terrassa e Viladecans), carentes desse tipo de equipamento.³² Vale registrar que, dos 43 equipamentos utilizados durante o evento, apenas 15 foram construídos na ocasião. Em outras palavras, privilegiou-se certo aproveitamento do parque esportivo já existente, remodelando-o quando necessário.³³

O urbanista Lluís Millet explica que, desde a redemocratização do país no fim dos anos 1970, havia a preocupação com o fato de Barcelona historicamente ter concentrado em sua zona oeste (bairros nobres, aeroporto e balneários famosos) a maior parte dos investimentos públicos, em detrimento da zona leste, operária e industrial, carente de infraestrutura, gerando assim uma cidade desigual.³⁴ Informa o mesmo ainda que

[...] ocorreram pressões enormes para situar os grandes conjuntos olímpicos perto do aeroporto, uma área nova de colonização. Havia interesses especulativos, havia interesses particulares de pessoas ligadas à própria organização da Olimpíada. Foi, digamos, realmente um exercício democrático o de não cedermos a essas pressões [...] dando à cidade aquilo que o crescimento urbano dos últimos 40 anos a havia negado [...] a operação de Barcelona foi de reconquista da cidade, uma operação de renovação urbana.³⁵

30 O governo local resistiu às pressões do setor imobiliário que, interessado na zona de expansão junto ao aeroporto internacional, queria ali concentrar as instalações olímpicas (AUGUSTIN; GILLON. *L'olympism*).

31 A pesquisadora de políticas públicas de esporte, Sílvia Amaral, identificou recentemente índices elevados de uso comunitário dessas instalações esportivas em Barcelona (AMARAL, Sílvia. *O “modelo Barcelona”, os Jogos Olímpicos 1992 e os legados para o esporte e o lazer*).

32 TRUÑÓ, Enric. Barcelona, ciudad del deporte, p. 55.

33 *Ibid.*, p. 53.

34 MILLET, Lluís. Los juegos de la ciudad, p. 236.

35 *Ibid.*, p. 31.

Se admitimos que a cidade logrou algumas conquistas no âmbito da cidadania e da justiça socioespacial, por outro não podemos esquecer que foi um projeto olímpico da era Samaranch (pós-1980), o que significa estar em consonância com a agenda urbana neoliberal, os princípios da “máquina urbana de crescimento”³⁶ e com a crescente “espetacularização” das cidades,³⁷ mediante projetos monumentais de alto impacto sobre o tecido urbano e afinados com grandes interesses privados. Ademais, a experiência olímpica incorreu no autoritarismo típico dos megaeventos: a Federació d’Associados de Veïns i Veïnes de Barcelona (Federação das Associações de Bairro de Barcelona) contesta com veemência a falta de transparência e de canais de diálogo, representando um recuo no processo de redemocratização pós-franquista, o que resultou na total desconsideração das reivindicações populares, como, por exemplo, a que propunha que 40% da vila olímpica se destinassem à habitação social.³⁸

Em síntese, o urbanismo olímpico dos jogos de 1992 reflete de um modo geral a nova era neoliberal de articulação de interesses privados, monumentalidade e projeção urbana. Mas Barcelona contava com um consistente Plano Diretor, de âmbito metropolitano e gerado no contexto da redemocratização espanhola, que foi parcialmente respeitado e assim se realizou a façanha de conjugar a natureza vertical (globalitária) dos jogos com os objetivos fundamentais de uma gestão urbana pretensamente democrática e pós-franquista. Portanto, assim que-remos crer, uma experiência marcada pela ambiguidade, embora reconheçamos o prevalecimento das forças do mercado.

PEQUIM 2008: O PODER DO ESPETÁCULO E O ESPETÁCULO DO PODER

Retomando a proposta metodológica transescalar, iniciamos a análise desse megaevento esportivo pelo contexto global. Arriscamos afirmar que não apenas a pujança econômica chinesa e seu fabuloso projeto de nova potência planetária explicam o fato de os Jogos de Pequim terem sido (e assim permanecerão por décadas, supomos) a mais cara e grandiosa edição olímpica de verão de toda a história. Aos privilegiados olhos contemporâneos, é possível vislumbrar que o projeto olímpico chinês coincidiu com o auge do processo de espetacularização dos Jogos, cuja escalada crescente de gastos exorbitantes e de drásticos impactos (ambientais e sociais), iniciada na faustosa edição de Seul (1988), começou a arrefecer diante das críticas, sobretudo por parte do movimento global antiolím-

36 LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban fortunes: the political economy of place*.

37 HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*.

38 AMARAL, Sílvia. O “modelo Barcelona”, os Jogos Olímpicos 1992 e os legados para o esporte e o lazer, p. 9-10.

pico.³⁹ Desde então, mais precisamente nos últimos dez anos, as candidaturas olímpicas vêm sofrendo, em escala mundial, constante redução em número e no porte (dos projetos), configurando um quadro que entendemos como o de uma nova crise olímpica.⁴⁰

Conciliando poderio econômico com o regime autocrático, engendrando consequentemente um poder quase ilimitado de intervenções no território, o país reunia condições únicas para promover um evento de incomparável magnitude, como expressão e vitrine de uma “Nova China”, e justamente na capital imperial.⁴¹ Com investimentos na ordem de 34 bilhões de dólares, a cidade edificou impressionantes marcos futurísticos extensamente expostos na mídia internacional. Agrupando em torno de 18 milhões de habitantes e apresentando, na época, uma taxa de crescimento econômico na casa dos dois dígitos, Pequim tornou-se uma máquina urbana difícil de controlar. O mercado imobiliário, desde a abertura da economia chinesa, apresenta elevado dinamismo e vem redesenhando constantemente o mapa da cidade,⁴² num extraordinário surto de construção civil, que promove a destruição em massa dos *hutongs*, tradicional forma de habitação coletiva, de pitoresca arquitetura e de conteúdos muito particulares de sociabilidade.⁴³

Desde os anos 1980, com a consolidação do mercado de terras urbanas, a crescente população operária vem sendo alijada para uma periferia distante, por meio de projetos de criação dos “distritos dispersos”, que funcionariam como cidades-satélites e que se converteram em autênticas “cidades dormitórios”, pela ausência de oferta local de trabalho. Tais aglomerações, que chegam a reunir 500 mil moradores e carecem também de serviços gerais e transporte, conformam o que podemos chamar de “bolsões de miséria”.⁴⁴ O projeto olímpico acelerou esse

39 BOYKOFF, Jules. *Celebration capitalism and the Olympic Games*; LENSKEY, H. *Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propaganda*.

40 MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais de crise de um modelo globalitário.

41 OWEN, J. G. Estimating the cost and benefit of hosting Olympic Games: what can Beijing expect from its 2008 Games?

42 A voracidade do capital imobiliário erodiu projetos como o Inner Greenbelt, que previa um cinturão verde abrangendo terras agrícolas, áreas verdes e reservas territoriais. Em apenas uma década de existência, esse cinturão, invadido por projetos habitacionais, foi reduzido a quase um terço da área original (HUANG, Yan. *Urban spatial patterns and infrastructure in Beijing*).

43 BROUDEHOUX, Anne-Marie. *Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an olympic metropolis*.

44 No presente, mais uma cidade-satélite vem sendo planejada, para realocar cerca de 400 mil moradores dos *hutongs* da área central de Pequim, onde o governo pretende edificar um parque temático universal, o maior do planeta, com estimativa de 30 milhões de visitantes por ano.

Figura 1: interior de um hutong, na área central de Pequim.



Fotografia de Gilmar Mascarenhas, 21 ago. 2016.

Figura 2: O Parque e o Estádio Olímpicos de Pequim.



Fotografia de Gilmar Mascarenhas, em 24 ago. 2016.

processo de segregação socioespacial em Pequim, por meio da remoção forçada de 1,5 milhão de pessoas.⁴⁵

No âmbito da mobilidade, sem dúvida o maior legado dos Jogos 2008, merece destaque o formidável sistema metropolitano, que rapidamente se tornou o maior do mundo em extensão. Das 16 linhas hoje existentes, 13 foram criadas desde que a cidade foi escolhida como sede olímpica. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, visando combater os alarmantes índices de poluição atmosférica (a chamada “*air-pocalypse*”), medidas de restrição de circulação de automóveis na capital chinesa vêm atenuando os graves efeitos do surto industrial e da febre consumista do setor automobilístico, que provocou drástica redução do uso das bicicletas, outrora onipresentes na paisagem chinesa. Todavia, a verdadeira eficácia no controle de poluentes e na redução da circulação rodoviária reside na extensão da cobertura metroviária, na qualidade do serviço prestado e na política de preços acessíveis. Situação muito distinta do cenário de mobilidade urbana carioca.

Um dos relevantes processos em curso na sociedade chinesa é a sua internacionalização, entendida enquanto aumento gradual da permeabilidade em relação a códigos culturais externos ao país. Historicamente, pela densidade e uniformidade do “Império do Meio” e pelo próprio fator distância em relação à Europa e ao Novo Mundo, e posteriormente pelo regime comunista, a China se produziu enquanto formação social profundamente autorreferenciada, com elevado grau de distinção em relação ao mundo exterior. Desde os anos 1970, o governo vem promovendo abertura gradual, sempre muito cuidadoso em monitorar (até mesmo proibir) os contatos de chineses com estrangeiros. Tão agudo o senso de alteridade, que ainda hoje em Pequim encontramos diversos hotéis que aceitam somente chineses como hóspedes. A obtenção do visto para visitar o país requer procedimentos raros, como informar, para cada dia da estadia, locais e atividades previstas pelo turista. Para citar um exemplo da vida cotidiana em Pequim, existem McDonald’s e outros serviços representativos da “globalização”, mas são bem poucos. Prevalece amplamente a tradição alimentar. O idioma serve de eficaz obstáculo cotidiano (mesmo nos hotéis “internacionais” o domínio do inglês é bastante rudimentar). Nesse sentido, os Jogos 2008 cumpriram importante papel, e o governo planejou minuciosamente a construção da imagem que se queria projetar no exterior. Anne-Marie Broudehoux relata intensas campanhas de proibição de hábitos como cuspir no chão, andar sem camisa na rua (apenas

45 COHRE. *Mega-events and housing rights*.

no interior dos *hutongs*, espécies de enclaves culturais, vimos homens assim) e incentivo para sorrir para os estrangeiros.⁴⁶

Ao contrário de Barcelona, e seguindo os ditames do sistema olímpico pré-agenda 2020,⁴⁷ Pequim optou pela concentração espacial das instalações no Parque Olímpico, situado ao norte da área central, mais precisamente entre o terceiro e o quarto anel viário (são seis no total), em zona então de baixa densidade demográfica para os padrões chineses. Portanto, um projeto com elevado impacto urbanístico na escala metropolitana, que responde claramente ao projeto de consolidação de novas áreas nobres na cidade. Inserido na época em zona de expansão imobiliária, o parque hoje representa um espaço público gratuito (acesso controlado apenas por razões de segurança), amplo e muito visitado. Em seu prolongamento, foi criado o Olympic Forest Park, formidável área verde de 660 hectares e dotada de variados equipamentos de esporte e lazer, conformando um legado substancial para o entorno. Dispondo de atraentes amenidades, consolidou-se, assim, um setor residencial para camadas sociais média-alta e alta na estrutura interna da cidade, mas também um espaço aberto, de franco acesso para o conjunto da população.⁴⁸

O estádio olímpico (apelidado de Ninho de Pássaro) tornou-se a segunda maior atração turística do país, vizinho à outra monumental obra olímpica, o “Cubo d’Água”, ambos com elevada taxa de visitação. O custo elevado de tais obras, que praticamente não mais acolhem eventos esportivos, recebe contestações, mas, no conjunto, o parque é alvo de grande afluência de turistas e de moradores para atividades esportivas regulares e de lazer em geral. E as quadras de tênis, desde o ano seguinte aos Jogos, acolhem o grande torneio internacional China Open. Nesse caso, a cidade usufruiu da centralidade de uma superpotência para se inserir nos circuitos mundiais desse esporte, justificando assim o investimento material realizado.

46 A registrar que, durante a visita a Pequim, fomos solicitados diversas vezes pelos locais, sempre sorridentes, para posar para fotografias em grupo. Pelas ruas, crianças com expressão curiosa nos apontavam o dedo, cutucando seus pais, envergonhados pela situação. Sendo um povo imberbe, possuir barba compunha uma exótica apresentação visual e incontestável sinal de alteridade.

47 Aprovada na 127ª sessão ordinária do COI, realizada em Mônaco, em dezembro de 2014, a Agenda 2020 flexibiliza algumas das pesadas exigências do sistema olímpico e claramente sinaliza para possibilidades de redução dos custos de realização dos jogos. Cf.: MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais de crise de um modelo globalitário.

48 A propósito, no Rio de Janeiro, a localização do Parque Olímpico parece não favorecer a afluência maciça de usuários. Ao contrário do caso chinês, não está cercado de uso residencial por todos os lados, não dispõe de ótima acessibilidade nem conta com um imenso parque florestal contíguo.

Visto do céu, o Parque Olímpico exibe com nitidez, por meio dos contornos caprichosos de um imenso lago artificial, a figura de um dragão oriental, animal mitológico e símbolo nacional de sabedoria e força desde a dinastia Yuan. Mais recentemente, dragões ficaram associados à velocidade do crescimento econômico asiático. Os chineses se reconhecem como o maior império do mundo há milênios, condição que, no seu entender, por um breve lapso de 200 anos, perdeu para as nações (Inglaterra e Estados Unidos) que mergulharam na Revolução Industrial, mas que estão em vias de recuperar em breve e de forma duradoura. O Dragão e o majestoso Parque Olímpico são cultuados com orgulho pelos chineses, como símbolos do sucesso e dessa retomada da liderança global. A lamentar que a implacável força do Dragão se exerça também sobre a grande maioria, por meio de intensa exploração do trabalho, repressão política e sensíveis privações no tocante ao direito à cidade.

À GUIA DE CONCLUSÃO, O RIO DE JANEIRO NA ENCRUZILHADA

Um primeiro ponto a salientar é a posição diametralmente oposta que Pequim e Barcelona ocupam entre si no imaginário olímpico contemporâneo. Por ocasião dos preparativos para os Jogos 2008, foram amplamente denunciados em escala global processos violentos de repressão política, remoções em massa, criminalização de atividades informais e diversos outros aspectos que comprometem a imagem internacional da China.⁴⁹ Nesse sentido, ao contrário de Barcelona, Pequim 2008 se configura como uma espécie de “antimodelo”, razão óbvia pela qual a estratégia discursiva dos organizadores das olimpíadas no Rio de Janeiro não tenha citado o exemplo chinês como referência, ao contrário de Barcelona e mesmo de Londres, cidade que reivindica posição de destaque nesse campo.

No imaginário urbanístico ocidental, Londres e Barcelona ocupam destacada posição, por razões diversas. No universo olímpico, ambas desfrutam de prestígio incontestado. Por outro lado, estratégias de *marketing* compõem o receituário do empreendedorismo urbano, de forma que aludir a “casos de sucesso” como fontes inspiradoras é procedimento habitual na retórica dos gestores urbanos. Nos anos 1990, a cidade do Rio de Janeiro encontrava-se sob a gestão de César Maia, prefeito eleito com base no discurso da ordem moralizante, da segurança pública e da retomada do crescimento econômico, receituário que na mesma época Neil Smith⁵⁰ definiu como o da “cidade revanchista”, a partir da experiência de Nova

49 BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an olympic metropolis.

50 SMITH, Neil. Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space.

York. Naquele contexto, Barcelona foi escolhida como principal referência, de forma que o plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Rio sempre Rio –, poderia, segundo Carlos Vainer,⁵¹ se denominar “Rio, finalmente Barcelona”.

Todavia, as semelhanças entre distintas experiências de urbanismo olímpico parecem estar mais associadas às condições concretas de produção do espaço urbano do que aos discursos retóricos contidos nos projetos. Os estudos de Anne-Marie Broudehoux sintetizam muito bem a magnitude dos Jogos de Pequim e seu significado no projeto de afirmação mundial da China como potência emergente. A autora também salienta a natureza autoritária das intervenções, sua íntima relação com o setor imobiliário e seus efeitos no aprofundamento das desigualdades socioespaciais. Em suma, processos e concepções que muito aproximam a experiência chinesa com a edição olímpica carioca. A diferença se manifesta muito mais na escala de grandeza do que no conteúdo dos processos: nosso índice de remoções forçadas de moradores (em torno de 70 mil pessoas),⁵² por exemplo, é bem inferior ao vivenciado em Pequim, mas muito superior ao caso catalão, que removeu pouco mais de 600 famílias, segundo dados do Cohre.⁵³

Em comum, as três cidades apresentaram inflação imobiliária muito acentuada durante os preparativos para os Jogos. Em Barcelona, entre 1985 e 1990, os preços dos imóveis subiram 235%.⁵⁴ No Rio de Janeiro, tão logo foi anunciada a escolha da cidade como sede olímpica, em outubro de 2009, foi iniciado um agudo processo de valorização imobiliária que afetou drasticamente seus habitantes, promovendo migrações intraurbanas, e consistindo num dos mais expressivos legados dos Jogos 2016: a elitização e o acentuado encarecimento da cidade.

No tocante ao exercício da cidadania e do direito à cidade, os três casos atestam a tese geral segundo a qual a realização de Jogos Olímpicos produz retrocessos e aumento da repressão política.⁵⁵ Acreditamos que, das três cidades, o Rio foi a mais afetada nesse processo, pois a China, muito antes dos Jogos, já apresentava regime político autoritário. De fato, Barcelona vivenciou redução dos níveis de transparência, diálogo e participação, comprometendo um iniciante, salutar e vívido processo de redemocratização. Mas no Rio de Janeiro, para além da escassez de canais de diálogo e participação da sociedade civil, tivemos políticas de militarização do espaço urbano e intensa repressão aos movimentos sociais, processos

51 VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro, p. 2.

52 FAULHABER, L.; AZEVEDO, N. SMH 2016: remoções no RJ Olímpico.

53 COHRE. *Mega-events and housing rights*, p. 103.

54 MARSHALL apud BROUDEHOUX, Anne-Marie. *Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an olympic metropolis*.

55 VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.

associados também aos perturbadores acontecimentos na esfera federal: o polêmico processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (o golpe “midiático-judiciário-parlamentar”) e o “realinhamento das forças mais conservadoras e reacionárias do País”.⁵⁶

No quesito mobilidade, a cidade do Rio de Janeiro também foi a maior “perdedora” da oportunidade de melhorias que a realização de um evento desse porte propicia. Certamente, não podemos almejar a extraordinária rapidez da expansão do metrô verificada em Pequim, dadas as singularidades da economia e da política chinesas, mas poderíamos ter investido mais em modalidades sobre trilhos. Insistimos no obsoleto rodoviarismo, poluente e tecnicamente de baixa eficácia, por meio de quatro linhas do sistema BRT (*bus rapid transit*). Nosso metrô, de traçado e amplitude pífios, sofreu ampliação bem abaixo da esperada e necessária, e ainda assim recusando expansão rumo aos bairros periféricos e menos assistidos. Em Barcelona, com exceção da construção do Anel Periférico (ainda assim subterrâneo) para conectar os espaços olímpicos, as demais intervenções voltaram-se para transporte sobre trilhos.

Desfrutando de uma rara coalizão das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), o Rio de Janeiro foi beneficiado por gigantesco aporte de recursos financeiros, em volumes que não se viam desde os anos 1960 e 1970, quando da tácita “compensação” federal pela perda do status de capital federal para Brasília. Parece compreensível que naquele contexto a cidade tenha concentrado a quase totalidade dos investimentos em projetos de cunho eminentemente rodoviarista (os grandes túneis Rebouças e Santa Bárbara, viadutos diversos, o elevador da Perimetral, a ponte Rio-Niterói, o elevador Paulo de Frontin etc., com abandono definitivo dos velhos bondes). Difícil é aceitar tal política em pleno século XXI, quando a agenda da sustentabilidade ambiental (com todos os seus limites) conquistou unanimidade institucional.

Nosso investimento no modal sobre trilhos incorporou o VLT (“veículo leve sobre trilhos”, alcunhado pela população de “veículo lento sobre trilhos” ou “veículo lento turístico”), que positivamente atende dois grandes terminais (rodoviária e aeroporto), mas cuja eficácia somente mais tarde poderemos melhor aquilatar. Poderíamos ter investido na recuperação física e melhoria do serviço ferroviário, como ocorreu em Barcelona. Sem contar com expressivo apoio do poder central, e sendo uma cidade de porte demográfico bem menor, Barcelona, proporcionalmente, alcançou muito melhor resultado em mobilidade que o Rio de Janeiro.

⁵⁶ SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício. Olimpíadas 2016: um balanço de véspera.

Na dimensão territorial, nossas escolhas locais foram, no mínimo, polêmicas. A adoção do modelo policêntrico catalão (quatro *clusters*) não evitou a forte concentração de instalações e investimentos na Barra da Tijuca. Nosso primeiro projeto de olimpíada, aqui já citado, foi pensado em 1996 e teria na zona norte do Rio de Janeiro, mais precisamente na Ilha do Fundão (área vizinha às maiores favelas da cidade, os Complexos do Alemão e da Maré), seu *cluster* principal. Se vencedor, tal projeto possivelmente traria benefícios a uma área da cidade ainda muito carente de infraestrutura, especialmente nos campos da mobilidade, saneamento (vide nosso persistente fracasso na poluição da baía de Guanabara, que merece um artigo à parte), esporte e lazer. Bem sabemos que a cidade apresenta diversas outras áreas passíveis de acomodar grandes projetos urbanos. Todavia, a consolidação da via neoliberal de gestão urbana, iniciada em 1993, propiciou maior articulação com grandes interesses privados, de modo que os projetos seguintes elegeram a Barra da Tijuca, principal eixo de expansão imobiliária de médio e alto padrão do Rio de Janeiro, como espaço preferencial para acolher os Jogos Olímpicos. Essa opção acabou determinando o eixo central de nosso legado olímpico, incluindo o tema da mobilidade.

Tal escolha locacional, além de favorecer o setor imobiliário em zona já atraente e de ratificar toda uma concepção urbanística já superada, pois baseada no automóvel particular e na “insularização” (construção de enclaves, como os condomínios fechados e *shopping centers*),⁵⁷ favoreceu grandes agentes privados atuantes no local e promoveu intensa degradação ambiental, com destaque para o novo campo de golfe. A justificativa oficial, de poupar recursos públicos ao delegar inteiramente à iniciativa privada a construção desse equipamento esportivo, recai no comprometimento de outros recursos, muito valiosos para o meio ambiente e para a coletividade, pois de uso comum, por meio da perda de área de preservação ambiental (a reserva Marapendi), em favor de grande projeto imobiliário. Nesse aspecto, as conquistas ambientais de Pequim foram bem mais consistentes, com pesados investimentos em saneamento básico e geração de grandes áreas verdes.

No que se refere ao legado esportivo, vimos que Pequim e Barcelona apresentam avanços substanciais na apropriação coletiva dos equipamentos construídos. Ambos os países, por razões distintas, vivenciam um processo de “esportivização”, isto é, de adesão social crescente às práticas esportivas. A Espanha então buscava nivelamento com os patamares europeus (“esporte para todos” no âmbito do *welfare state*) e a China como mais um capítulo de seu longo processo de

57 BIDOU-ZACHARIASEN, C.; GIGLIA, A. Vers la ville insulaire? Tendances globales, effets locaux.

“ocidentalização”.⁵⁸ É muito cedo para avaliar esse tópico, mas a lamentável experiência de aproveitamento comunitário do legado do Pan-2007 não suscita maiores esperanças.⁵⁹

Por representarem a nova era (neoliberal) olímpica, as três cidades apostaram na articulação direta com o setor imobiliário. Mas Barcelona não ignorou seu Plano Diretor de conteúdo progressista, preocupado com a periferia, ao contrário do Rio de Janeiro, que foi muito mais incisivo na recomposição do escopo do planejamento urbano, incluindo a súbita retomada da velha política de remoção em massa de favelas.⁶⁰ Se entre os catalães os Jogos promoveram certa guinada neoliberal no governo socialista, aqui os Jogos foram a culminância de duas décadas de neoliberalismo, portanto com efeitos muito mais pungentes para os segmentos sociais menos assistidos. Como Pequim, e bem mais que Barcelona, o Rio de Janeiro realizou mais uma rodada de aprofundamento do processo de segregação socioespacial, “enobrecendo” ainda mais áreas já bem assistidas e empurrando camadas populares para a periferia distante.

Segundo David Harvey, “o espetáculo sempre foi uma potente arma política”,⁶¹ e esta se intensificou nos últimos anos como forma de projeção e controle social na cidade no contexto da ascensão do modelo de gestão urbana empreendedorista.⁶² Na essência, os Jogos Olímpicos contemporâneos variam de cidade a cidade, mas tendem a favorecer setores hegemônicos e a consolidar projetos de gestão neoliberal do urbano. Diante da supracitada onda mundial de críticas, uma nova era olímpica parece se esboçar, de forma que os Jogos 2016, provavelmente, entrarão para a história do urbanismo olímpico como a última de um ciclo (1988-2016) de edições faustosas, majoritariamente impopulares e excessivamente impactantes.

58 A registrar que Pequim reutilizou equipamentos e todo o parque construído para os Jogos Asiáticos de 1990, enquanto o Rio de Janeiro, embora tendo equipamentos bem mais recentes, pois construídos para o Pan-2007, aproveitou menos o legado.

59 MASCARENHAS, Gilmar. Globalização e políticas territoriais: os megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro.

60 Para atestar o ímpeto removedor da gestão Eduardo Paes (2009-2016), cumpre realçar que mesmo um assentamento popular cuja remoção não estava prevista no projeto urbanístico do Parque Olímpico, e que, além de acumular décadas de permanência no local, apresentou grande capacidade de resistência e mobilização, acabou sendo removido quase inteiramente, no caso mais emblemático dos Jogos Rio 2016: a Comunidade Vila Autódromo. Cf.: FREIRE, Leticia de Luna. Quando a cidade olímpica não é para todos: o caso da Vila Autódromo.

61 HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, p. 88.

62 HARVEY, David. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio; VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Sílvia. O “*modelo Barcelona*”, os Jogos Olímpicos 1992 e os legados para o esporte e o lazer: para pensar os Jogos Olímpicos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2015. Relatório parcial de estágio pós-doutoral Fapesp.
- ARANTES, Otília. *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas*. São Paulo: Anna Blume, 2012.
- ARICÓ, Giuseppe. A 25 años de la “*intifada del Besòs*” o la apropiación simbólica del conflicto urbano en el margen derecho del Besòs. Barcelona, 2015. Disponível em: <<https://observatoriconflicteurba.org>>. Acesso em: fev. 2017.
- AUGUSTIN, Jean-Pierre; GILLON, Pascal. *L’olympism: bilan et enjeux géopolitiques*. Paris: Armand Collin, 2004.
- AUGUSTIN, Jean-Pierre. *Sport, Géographie et aménagement*. Bordeaux: Édition Nathan, 1995.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C.; GIGLIA, A. Vers la ville insulaire? Tendances globales, effets locaux. *Espaces et Sociétés*, n. 150, p. 7-14, 2 sem. 2012.
- BOYKOFF, Jules. *Celebration capitalism and the Olympic Games*. New York: Routledge, 2014.
- BRAATHEN, E.; SORBOE, C. M.; MASCARENHAS, G. Brics, mega-sport events and Rio de Janeiro as a city of exception. *World Tensions*, v. 10, p. 348-62, 2014.
- BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an Olympic Metropolis. *Journal of Urban Affairs*, v. 29, n. 4, p. 383-399, Sep. 2007.
- CABALLÉ, F. Desaparece el barrio de Icaria, nace la Vila Olímpica. *Biblio 3W*, Barcelona, v. 15, n. 895, 5 nov. 2010.
- CAPEL, Horacio. *El modelo Barcelona: un examen crítico*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.
- COHRE [Centre on Housing Rights and Evictions]. *Mega-events and housing rights*. Disponível em: <<http://cohre.org/mega-events>, 2007>. Acesso em: fev. 2017.
- CURI, M.; KNIJNIK, J.; MASCARENHAS, G. The Pan-American Games in Rio de Janeiro 2007: consequences of a sport mega-event on a Bric country. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 46, n. 2, p. 140-156, 2011.
- DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa: fraude y miséria del modelo Barcelona*. Madrid: Catarata, 2007.

- FAULHABER, L. ; AZEVEDO, N. SMH 2016: remoções no RJ Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.
- FREIRE, Letícia de Luna. Quando a cidade olímpica não é para todos: o caso da Vila Autódromo. *Advir*, Rio de Janeiro: Associação de Docentes da Uerj, n. 35, p. 74-83, jul. 2016.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 36, p. 48-64, 1996.
- HOLZ, J-M. (Org.). *Les Jeux Olympiques et leurs territoires*. Perpignan: Press Universitaires de Perpignan, 2011.
- HORNE, John; WHANNEL, Garry. *Understand the Olympics*. New York: Routledge, 2012.
- HUANG, Yan. Urban spatial patterns and infrastructure in Beijing. *Land Lines*, v. 16, n. 4, Oct. 2004.
- JAUHIAINEN, Jussi. Two modernities of Barcelona: some critical aspects of the regeneration of Ciutat Vella. *The European Geographer*, Lisboa, n. 7-8, p.40-51, 1994.
- LENSKYJ, H. *Olympic industry resistance: challenging olympic power and propaganda*. New York: State University of N. York Press, 2008.
- LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban fortunes: the political economy of place*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais de crise de um modelo globalitário. *Geosp: espaço e tempo*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 52-68, maio 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/107148>>. Acesso em: fev. 2017.
- _____. Globalização e políticas territoriais: os megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. In: PACHECO, S.; MACHADO, M. (Org.). *Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 92-108.
- _____. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: conceito e realidade na produção da cidade olímpica. *Continents*, v. 3, p. 52-72, 2013.

_____. Natureza e tensões do urbanismo olímpico contemporâneo. In: OLIVEIRA, F. et al. (Org.). *Geografia urbana: ciência e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. v. 1, p. 219-39.

MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). *O jogo continua: megaventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj: Faperj, 2011.

MASSEY, Doreen. *World city*. London: Potety Press, 2007.

MILLET, Lluís. Los juegos de la ciudad. In: MORAGAS, M.; BOTELLA, M. (Org.). *Las claves del éxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona '92*. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte, 1996.

MUÑOZ, Francesc. *Historic evolution and urban planning typology of olympic villages*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport, 1996. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/worpaper/1997/hdl_2072_5049/WP091_eng.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

LIMA JÚNIOR, Pedro Novais. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

OLIVEIRA, Nelma G. *O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Anpur, 2015.

OWEN, J. G. Estimating the cost and benefit of hosting Olympic Games: what can Beijing expect from its 2008 Games? *The Industrial Geographer*, v. 3, n. 1, p. 1-18, 2005.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício. Olimpíadas 2016: um balanço de véspera *Advir*, Rio de Janeiro: Associação de Docentes da Uerj n. 35, p. 94-104, jul. 2016.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHAW, C. *Five rings circus: myths and realities of the Olympic Games*. Vancouver: New Society Publishers, 2008.

SMITH, Neil. Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. In: SMITH, N.; WILLIAMS, P. (Ed.). *Gentrification of the city*. Londres: Allen & Unwin, 1996. p. 15-34.

TELLO, Rosa. Planificación estratégica y recalificación del espacio urbano de Barcelona y Bilbao. In: CARRERAS, C.; JALABERT, G.; THOUZELLIER, L. (Org.). *Villes et*

territoires: restructurations urbaines. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1993. p. 103-118.

TRUÑÓ, Enric. Barcelona, ciudad del deporte. In: MORAGAS, M.; BOTELLA, M. (Org.). *Las claves del êxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona '92*. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte, 1996. p. 52-67.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Belo Horizonte: Anpur, 2011.

_____. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOBRE VAIAS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO JOGO POLÍTICO (POLITICAL GAME) E DA BRINCADEIRA POLÍTICA (POLITICAL PLAY)

VIKTOR CHAGAS*

A maior parte dos pesquisadores que atuam na interseção entre as áreas dos estudos de esporte e da política concentram sua atenção no debate acerca do papel do esporte como propaganda política ou como elemento constituinte do processo de construção de identidades coletivas.¹ Há, naturalmente, também uma literatura que, mais distante da política, entrelaça esporte e sociabilidade, notadamente a partir das concepções de jogo e corporeidade.² A interface marcante entre esporte e comunicação é também explorada em grande monta a partir de pelo menos dois vieses distintos: os estudos históricos, com ênfase específica na relação entre esporte e imprensa e no desenvolvimento do jornalismo esportivo;³ e o novíssimo vasto campo de investigações dedicadas a aprofundar os usos e efeitos das novas mídias.⁴ Em todos os casos, porém, são raros os momentos em que se discute esporte e política sob o ponto de vista do cidadão comum, mesmo porque esse cidadão é razoavelmente alienado da arena estratégica, em que o esporte é formulado como política pública.

O vício de origem talvez esteja menos no campo dos estudos de esporte do que na teoria política, que vem privilegiando os atores institucionais e a perspectiva da política, na qual tudo gira em torno do processo de tomada de decisão. Consequentemente, junto com o cidadão comum, aliena-se dessa perspectiva a conversação em torno dos assuntos políticos. Essa herança maldita lega a outros

* Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV. Professor e pesquisador do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: viktor@midia.uff.br.

1 HOBBSAWM, E. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914; SIGOLI, M. A.; DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte.

2 LOBATO, M. G. S. Notas etnográficas sobre o jogo de vôlei na praia de Copacabana.

3 MELO, V. A. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX.

4 WITKEMPER, C.; BLASZKA, M.; CHUNG, J. Establishing a typology of social media uses in the sport industry: a multidimensional scaling study.

estudos interdisciplinares a dificuldade em se enxergar a relação entre a política e outros campos de pesquisa a partir de uma discussão sobre as culturas políticas e as relações sociais que as permeiam. É sobre esse olhar que erigimos o presente estudo.

Durante as Olimpíadas Rio 2016, tivemos rara oportunidade de acompanhar em simultâneo o ápice de um evento midiático esportivo de grande porte e uma conjuntura de crise política de grandes proporções, que mobilizou boa parte da cobertura noticiosa, em particular acerca dos desdobramentos do processo que culminou com o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff exatos dez dias após o encerramento dos jogos. Somem-se a isso as inúmeras tentativas político-midiáticas de cercear manifestações populares contra o governo interino em estádios e arenas de competição. Esse caráter complexo dos acontecimentos que tiveram lugar durante os últimos meses tornou evidente a diferença entre como a política é tratada pelo cidadão comum aficionado por esportes e como ela é retratada em grande parte da literatura que procura discutir a relação entre esporte e política.

De modo geral, pouca ou nenhuma atenção é dada à cada vez mais nítida aproximação entre o comportamento do militante político e o do torcedor. É sobre essa aproximação que pretendemos desenvolver nossa análise, utilizando como pano de fundo um conjunto de acontecimentos que se deu durante os Jogos Olímpicos – as vaiais recebidas pelo atleta francês Renaud Lavillenie na disputa final do salto com vara; e as manifestações populares, incluindo também as vaiais contra o governo interino de Michel Temer. Em ambos os casos, os temas receberam atenção da mídia especializada, mas encontraram na conversa cotidiana, especialmente aquela mediada pelo computador, espaço privilegiado para uma experiência de discussão sobre a política a partir do esporte.

O artigo parte das hipóteses de que (H1) a vaia a Lavillenie foi transfigurada como um acontecimento político-esportivo de grande relevância para as interações cotidianas entre cidadãos conectados; e (H2) os comentários que se deram a partir do episódio estimularam uma reflexão sobre a cultura política brasileira. Nosso estudo, então, procura se concentrar sobre as questões abaixo arroladas.

(Q1) Quais as leituras políticas mais recorrentes de torcedores brasileiros sobre o episódio envolvendo o atleta Renaud Lavillenie? E qual a centralidade da mídia e dos atores políticos tradicionais diante das redes que se formaram a partir dos comentários sobre o ocorrido?

(Q2) Quais os principais argumentos utilizados pelos internautas para defender ou atacar a postura dos torcedores brasileiros nos estádios e locais de competição esportiva?

(Q3) Por fim, que posição ocuparam as manifestações contra o governo interino de Michel Temer na conversa cotidiana sobre o comportamento das torcidas durante os jogos?

Para cumprir com a expectativa de responder a essas questões, realizamos de modo conjugado uma experiência de análise de conteúdo e análise de redes sociais, em que mapeamos os comentários no Twitter a respeito do acontecido. A partir do mapeamento de dados, esperamos também poder contribuir no sentido de apresentar uma metodologia de pesquisa pouco usual para os estudos que entrelaçam esporte e política. Optamos por dividir o presente artigo em cinco distintos momentos. No primeiro deles, tratamos de debater e conceituar a distância entre o jogo político e a ação de jogar (ou brincar de) política. Em seguida, apresentamos de forma mais aprofundada como os comentários coletados das mídias sociais podem configurar uma conversação cotidiana que entrelaça esporte e política. Para tratar em específico do caso que propusemos, encerramos nossas considerações apresentando em detalhes os métodos que empregamos e discutindo os resultados encontrados.

I. O JOGO POLÍTICO

Ao analisar a relação entre esporte e política, James Combs⁵ recorre aos diferentes cenários em que o primeiro é empregado como recurso do jogo político. O esporte é, conforme o autor, uma arena para o desenrolar desse jogo, sobretudo quando empregado como endosso por meio do apoio de atletas a políticos, partidos ou programas, ou como metáfora para a retórica política, e também quando se utiliza mitos culturais, morais e materiais.

Segundo Combs,⁶ o esporte é atravessado por valores morais, como o *fair play*, o espírito esportivo, a igualdade, a determinação; por valores materiais, como a busca incansável pela vitória, a recompensa; e por mitos culturais, como heranças folclóricas, histórias de heroísmo, ou representações arraigadas no imaginário coletivo. Mas o esporte, lembra o autor,⁷ também serve como espaço para a dramatização de um microcosmo de conflitos políticos. Os exemplos mais repisados remetem, mais uma vez, aos Jogos Olímpicos. No mais famoso deles, em 1936, o regime nazista procurou apresentar a superioridade da “raça ariana” nas Olimpíadas de Berlim, mas foi surpreendido pela *performance* do escrete norte-americano nas provas de atletismo, liderado pelo hoje renomado corredor e saltador Jesse Owens. Outros casos envolvem as campanhas da União Soviética e da Alemanha Oriental quando sediaram os jogos; os boicotes às Olimpíadas de Moscou e de Los Angeles, em meio à escalada final da Guerra Fria; e finalmente, mas não menos

5 COMBS, J. *Polpop*: politics and popular culture in America.

6 Ibid.

7 Ibid., p. 65.

importante, o sequestro de membros da delegação israelense por um grupo terrorista palestino, em Munique.

Pensar o esporte como palco para o drama político é conferir a ele propriedades do espetáculo. Para Combs,⁸ entender o esporte dessa forma é perceber que os grupos podem dramatizar seus conflitos no campo de jogo, e, mais do que isso, extravasar para o campo situações que se desenrolam na cena política. Pois “quando o país está dividido sobre alguma questão política, os rituais políticos em eventos esportivos podem se tornar controversos e excessivos”, configurando uma espécie de “demonstração política”, contra a guerra, contra o racismo, contra a poluição ambiental.⁹ É exatamente por esse fator de exacerbação dramática que os megaeventos esportivos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, têm concentrado a atenção de equipes de segurança ante ameaças terroristas. Isso porque, em grande medida, o terrorismo e outras ações de violência contra o Estado se apropriam da dinâmica do espetáculo midiático para promover suas causas.¹⁰

Em ocasiões anteriores,¹¹ empregamos a expressão de Bennett,¹² *political play*, para discutir a ludicidade na experiência política contemporânea, traduzindo-a como “brincadeira política”. Aqui, no entanto, parece-nos que a etimologia nos prega uma peça, pois *political play* é também, claramente, a metáfora mais adequada para dar conta da ação de jogar a política ou disputá-la, ação essa que se desenrola por meio da consubstanciação de representações encenadas no teatro político.¹³ Para Bennett,¹⁴ a brincadeira política (*political play*) envolve o controle da cena, a transformação do objeto por intermédio da imaginação e a afirmação do sujeito a partir de sua experiência pessoal. É – como afirma o pesquisador –¹⁵ uma resposta humana aos constrangimentos sociais e à opressão das instituições políticas. Recuperando um debate travado entre Piaget e Sutton-Smith, Bennett¹⁶ reconhece que a brincadeira opera num sentido que oscila entre a acomodação – isto é, a mera imitação ou emulação de estímulos externos – e a assimilação – ou seja, a transformação desses estímulos em imagens ou esquemas. Dessa forma,

8 COMBS, J. *Polpop: politics and popular culture in America*.

9 *Ibid.*, p. 62.

10 MIGUEL, L. F. *Violência e política*.

11 SANTOS, J. G. B.; CHAGAS, V. “Eu não tenho nada a ver com isso”: engajamento e ação coletiva nos memes dos debates eleitorais em 2014; CHAGAS, Viktor. “Não tenho nada a ver com isso”: cultura política, humor e intertextualidade nos memes das eleições 2014.

12 BENNETT, W. L. *When politics becomes play*.

13 GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*.

14 BENNETT, W. L. *When politics becomes play*.

15 *Ibid.*

16 *Ibid.*, p. 339.

ele propõe que a brincadeira política possa ser compreendida num sentido de fantasia ou imaginação, mas também de uma ação social que implica ação direta sobre a realidade, e, que, portanto, carece da disposição de jogar entre os diferentes *players*. Disposição para jogar e anuência diante das regras são elementos fundamentais para o comportamento dos jogadores, conforme Huizinga.¹⁷ E estão marcadamente presentes no esporte como na política.

Segundo Gomes,¹⁸ a política é encenada em diferentes sentidos. Pode-se admitir, por exemplo, a encenação como algo próprio do jogo de cena, como metáfora grandiosa do espetáculo ou como dramatização e performatização da política. É nesta última acepção, ainda, que reconhecemos a multiplicidade de sentidos que outra categoria guarda quando a importamos da tradição anglo-saxônica, a representação política. Para Pitkin,¹⁹ a representação incute significado de substituição de um sujeito por outro – que lhe faz as vezes –, mas também de atuação na e pela política, no sentido mesmo em que costumamos falar em atores que encenam uma peça (*play*) ou que jogam (*play*) um jogo.

O jogo político (*political game*) não é o equivalente direto da brincadeira política (*political play*), posto que o primeiro envolve, como sugere Tsebelis,²⁰ uma “atividade humana orientada pelo objetivo e [...] instrumental”. Esse ponto de vista parte do pressuposto da racionalidade dos atores, responsáveis por perseguir seus próprios objetivos e metas. Conforme apregoa a teoria dos jogos, os atores individuais ou institucionais agem de acordo com as opções que encontram disponíveis, nas múltiplas arenas em que o jogo se desenrola simultaneamente, e escolhem suas estratégias, com vistas a maximizar seus *payoffs*.

Em defesa da teoria da escolha racional, Tsebelis explica que a racionalidade se opõe a duas classes distintas de ações: a ação impulsiva explicada pela psicologia, e o comportamento irracional de raízes mais profundas, incluindo o “instinto de imitação” (Gabriel Tarde), a ‘falsa consciência’ (Friedrich Engels), as ‘pulsões inconscientes’ (Sigmund Freud), o ‘*habitus*’ (Pierre Bourdieu), a ‘cultura nacional’ (Gabriel Almond e Sidney Verba), ou forças como ‘resistência à mudança’ ou ‘inércia’”.²¹ O pesquisador sugere que sua expectativa de conciliar esses dois mundos aponta no sentido do que Popkin argumentava, indicando que escolhas individuais são influenciadas pelo quanto conhecemos a respeito do jogo, o que implica situações em que escolhas não ótimas são tomadas apenas quando (a)

17 HUIZINGA, J. *Homo ludens*.

18 GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*.

19 PITKIN, H. *Representação: palavras, instituições e ideias*.

20 TSEBELIS, G. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*, p. 21.

21 *Ibid.*, p. 36.

o jogador não pode escolher racionalmente; ou quando (b) o jogador comete um erro.²² Mas é também importante considerar que – e aqui está sua principal contribuição – quando um ator assume uma posição que nos parece subótima, mesmo estando de posse de toda a informação adequada para tomar sua decisão, talvez o observador é que esteja diante de uma visão parcial ou obliterada sobre as escolhas do jogo. Pois a racionalidade, diz o autor,²³ nada mais é do que uma correspondência explícita entre meios e fins.

Desviar o foco do jogo político (*political game*) para a brincadeira política (*political play*) ou, ainda, o jogar – ou brincar de – política (*play politics*), implica tirar a ênfase da estratégia e assumir o caráter da representação dramática e performática da política. Se o jogo envolve uma disputa de perde e ganha, e remete aos famosos enquadramentos da política como corrida de cavalo²⁴ ou ação estratégica,²⁵ jogar subentende envolvimento ou divertimento. Enquanto conhecer o jogo implica ter apreendido suas regras – racionalmente, como em Tsebelis ou sob um ponto de vista simbólico, como no *habitus* de Bourdieu –, saber jogar denota um princípio prático, habilidade de negociação, disposição para manobras ou adaptações.²⁶ Jogar demanda engajamento, interação, é um trabalho que não é empreendido solitariamente, mas de modo coletivo. A política, como o esporte, portanto, é jogada, nas suas mais diferentes acepções, e não apenas pelos atores políticos formais ou institucionais, mas também pelo sujeito comum, que participa casualmente do drama político, seja contribuindo pontualmente para a esfera das decisões da macropolítica ou atuando performaticamente ao expressar sua opinião, em manifestações públicas ou mesmo no domínio privado.

Um outro elemento a que não podemos estar alheios no que tange à aproximação entre esporte e política é o fato de que, em ambos os casos, joga-se para alguém, isto é, há uma expectativa de formação de audiências ou *constituencies* que permeia a própria dinâmica do jogo. Segundo Van Zoonen,²⁷ nas últimas décadas temos acompanhado um duplo movimento da política em direção à cultura popular do entretenimento de massa e do entretenimento em direção à política. Isso é facilmente perceptível, diz a autora,²⁸ quando nos deparamos com programas de realidade, que convidam os espectadores a indicarem suas preferências ou a ele-

22 Ibid., p. 22.

23 Ibid., p. 33.

24 PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política.

25 CAPELLA, J.; JAMIESON, K. H. *Spiral of cynicism*.

26 Essa compreensão, é claro, não ignora que, em parte, saber jogar exige que se faça boa leitura do jogo.

27 VAN ZOONEN, L. *Entertaining the citizen: when politics and popular culture converge*.

28 Ibid., p. 56.

gerem os participantes a seguirem no jogo. “O sucesso do entretenimento de realidade como Big Brother ou Pop Idol”, por sua vez, argumenta, “tem inspirado muitas iniciativas para transportar o apelo desses gêneros para o campo político”.²⁹ Segundo John Street,³⁰ “A política, como a cultura popular, diz respeito a criar uma ‘audiência’, um ‘público’ que vá rir de suas piadas, compreender seus medos e compartilhar suas esperanças”. Para Street,³¹ o discurso político não deve jamais ser compreendido como “exame desinteressado”, mas como “*performance*”, e, por essa via, a política é performatizada para uma audiência específica.

Muito se tem discutido a respeito do papel dos fãs nas democracias contemporâneas,³² mas poucas diferenças são estabelecidas entre a figura do fã e a do torcedor. Naturalmente, as fronteiras estão cada vez mais diluídas entre essas categorias, mas, nós diríamos, essencialmente, o fã é o sujeito que admira a obra ou o trabalho de outrem, ao passo que o torcedor é aquele que o apoia e lhe confere suporte. Em última instância, essa distinção é importante para percebermos que algumas das atitudes e comportamentos que hoje, sob uma perspectiva dos estudos de fãs, creditamos à cultura participativa, na realidade, são dinâmicas inerentes às torcidas e à brincadeira (*play*).

2. ESPORTE, POLÍTICA E CONTROVÉRSIAS

Há um conjunto relevante de trabalhos recentes que têm explorado a relação entre esporte e mídias sociais. Witkemper e colaboradores,³³ por exemplo, buscaram desenvolver uma matriz taxonômica capaz de explicar os usos e as motivações dos internautas em se apropriar dessas plataformas sociais para comentar ou praticar esporte. De acordo com sua análise, as comunidades de produtores e consumidores de informações relacionadas ao universo do esporte na internet se dividem segundo comportamentos competitivo, cooperativo, passivo ou proativo. O comportamento proativo é aquele que melhor caracteriza o internauta que participa entusiasticamente das redes sociais *online*, compartilhando conteúdos e opinando sobre notícias publicadas pelos grandes portais e por outros internautas.

A opinião desses comentadores gera ondas de ação e discussão em torno de determinados temas, e termina por consubstanciar controvérsias entre grupos

29 Ibid.

30 STREET, J. *Politics & popular culture*, p. 60.

31 Ibid., p. 59.

32 VAN ZOONEN, L. *Entertaining the citizen: when politics and popular culture converge*; SANTOS JR., M. A. Coxinhas e petralhas: o fandom político como chave de análise da audiência criativa nas mídias sociais.

33 WITKEMPER, C.; BLASZKA, M.; CHUNG, J. Establishing a typology of social media uses in the sport industry: a multidimensional scaling study.

de internautas. Esporte e política, justamente porque constituídos em torno de suas próprias audiências, são acompanhados e atravessados, em uma dimensão midiática, pela conversação cotidiana. Conversar sobre política é fundamental para o reconhecimento de questões comuns, afirma Mansbridge.³⁴ Mas a conversa é uma experiência que refoge ao tratamento convencional da teoria política sobre seu objeto, estando esta geralmente centrada no processo decisório e no papel desempenhado pelos atores institucionais da política. No caso do esporte, reconhecidamente, o comentário e a sociabilidade ocupam papel importante no acontecimento esportivo-midiático. Eles ajudam a conformar identidades coletivas, aproximando e distinguindo os grupos.

A conversação, lembra Mansbridge,³⁵ atua no sentido do ativismo cotidiano, isto é, ela facilita o reconhecimento das posições ocupadas pelos atores. Apesar de não se inscrever no regime da ação deliberativa, ela pode contribuir para expressar uma vontade e servir de combustível para acelerar o processo de tomada de decisão. Por essa ótica, mesmo a ofensa, diz a autora, ocupa lugar importante no rol de comportamentos a serem assumidos entre os interlocutores.

Essas formas de conversação são às vezes necessárias não só para “promover o respeito” [...], mas também para alcançar autenticidade, para revelar [...] a dor e a raiva, o ódio que alguém sente [...], como meios para atingir o objetivo de aproximar a liberdade e a igualdade na deliberação. Às vezes, somente uma oposição intensa pode romper as barreiras do *status quo*.³⁶

No cenário da internet, é usual que a conversação se converta, ainda com mais velocidade e maior intensidade, em uma disputa de sentidos, em que as posições são grosseiramente simplificadas e polarizadas. Além disso, mediada por computador,³⁷ a conversação não se distingue, em grande medida, de seus próprios vestígios, os registros inscritos no regime midiático e apresentados sob a forma de texto, imagem ou material multimídia, por meio dos quais a opinião se processa. Essa redução das opiniões à sua forma sintética, e, em conjunto com a possibilidade de difusão e reprodução *ad nauseam* da mesma mensagem ou de suas derivantes, encontra paralelo com o que costumamos identificar como *memes* de internet.

34 a) MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. b) Ao tratar ainda da brincadeira política, Bennett (BENNETT, W. L. When politics becomes play) a situa como um ritual de aprendizagem coletiva, em que o drama pode emergir de conflitos entre atores em função de uma disputa pelo melhor entendimento do que representa o interesse público ou pelo reconhecimento mútuo de uma causa. Essa visão é bastante semelhante à de Mansbridge sobre a conversação cotidiana.

35 MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo.

36 *Ibid.*, p. 223.

37 RECUERO, R. *A conversação em rede*.

O fenômeno dos *memes* de internet ganhou impulso a partir da popularização de redes como Twitter e Facebook, e, hoje, marca uma expressão popular que dá vazão a comentários sociais,³⁸ e eventualmente se propõe a agitar mudanças sociais,³⁹ a partir de mensagens encaradas como subversivas.⁴⁰ São poucos, porém, os trabalhos que têm se dedicado a estudar *memes* relacionados ao esporte. Na maior parte das vezes, trata-se de investigações a respeito do discurso desses conteúdos, concentrando-se em particular em peças imagéticas e nas representações geradas por elas.⁴¹ Em resposta à lacuna que esses estudos sugerem, optamos por trabalhar com uma noção ampliada de *meme*, a qual se estende aos comentários publicados nas mídias sociais por internautas comuns, que ganham visibilidade e são reproduzidos e reapropriados por outros internautas. São geralmente piadas ou comentários jocosos sobre um conteúdo noticioso replicado ou uma imagem e/ou *hashtag*, que ajudam o destinatário a contextualizar o assunto.

Nas páginas a seguir, o episódio das vaiais ao atleta francês é discutido em detalhes, a partir de uma experiência de acompanhamento do caso no calor dos acontecimentos. Nossa principal expectativa, a partir desta investigação, é justamente compreender em que medida a política em seu sentido estrito – isto é, com base em uma visão sobre atores formais e institucionais da política – aparece nas conversações e reações envolvendo apoio e crítica ao comportamento da torcida brasileira na ocasião.

3. A VAIA

Renaud Lavillenie é um atleta francês multicampeão do salto com vara, detentor de um raro feito no atletismo, o recorde mundial da categoria, superando a marca do menos lendário Sergei Bubka, na modalidade *indoor*, com um salto de 6,16 m. Ao ar livre, sua melhor marca é de 6,02 m, um centímetro a menos do que o novo recorde olímpico estabelecido pelo brasileiro Thiago Braz, na final das Olimpíadas Rio 2016, com o salto de 6,03 m, no dia 15 de agosto.

Numa final ao ar livre, com vento e bastante chuva, Lavillenie não foi capaz de ultrapassar a marca de 5,98 m, e obteve a medalha de prata. Thiago Braz, que, àquela altura, encontrava-se pressionado pelo índice do francês, optou por subir

38 GARCÍA, I. G. Los imemes como vehículos para la opinión pública.

39 MINA, An Xiao. Batman, Pandaman and the Blind Man: a case study in social change memes and Internet censorship in China.

40 BAYERL, P. S.; STOYNOV, L. Revenge by photoshop: memefying police acts in the public dialogue about injustice.

41 DICKERSON, N. Constructing the digitalized sporting body: black and white masculinity in NBA/NHL internet memes.

o sarrafo, e passou, na segunda tentativa, a dominar a prova, jogando a pressão toda para o adversário. Foi nesse momento que o chamado fator “extracampo” pesou. Lavillenie, que notou que a torcida se empenhava em empurrar o brasileiro e torcer contra os demais competidores, em especial ele próprio e o norte-americano Sam Kendricks, criticou a arquibancada em gesto que repercutiu no telão do estádio do Engenhão e levou então uma ensurdecidora vaia. Descontente e desconcentrado, Lavillenie errou suas três tentativas e saiu de campo para a área mista, onde, em uma série de entrevistas a jornais e televisões de todo o mundo, criticou as vaias recebidas e o comportamento da torcida, comparando-se ao atleta Jesse Owens, que, segundo ele, fora recebido de forma não menos hostil pela torcida na Alemanha nazista em 1936.

A partir daí, e sem que entremos no mérito das afirmações de Lavillenie, seguiu-se uma enxurrada de comentários nas redes sociais *online*, que procuravam avaliar e repercutir o episódio. O burburinho foi tão intenso que as opiniões sobre o caso geraram uma segunda onda de notícias, que tratava exclusivamente dos seus desdobramentos na internet.⁴² Às vaias da torcida brasileira contra o atleta francês somaram-se críticas ao que inúmeras pessoas identificaram como uma “atitude patológica” de ódio e nacionalismo advindo do cenário de polarização política,⁴³ críticas também a um propalado colonialismo europeu sobre os modos de torcer, e, curiosamente, manifestações bem-humoradas que comparavam a vaia a Lavillenie às vaias à presidente Dilma Rousseff na Copa do Mundo de 2014 e ao então presidente interino Michel Temer na abertura dos Jogos Olímpicos.

A conversação que se deu em torno do tema transformou a vaia a Lavillenie num dos registros de memória (e numa das controvérsias) mais importantes dos Jogos Rio 2016, de tal modo que, mesmo após o seu encerramento, a mídia seguiu repercutindo o episódio em novas competições que o francês e o brasileiro disputaram, juntos ou não. A atitude de disputa no campo se refletiu nas mídias sociais em um conjunto grande de frases de efeito proferidas pelos internautas, com comparações que levavam ao extremo o tom *nonsense* da rivalidade (“Chupa champagne! Aqui é cidra Cereser caraio!!!”, “Chuuupa Olivier, aqui é Ana Maria”, “Chupa *Le Monde*, aqui é *Meia-Hora*” ou ainda “*Petit gateau* é o caralho, aqui é paço-ca!!!!!!”).

42 Ver, por exemplo, reportagem da BBC Brasil em: <<http://www.bbc.com/portuguese/salasocial-37097400>>. Acesso em: 9 out. 2016.

43 Entre outras colunas opinativas, cf. o texto de Paulo Nogueira para o *Diário do Centro do Mundo*. (Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/as-vaiais-ao-frances-lavillenie-mostram-que-a-cultura-do-odio-triunfou-entre-nos-por-paulo-nogueira/>>. Acesso em: 9 out. 2016).

Na análise que procuramos fazer em seguida, tentamos identificar quem são os principais atores que participaram dessa conversa e como ela se desenrolou. Em nossa leitura, a vaia se constitui como atitude de ofensa ou comportamento disruptivo em meio ao processo conversacional. Seguindo o preceituado por Mansbridge,⁴⁴ esse tipo de atitude funciona no sentido de balancear situações de fala em desequilíbrio. Pensando as audiências como interlocutoras do espetáculo, sua condição de subordinação àqueles que protagonizam a cena é evidente. Assim, a vaia rompe o silêncio da complacência, em que “membros de grupos dominantes (os atletas, no caso, que dominam a cena) particularmente acham que não precisam ouvir os membros de grupos subordinados. Então, os subordinados, às vezes, precisam da motivação da raiva”.⁴⁵ Por essa perspectiva, a vaia é sempre uma atitude política ou de uso político, de disputa pelo poder, na arena em que o jogo é jogado. Trata-se de um dos raros momentos em que esporte e política não apenas se entrelaçam, mas, sobretudo, cultivam comportamentos similares. Por essa razão, não chega a surpreender que as vaias a Lavillenie tenham sido relacionadas com as vaias a Temer nas diversas piadas que circularam entre os comentários dos internautas.

A vaia nos esportes ou em outros eventos culturais não é nenhuma novidade, é claro.⁴⁶ Elas se manifestam, nos mesmos moldes do aplauso, como um diálogo direto entre as massas e o sujeito. Como expressão de desprezo, o termo tem origem no idioma castelhano, cujo verbo “*ir*” ou “*irse*” é conjugado como “*vaya*”. A audiência pede então ao ator que se vá, pois o espetáculo não a agrada. Se, no entanto, as expressões de acordo ou desacordo fazem parte do jogo político, a vaia, enquanto manifestação dessas reações, é o que melhor incorpora a brincadeira política, no sentido mesmo em que performatiza essas reações. A vaia emerge de uma controvérsia (o desagrado) e só encontra respaldo na ação coletiva. Sem que seja entoada em uníssono, sua intenção é neutralizada pelos outros jogadores. Mais do que uma manifestação de repúdio, portanto, a vaia gera identificação entre diferentes grupos e facilita o reconhecimento mútuo das posições ocupadas pelos interatores. Longe de ser apenas um ruído comunicativo, a vaia é, assim, uma resposta aos constrangimentos do espetáculo, um sinalizador de mudanças sociais ou da intenção em defendê-las, que atua por meio do conflito cerrado entre imitação e ruptura, já que dependente de um engajamento conjunto.

44 MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo.

45 Ibid., p. 223-224.

46 GAJANAN, M. Boing at the Olympics shouldn't be surprising; VILLAS, A. As vaias na nossa história.

De forma semelhante, na internet, os *memes* operam como vocalizadores da reação popular por intermédio de um misto de criatividade e repetição.⁴⁷ Assim, pela intensidade dos compartilhamentos de uma determinada piada, somos capazes de detectar racionalidades, afetos e juízos de valor envolvidos no episódio. Com base nessa premissa, procuramos mapear os comentários sobre o episódio envolvendo Braz e Lavillenie na internet.

4. METODOLOGIA

Nossa análise sobre a controvérsia envolvendo o atleta francês e a torcida brasileira, no dia 15 de agosto de 2016, está baseada em um quantitativo de 11.126 posts coletados do Twitter a partir de uma ferramenta de extração de dados.⁴⁸ Esses conteúdos se relacionam com 11.232 usuários da plataforma.⁴⁹ Após a coleta, procuramos tratar os dados, classificando cada um dos nós que representavam usuários, *hashtags* e *tweets/retweets*. Excluimos dessa etapa os *links* e os arquivos de mídia anexados (imagens e vídeos), por considerar que estes últimos, diferentemente dos primeiros, não possuem valor intrínseco ao serem compartilhados.

Então, optamos por atribuir aos atores três valores distintos, correspondendo ao papel que desempenham na rede: cidadão, político ou mídia. Em todos os casos, procuramos analisar os nomes da conta e, eventualmente, a fim de desfazer dúvidas que porventura surgissem, também o seu perfil. Os usuários classificados como mídia dizem respeito a contas de jornais, emissoras de televisão, de rádio, portais de conteúdo na internet, blogueiros profissionais ou jornalistas. Entre os políticos, distinguimos aqueles de expressão nacional que se manifestaram no decorrer da controvérsia, e destacamos, em especial, as contas oficiais de Michel Temer (@micheltemer) e Dilma Rousseff (@dilmabr), bem como alguns de seus *fakes* que participaram assiduamente da discussão (@diimabr, @miicheltemer, @temerbolated, @temersincero1). Por fim, todos os outros internautas constantes do mapeamento, e não relacionados nas duas primeiras categorias, foram apresentados como cidadãos comuns.

47 MILNER, R. Pop Polyvocality: internet memes, public participation, and the Occupy Wall Street movement.

48 A coleta de dados foi realizada por meio do *plug-in* Twitter Streaming Importer para o aplicativo Gephi. As palavras-chaves coletadas foram: *vaia*, *airlavillenie*, *lavillenie*, *hoot*, *hooted*, *vaiado*, *jesse owens*, *temer*.

49 O número de usuários é superior ao de mensagens, porque os laços entre um comentário e um usuário não dizem respeito apenas a publicações de um conteúdo por um autor, mas também a menções (@) ou *retweets* (RTs). O mapeamento engloba ainda 192 imagens ou vídeos relacionados aos *tweets*, 241 *hashtags* e 793 *links*, num total de 23,5 mil nós levantados nos grafos que apresentamos a seguir.

Com relação aos tweets, classificamos o posicionamento dos atores em seis outras variáveis. No primeiro caso, identificamos quando se tratava de conteúdo crítico ao comportamento da torcida brasileira e às vaias contra os desportistas de modo amplo; no segundo, levantamos comentários críticos às declarações de Lavillenie e/ou que afirmavam ou simplesmente compactuavam com as vaias, traduzindo sua posição como uma não sujeição ao modo de torcer europeu; em terceiro lugar, colhemos também os comentários neutros ou de difícil atribuição de posicionamento; e, em quarto, os comentários ambivalentes, isto é, que criticavam ambos os lados da controvérsia. Por último, mas não menos importante, trouxemos ainda para discussão os comentários que criticavam especificamente o governo interino e/ou o presidente interino Michel Temer. A interpretação dos dados buscou levar em consideração não apenas o texto do tweet, mas, sempre que necessário, os links para os quais as mensagens apontavam. Esse método procurou minorar as falhas de interpretação em comentários curtos demais, que continham apenas expressões onomatopaicas (“kkk”) ou sem maior aprofundamento (“Sem mais...”, “Vaia”). Assim, nos casos em que a mensagem acrescentava um link que explicava o todo, os links foram também acessados, de modo a auxiliar nas conclusões do codificador.⁵⁰

Com base nesses princípios, procedemos à interpretação dos dados, analisando todos os conteúdos levantados quanti e qualitativamente. A seguir, apresentamos os dados obtidos para subsequente discussão.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após modelada a rede de tweets conformada a partir do episódio das vaias, o primeiro exercício de reconhecimento que procuramos fazer foi de identificar os atores envolvidos de acordo com a sua centralidade na rede. Como é possível observar na imagem a seguir, a maior parte dos atores relacionados à mídia (▼) ocupam posições periféricas no grafo, ao passo que alguns atores políticos (●) foram identificados no centro da controvérsia. O restante dos nós mapeados (em cinza e

50 É importante observar que esse tipo de análise, embora guarde semelhanças com o modelo de interpretação dos dados da metodologia de análise de valências – que procura distinguir entre conteúdos positivos, negativos, neutros ou ambivalentes, com relação à abordagem de determinados temas –, bastante debatida recentemente no universo das pesquisas em comunicação política (MIGUEL, L. Quanto vale uma valência?; FERES JUNIOR, Em defesa das valências: uma réplica; MIGUEL, L. Uma resposta), não pressupõe a objetividade do enunciado como ponto de partida. Aqui, ao contrário, os comentários são analisados com base no julgamento proferido pelo autor. Além disso, a escala para mensuração não é linear como na metodologia de valências, mas múltipla – o que significa dizer que o contrário de um comentário crítico à postura da torcida não é o exato equivalente de um comentário favorável ao francês.

Há também um marcante caráter não deliberativo e não institucional na conversa, que promove um conjunto de leituras do episódio, a bem dizer, impressionistas, e formuladas tomando-se como base experiências intrinsecamente pessoais, sem que sequer se tenha como horizonte o diálogo. Os internautas valorizam a brincadeira a partir de comparações absurdas (“Alguém avisa ao francês que aqui a gente vaia até o papa se ele tiver disputando uma medalha de ouro com o padre Marcelo Rossi” ou “Você sabe que são culturas diferentes porque o atleta estrangeiro se abala com o volume de vaia que uma criança brasileira lida numa gincana”). Essa postura abre margem para uma exaltação da vaia como elemento típico da cultura nacional (“Pô francês, reclamando de vaia e zoeira aqui no Brasil? Falta de *fair play* é não entrar na zoeira!” ou “Brasileiro vaia na hora errada. Francês não toma banho. Cada um com seus problemas.”).

Trata-se de uma profusão de frases de efeito, tiradas bem-humoradas ou comentários que repercutem opiniões, mas pouca ou nenhuma abertura para réplicas é dada. Isso significa dizer que, na brincadeira política, ocupar o proscênio e sobressair são condições importantes para fazer diferença em cena. Diferentemente do que ocorre no jogo político, aqui, uma vez que não há diálogo ou disputa (de argumentos, por exemplo, a fim de perceber qual se sobressai), a vitória é resultado direto da ocupação dos espaços cênicos. E, nesse sentido, o humor é um instrumento vital para cumprir essa estratégia.

Mas, é claro, nem todos os conteúdos publicados versam de forma bem-humorada sobre o episódio. Em muitos casos, há críticas com tom mais elevado e sério, e, em outros, juízos mais divertidos. Considerando o universo amostral de tweets (N=111.126), 74,6% dos posts exaltam a vaia como comportamento próprio do bom humor do brasileiro ou problematizam as comparações com Jesse Owens feitas em entrevista por Lavillenie. Somente 2,2% dos tweets defendiam explicitamente o francês ou criticavam as vaias. O número é inferior à quantidade de comentários neutros (12,6%) e ambivalentes (7,0%) – ou mesmo àqueles que criticavam o presidente interino (3,3%). Entre as *hashtags*, #foratemer aparece na quarta posição, como um dos termos mais repercutidos, o que demonstra o potencial de articulação de alguns grupos para tomar a cena diante de outros episódios. Em casos como esses, percebemos que o jogo pode virar com base na mobilização bem-sucedida de minorias que se esforçam para “roubar” a cena.

De modo geral, o caso Lavillenie ficou marcado na internet por duas imagens políticas fortes. A primeira e majoritária diz respeito à comparação malsucedida com Owens, que chama a atenção inclusive de grupos integrantes do movimento negro, como #BlackLivesMatter. Esses grupos iniciaram uma campanha

para publicar informações sobre a trajetória do atleta norte-americano que possibilitassem contraditar a comparação feita pelo francês. Houve, além disso, nesse contexto, uma marcada valorização da identidade negra, caracterizando Owens como um herói vitorioso, diferentemente do “mau perdedor” Lavillenie.

O outro tópico principal, embora não se reflita numericamente em um quantitativo expressivo de mensagens, é aquele em que surgem as comparações entre Lavillenie e Temer; ou entre as vaias ao atleta e as vaias ao presidente interino. Michel Temer havia divulgado nota em 15 de agosto, informando que não estaria presente à cerimônia de encerramento. O tema foi prontamente recuperado pelos internautas, que então iniciaram seus comentários a respeito da situação.

É nesse momento que Temer é acionado pelos internautas como contraponto (“Não quer vaia, faz igual o Temer e nem vem no rolê”), e surgem as primeiras associações entre as vaias recebidas pelo francês e a recusa do presidente interino em comparecer ao encerramento dos jogos (“Esse chorão derrotado vai conseguir a proeza de tomar uma vaia maior que a do Temer”). Temer e Lavillenie são justapostos, a partir das semelhanças que guardam entre si, como atores em fuga das vaias, mas o presidente interino aparece como vencedor nesse quesito (“Mais uma medalha de ouro para o golpista Temer: corrida do povo”). Há também comparações diretas entre a função política da vaia em cada cenário – “Eu não gosto de vaia também não (exceto se for pro senhor temeroso)” –, e novamente a afirmação bem-humorada da nacionalidade – “Avisem o francês que aqui a gente vaia até o Obama se ele tiver disputando uma medalha com o ladrão do Temer”.

Algumas críticas à cultura política nacional se destacam logo em seguida: “Esse povo reclama de vaia no estádio pq não conhece quem bate panela pra televisão”; ou “Se brasileiro vaiasse político bandido em público da mesma forma que vaia atletas nas olimpíadas, teríamos um país melhor”. Em reclamações à apatia generalizada diante do *impeachment* (“Vaia francês bunda mole, mas não vaia o Temer!”), o drama político novamente é ressaltado. A paródia, elemento importante na cultura popular da internet, aparece em brincadeiras com o *slogan* de governo (“Não fale em vaia, @micheltemer, trabalhe!”). E mesmo o papel da vaia no jogo político é questionado, enquanto demonstração útil de ativismo, para, em seguida, ser defendido como principal motivo que “botou Temer para correr”. A vaia, afinal de contas, é também ela uma demonstração de força.

6. ANTES DE IR-ME...

A título de conclusão, reconhecemos que este estudo possui claras limitações no que tange ao paralelo entre o acontecimento esportivo e a brincadeira

política, dada a presença comedida na amostra de atores e conteúdos que invisitam nessa associação. Ainda assim, o episódio definitivamente ajuda a explicar como a brincadeira política pode assumir um comportamento subversivo, cujo caráter contestatório, como nos lembra Zuckerman,⁵¹ encontra-se justamente em sua capilaridade e na dinâmica subterrânea por que se propaga na conversação cotidiana.

A rede de contestação ao governo interino de Michel Temer é uma de muitos movimentos que pegam carona na controvérsia ampliada, gerada originalmente pelas declarações de Lavillenie. Ela, como todos os demais comentários que se destacaram nos dados levantados para esta análise, encaixa-se em uma dinâmica conversacional que em nada se assemelha ao tratamento da política como mero espaço em que as decisões se formalizam. Essas redes, ao contrário, notabilizam-se por um diálogo de surdos, em que há pouco ou nenhum lugar para a divergência ou a revisão de posições assumidas. No mesmo sentido em que a conversação amplifica as frases de efeito, ela também esmaga o espaço para o diálogo em si. Nem por isso, contudo, ela deixa de ser integrante fundamental da cultura política que incide sobre as disputas contemporâneas, em que, mais do que nunca, estão entrelaçadas a figura do militante e a do torcedor.

Em suma, acreditamos que a pesquisa nas áreas da comunicação política – notadamente atuando na interface entre internet e política – e dos estudos de esporte pode-se beneficiar decisivamente desse olhar não ortodoxo para a sociabilidade política, território em que, do ponto de vista epistemológico, esporte e política estão intimamente próximos. Casos banais como esse nos apresentam situações de complexa articulação entre as dinâmicas inerentes ao jogo – leitura a que estamos mais habituados por meio da cobertura midiática dos acontecimentos – e à brincadeira política – aquela em que a *performance* tática matiza a racionalidade estratégica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Princeton, NJ: PUP, 1963.
- BAYERL, P. S.; STOYNOV, L. Revenge by Photoshop: memefying police acts in the public dialogue about injustice. *New Media & Society*, v. 18, n. 6, 2016.
- BENNETT, W. L. When politics becomes play. *Political Behavior*, v. 1, n. 4, 1979.
- CAPELLA, J.; JAMIESON, K. H. *Spiral of cynicism*. Nova York: OUP, 2000.

51 ZUCKERMAN, E. *Cute cats to the rescue?: participatory media and political expression*.

- CHAGAS, Viktor. “Não tenho nada a ver com isso”: cultura política, humor e intertextualidade nos memes das eleições 2014. In: CERVI, Emerson U.; MASSUCHIN, Michele G.; CARVALHO, Fernanda C. de (Org.). *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: CPOP, 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/30246524/2016_Internet_e_elei%C3%A7%C3%B5es_no_Brasil>. Acesso em: 9 mar. 2017.
- COMBS, J. *Polpop: politics and popular culture in America*. Bowling Green, Ohio: Bowling Green University Popular Press, 1984.
- DICKERSON, N. Constructing the digitalized sporting body: black and white masculinity in NBA/NHL internet memes. *Communication & Sport*, v. 4, n. 3, 2016.
- FERES JUNIOR, J. Em defesa das valências: uma réplica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, 2016.
- GAJANAN, M. Booing at the Olympics shouldn't be surprising. *Time*, 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://time.com/4444923/booing-olympics-shock/>>. Acesso em: 9 out. 2016.
- GARCÍA, I. G. Los imemes como vehículos para la opinión pública. *Versión: estudios de comunicación y política*, n. 35, mar./abr. 2015.
- GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- HELAL, R. *O que é sociologia do esporte*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HOBBSAWM, E. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- LOBATO, M. G. S. Notas etnográficas sobre o jogo de vôlei na praia de Copacabana. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 6, 2012.
- MANSBRIDGE, J. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. *A deliberação pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- MELO, V. A. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX. In: HOLANDA, B. B. B.; MELO, V. A. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- MIGUEL, L. F. Violência e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 88, 2015.
- _____. Quanto vale uma valência? *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.17, 2015.
- _____. Uma resposta. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, 2016.

- MILNER, R. Pop Polyvocality: internet memes, public participation, and the Occupy Wall Street Movement. *International Journal of Communication*, v. 7, 2013.
- MINA, An Xiao. Batman, Pandaman and the Blind Man: a case study in social change memes and Internet censorship in China. *Journal of Visual Culture*, v. 13, n. 3, 2014.
- PITKIN, H. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*, n. 67, 2006.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2002.
- RECUERO, R. *A conversação em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- SANTOS, J. G. B.; CHAGAS, V. “Eu não tenho nada a ver com isso”: engajamento e ação coletiva nos memes dos debates eleitorais em 2014. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING POLÍTICO, 14., 2015. *Anais...* Rio de Janeiro: Politicom, 2015.
- SANTOS JR., M. A. Coxinhas e petralhas: o fandom político como chave de análise da audiência criativa nas mídias sociais. *Revista Geminis*, ano 7, n. 1, 2016.
- SIGOLI, M. A.; DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 12, n. 2, 2004.
- STREET, J. *Politics & popular culture*. Philadelphia: TUP, 1997.
- TSEBELIS, G. *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998.
- VILLAS, A. As vaias na nossa história. *Carta Capital*, 18 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-vaias-na-nossa-historia>>. Acesso em: 9 out. 2016.
- WITKEMPER, C.; BLASZKA, M.; CHUNG, J. Establishing a typology of social media uses in the sport industry: a multidimensional scaling study. *Communication & Sport*, v. 4, n. 2, 2016.
- ZOONEN, L. van. *Entertaining the citizen: when politics and popular culture converge*. Lanham, MD: R&L, 2005.
- ZUCKERMAN, E. *Cute cats to the rescue? – participatory media and political expression*. Cambridge, MA: Center for Civic Media, MIT, 2013. Disponível em: <<http://ethanzuckerman.com/papers/cutecats2013.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2016.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, OPINIÃO PÚBLICA E MÍDIA: UM BALANÇO DA COBERTURA MIDIÁTICA E DAS PESQUISAS QUANTITATIVAS SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016

BERNARDO BUARQUE*, JIMMY MEDEIROS**, E LUIGI BISSO***

INTRODUÇÃO

O presente texto tem um duplo propósito. Primeiro, propõe-se a destacar as percepções mais gerais da população brasileira acerca do significado das Olimpíadas realizadas na cidade do Rio de Janeiro. Segundo, objetiva-se entender o valor atribuído pelos meios de comunicação a determinados aspectos do evento, em especial os relativos à organização e à preparação do torneio. Com base em fontes escandidas antes, durante e depois da sua realização, a finalidade precípua é acompanhar o registro mais amplo das oscilações valorativas do público acerca das positivities e negatividades dos Jogos. Feito isso, será possível identificar as ênfases destacadas e construídas pelas notícias da mídia, ao cobrir os meses que antecederam, compreenderam e sucederam os Jogos Olímpicos Rio 2016.

O texto está, pois, estruturado em quatro partes constitutivas. A primeira versa sobre o imaginário histórico-esportivo da cidade do Rio de Janeiro, ex-capital da República, com destaque para a introdução e a difusão dos esportes modernos, de origem europeia, na virada do século XIX para o XX, e para a relação assimétrica entre o futebol profissional, de um lado, e os esportes amadores, de outro.

A segunda parte traça um panorama geral da ambiência de realização dos Jogos, ao longo das três semanas de competição, durante o mês de agosto de 2016, com vistas a contextualizar e a pinçar elementos causadores de repercussão e de “falação esportiva”.¹

* Doutor em História pela PUC-Rio. Professor e pesquisador da Escola de Ciências Sociais (FGV-CPDOC). E-mail: bernardobuarque@gmail.com.

** Doutor em Políticas Públicas pelo Instituto de Economia da UFRJ. Professor da Escola de Ciências Sociais (FGV-CPDOC) e pesquisador do FGV-Opinião. E-mail: jimmy.d.med@gmail.com.

*** Bacharel em Ciências Sociais pela Escola de Ciências Sociais (FGV-CPDOC) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq (2014-2016). E-mail: luigibisso195@gmail.com.

1 ECO, Umberto. A falação esportiva.

A terceira seção procura apresentar e descrever os dados opinativos registrados pelos principais órgãos de opinião pública, mediante o acompanhamento das mudanças de percepção da população no decorrer dos Jogos, feito a partir das mensurações estatísticas divulgadas por reconhecidos institutos.

A quarta e última seção se debruça sobre os dados selecionados pela mídia para registrar e informar o dia a dia olímpico, com o respectivo agrupamento e com a seleção das informações tipificadas como “positivas”, “negativas” e/ou “neutras”.

Na conclusão, serão alinhavados os argumentos centrais do capítulo, erigidos com base no material empírico, e serão tecidas considerações de ordem metodológico-conceitual. Visa-se discorrer acerca da maneira pela qual a historiografia e as ciências sociais,² sem abrir mão de uma perspectiva crítica e problematizadora,³ podem lidar tanto com mecanismos quantitativos de informação – a exemplo das sondagens estatísticas de opinião pública – quanto com as reportagens jornalísticas divulgadas nos portais de notícia da internet.

OS JOGOS OLÍMPICOS NO “PAÍS DO FUTEBOL”: REPENSANDO O IMAGINÁRIO ESPORTIVO BRASILEIRO E AS REPRESENTAÇÕES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XXI

Os esportes ocupam uma posição de destaque e, ao mesmo tempo, peculiar no Brasil. Desde a introdução das práticas esportivas no país, em fins do século XIX, o imaginário esportivo expressou o discurso civilizador da modernidade europeia, mas soube também incorporar, e se transplantar para, outros domínios. Vetor de identidades coletivas e de manifestações culturais, os esportes foram capazes de ir além da moral disciplinar e da pedagogia de regeneração dos corpos, tal como proposta pelo etos da nascente educação física.

Como se sabe, a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram relevantes por introduzir uma série modalidades esportivas advindas da modernidade finissecular: turfe, remo, futebol, natação, críquete, ciclismo, basquete, vôlei, golfe e tênis, entre muitas outras práticas. Vistos como novidades em solo tropical, os esportes foram aclimatados ao país e à cidade em meio a um entusiasmo crescente, fazendo com que se caracterizasse uma época de “mania” e de “febre esportiva” no Rio de Janeiro.

2 BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública; JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia.

3 MARQUES, José Carlos. Tá tranquilo, tá favorável: a cobertura brasileira dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Tratou-se assim de uma fase de significativas transformações urbanas, no interior das quais se inscreveram os esportes, consubstanciados por um conjunto de discursos e de ações voltados à exortação dos valores pedagógicos e civilizadores da modernidade. Mas, como salienta a historiografia,⁴ os projetos urbanísticos de modernização excludente tiveram de coexistir também com estratégias de apropriação popular por parte de determinados segmentos sociais, o que inclui a relação da população com os esportes.

A “febre esportiva” que caracterizou o Brasil republicano de princípios do século XX recebeu sua expressão mais notória com a projeção social e com a visibilidade popular do chamado *foot-ball* no fim dos anos 1910. Sem deixar de carregar múltiplos sentidos e de expressar várias contradições entre seus praticantes e admiradores, essa modalidade esportiva foi capaz de galvanizar “corações e mentes”, ainda em sua fase amadora.

Com o advento do profissionalismo nos anos 1930, o futebol praticado no Brasil foi objeto de uma gama de interpretações, indo ao encontro da ideia de *brasilidade*. Intelectuais, jornalistas e mediadores culturais – a exemplo de Gilberto Freyre, Mário Filho, José Lins do Rego e Nelson Rodrigues, entre tantos outros – foram responsáveis por atribuir à Seleção Brasileira um estilo de jogo surpreendente e original. Seus futebolistas passaram a ser a encarnação de um ambiente “democrático”, posto que interclassista e multirracial, sendo o produto supostamente mais bem-acabado da cultura popular e da identidade nacional.

No Brasil, sabe-se da força adquirida por esse mito e é incontestável o reconhecimento assumido no exterior pelo assim chamado “país do futebol”. O discurso da virtuosidade técnica ganhou fama internacional durante a segunda metade do século XX, na mesma proporção em que se tornou um clichê, desgastado depois de tão repetido ao longo do tempo por discursos de políticos, por textos de jornalistas, por “narradores acadêmicos” e pelas próprias conversas da população em seu cotidiano.

Se o prestígio futebolístico teve consequências importantes na formação da sociedade brasileira de massas, em sua fase urbano-industrial, cumpre igualmente reconhecer que o futebol profissional masculino, caracterizado nos dias de hoje pela *performance* de alto rendimento e pelas transações multimilionárias de empresas patrocinadoras e de agências transnacionais, constituiu uma espécie de monopólio esportivo no Brasil. A despeito de sua inegável importância, a “monocultura futebolística” acabou por ofuscar a existência e a vivência de inúmeras outras modalidades de esportes, quer sejam coletivas ou individuais.

4 SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Os esportes modernos, construídos sob a égide aristocrático-amadora do olimpismo, remontam ao ano de 1896, com a promoção da primeira edição moderna das Olimpíadas na Grécia, sob a iniciativa do francês barão de Coubertin, então à frente do Comitê Olímpico Internacional. Inspirados no tipo de exibição das Exposições Universais, os Jogos Olímpicos cultivaram uma gama de modalidades atléticas e de ídolos esportivos, tanto nas competições individuais quanto naquelas praticadas em equipe.

Os Jogos Olímpicos também se destacaram por incluir um elemento não só competitivo como nacional, a exemplo da concorrência geopolítica simbolizada na conquista de medalhas que pautou, em particular, as Olimpíadas durante a Guerra Fria. Essa marca veio a caracterizar uma faceta do que hoje o jargão jornalístico-acadêmico chama de *soft power* – poder brando –, mediante uma ideia, até certo ponto estereotipada, segundo a qual os esportes mimetizam, mas, ao mesmo tempo, sublimam as predisposições do nacionalismo político para a guerra.

Além dos fatores esportivos e nacionalistas, destaque-se uma dimensão cultural importante, a saber, a inclusão das mulheres nas competições. A presença feminina nas Olimpíadas gerou debates na sociedade, que dizem respeito ao valor da diferença de gênero e que procuram testar os limites da igualdade entre os sexos, sob a forma da compleição física, da velocidade, da resistência muscular, entre outros critérios fisiológicos, reificados e supostamente inatos a homens e mulheres.⁵

Nesse sentido, a realização da 31ª edição dos Jogos Olímpicos de Verão no Rio de Janeiro, em agosto de 2016, constituiu uma oportunidade ímpar para o país repensar o seu próprio imaginário social e esportivo. O ineditismo de ser a primeira cidade sul-americana a hospedar uma competição quadrienal, em um total de 120 anos de história, tornou esse exercício interpretativo ainda mais desafiador.

Isso porque, entre outras razões, desde pelo menos as Olimpíadas de Barcelona, em 1992, as cidades realizadoras dos torneios passaram a adquirir protagonismo e se tornaram palco para discussões arquitetônicas importantes, no que se refere às intervenções público-privadas no espaço urbano.

O crescimento exponencial do evento, convertido agora em megaevento televisivo, espetacularizado e planetário, levou à necessidade de uma maior preocupação com a organização das cidades anfitriãs. As crescentes demandas da entidade organizadora, a exigir vultosos montantes de investimento por parte da

5 GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos Olímpicos: a generificação dos corpos performantes.

cidade-sede, demandou uma série de responsabilidades com o entorno urbanístico na instalação de equipamentos esportivos.

A exacerbação desse processo implicou questionamentos da sociedade civil e a conformação do Comitê Popular da Copa. A desistência recente de muitas cidades em submeter suas candidaturas tem levado inclusive a um esgotamento do modelo. O novo quadro implica um maior engajamento dos habitantes, com ações e reações coletivas, com apoios e críticas das populações locais em face do singular acontecimento.

As imagens, as representações e as narrativas associadas ao evento deixaram de se ater somente à idolatria, ao nacionalismo e à dimensão espetacular das transmissões, fenômenos estes com evidentes implicações simbólicas e políticas na história dos Jogos. Por meio de inúmeras exigências e contrapartidas bastante onerosas, passaram a ser consideradas também a mobilidade e a infraestrutura urbana como quesitos importantes na construção da ideia de legado para as cidades-sede, ampliando o raio de ação do debate público.

Dito isso, visa-se oferecer nos três tópicos a seguir um acompanhamento do debate contemporâneo sobre a experiência brasileira, com o oferecimento de um panorama retrospectivo da organização dos XXXI Jogos Olímpicos no Brasil. A proposta é repensar o papel dos esportes na construção do imaginário nacional, tendo a cidade do Rio de Janeiro, conhecida historicamente por sua “capitalidade”, como lócus central.

Levando-se em consideração as transformações socioeconômicas do Brasil na primeira década do século XXI, é possível entender a realização dos Jogos Olímpicos na esteira de uma recém-delineada política de esportes no país⁶ e a partir da realização de dois megaeventos. Estes antecederam em uma década os Jogos Olímpicos Rio 2016 e foram fundamentais para viabilizar uma retórica de legitimação da capacidade organizacional do Estado brasileiro: os Jogos Pan-Americanos de 2007 e a Copa do Mundo Fifa de 2014.

Sendo um país conhecido pela habilidade no desempenho do futebol profissional, e pela respectiva conquista de títulos internacionais nessa modalidade, o que contrasta com colocações tímidas e com resultados pouco expressivos dos atletas brasileiros em Olimpíadas, procura-se mostrar a seguir de que maneira os Jogos Olímpicos também acionaram uma discussão identitária na sociedade brasileira. Trata-se de evidenciar, para tanto, os aspectos positivos e negativos de sua realização no país, por meio de um debate que coloca em tela a própria autoima-

6 MATIAS, Wagner; ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando (Org.). *Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma*.

gem do Brasil, seja como nação moderna, seja como “cidade midiática global”, seja como “pátria esportiva”.

A CRÔNICA JORNALÍSTICA: UMA AMBIÊNCIA DO TORNEIO ENTRE CRÍTICAS, POLÊMICAS E EUFORIA

Embora seja um evento de duração relativamente curta, circunscrita a um espaço temporal de menos de três semanas, a organização das Olimpíadas compreende um longo período prévio, que se dilata por pelo menos sete anos de preparação. Para a população anfitriã, entretanto, foi somente no princípio do mês de julho de 2016 que sua realização começou a se intensificar e a se materializar. A concretização, para muitos, deu-se no momento em que atletas das mais variadas delegações nacionais começaram a desembarcar nos aeroportos do Rio de Janeiro e que turistas de diversas latitudes aportaram no país.

Tido e havido como o maior evento esportivo do planeta, os meios de comunicação de massa realizaram uma cobertura extensiva sobre cada momento que antecedeu a cerimônia de abertura oficial dos Jogos, ocorrida no dia 5 de agosto. Naquela altura, parte expressiva dos noticiários e dos editoriais apontava uma cidade cercada de dúvidas, posto que, à primeira vista, e apesar de experiências anteriores, parecia pouco preparada para receber um evento de tal magnitude e projeção.

Uma série de fatos e de incidentes, alguns deles até certo ponto banais, foi assinalada pela imprensa e contribuiu para gerar essa impressão cética. As informações passavam por erros técnicos de construção dos prédios da Vila Olímpica e ressaltavam declarações inapropriadas do prefeito da cidade, Eduardo Paes. Sempre envoltas em controvérsias sobre cronogramas de execução, foram acen-tuados os contratemplos e os atrasos no apronto dos equipamentos, as dificuldades na articulação da rede de transportes, em particular a instalação do VLT (veículo leve sobre trilhos) e do BRT (*bus rapid transit*), a crônica crise do sistema de segurança que assola a cidade há décadas – haja vista os percalços nos últimos anos na manutenção das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) – e as dúvidas sobre a real capacidade de hospedagem dos turistas nacionais e estrangeiros.

A imprensa, escrita, falada e televisada, assim como a virtual, enfatizou inúmeras falhas de planejamento para os Jogos, negligenciadas ou minimizadas por sua vez pelo governo e pelas autoridades locais. A seleção das informações procurou estimular visões controvertidas e, conforme expressou o presidente do Comitê Olímpico Internacional, o alemão Thomas Bach, as Olimpíadas do Rio seriam afinal executadas “à brasileira”, em tácita referência à improvisação admi-

nistrativa. A justificativa para seu comentário, entre irônico e crítico, baseava-se na crença otimista do governo de que, ao fim e ao cabo, os Jogos transcorreriam sem maiores estorvos. A expressão, em contrapartida, dizia algo da imagem externa do país, com a suposição de senso comum de que o Brasil não levaria a sério seu compromisso internacional.

Se, em eventos de grande complexidade, problemas operacionais são esperáveis, a cobertura da mídia tendeu a salientar toda uma infraestrutura inacabada ou feita às pressas pelos responsáveis brasileiros, em nível federal e municipal. Isso se dava até mesmo em fatos comezinhos, como a verificação de aparelhos de ar-condicionado quebrados na Cidade Olímpica, construída na Barra da Tijuca, área nobre do Rio, onde se localizava o chamado “coração dos Jogos e alma do negócio”.⁷

As falhas estruturais que mais chamaram a atenção foram as da Vila Olímpica, também na Barra, zona oeste do Rio, cuja abertura revelou problemas técnicos e o mau acabamento de diversas instalações, alvo de duras críticas da imprensa e das equipes visitantes, como a desferida pela delegação australiana, que preferiu hospedar seus atletas em hotéis, até que a área residencial olímpica estivesse preparada para recebê-los. As delegações da Itália, Suécia e Japão seguiram o exemplo da Austrália e tomaram as mesmas providências, chegando a pagar equipes de pedreiros e engenheiros elétricos para terminar os apartamentos antes do início dos Jogos.

O prefeito da cidade, Eduardo Paes, depois de pedir desculpas públicas por comentários desarrazoados em resposta às reclamações da delegação australiana, admitiu a incompletude das obras no tempo estimado. Foi necessário assim mobilizar um contingente maior de funcionários para contornar o descumprimento do prazo. Os problemas de gestão não se restringiram à seara técnica. Eles disseram respeito também a questões de monitoramento e de tecnologia de segurança. Antes do início dos Jogos, por exemplo, houve o registro de roubo de aparelhos eletrônicos de atletas. O assunto foi um dos mais retratados pelos veículos de comunicação, nas vésperas do princípio dos Jogos.

Mas a Vila Olímpica não foi o único tema a atingir a Prefeitura do Rio de Janeiro. Certas áreas do entorno da Cidade Olímpica foram anunciadas como parte do projeto de desocupação e de renovação do empreendedorismo urbano. Em virtude disso, protestos capitaneados por movimentos sociais contra as obras de reforma chamaram a atenção. Ativistas questionaram, por exemplo, a construção do campo de golfe olímpico em plena área de preservação ambiental, a reserva de

7 MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento.

Marapendi. Moradores de comunidades da zona oeste, por sua vez, chegaram a interpelar, na Justiça, as remoções ocorridas ao redor da Vila Autódromo, além das desapropriações promovidas pelo capital imobiliário no morro da Providência, centro do Rio.

Outra mácula que antecedeu o torneio foi a queda da ciclovía Tim Maia, na encosta da orla marítima, responsável por fazer a ligação entre as praias da zona sul e de São Conrado, a caminho da zona oeste. O desastre, provocado por uma crassa falha de cálculo dos técnicos da Prefeitura, vitimou ciclistas e alarmou o COI sobre a qualidade das obras realizadas para os Jogos. O escândalo pautou a agenda da mídia por um considerável período de tempo. Com efeito, o incidente aumentou ainda mais a suspeição e a insatisfação da população carioca diante dos serviços oferecidos e construídos para o megaevento.

Na esfera governamental, havia ainda o temor de que protestos políticos, como os ocorridos durante a Copa do Mundo, viessem a se repetir durante os Jogos. Para agravar a conjuntura, o país enfrentou uma convergência de múltiplas crises, desde a turbulenta fase econômico-financeira, passando pela aguda instabilidade política nacional até o especialmente controverso processo de *impeachment* sofrido pela então presidente Dilma Rousseff.

Outra preocupação estratégica do comitê organizador dos Jogos dizia respeito à política de segurança, de responsabilidade do governo do estado, que se encontrava, por sua vez, enredado em profunda crise orçamentária. Com uma população de mais de seis milhões de habitantes e uma condição crônica de violência urbana, a cidade vivenciou um grande desafio, em termos logísticos, de gestão da ordem pública durante as Olimpíadas. As dificuldades se amplificavam na medida em que os Jogos tinham um raio policêntrico e se realizavam em diversos pontos geográficos da cidade, do bairro da Barra até Copacabana, e da área central da zona portuária – o chamado Porto Maravilha – até a região de Realengo.

A preocupação com as condições de seguridade dos habitantes e dos visitantes foi acentuada pela conjuntura internacional. Os intensos atos de terrorismo ocorridos no mesmo período, e que se espalhavam pela Europa, pelos Estados Unidos, pela África e pelo Oriente Médio, levavam preocupação também ao Brasil.

As agências de inteligência brasileira, em especial a Abin, apontavam para possíveis riscos de ocorrência de atos terroristas em solo nacional. A midiática cena de prisão preventiva de 12 brasileiros suspeitos de envolvimento com o Isis – Estado Islâmico no Iraque e na Síria – reforçou ainda a percepção das forças de segurança de que um ataque era, ainda que remoto, factível. Por seu turno, o governo federal procurava manifestar o controle da situação, mediante o destaca-

mento de tropas da Força Nacional e das Forças Armadas em pontos-chave da cidade, durante os dias dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

A ameaça de investida terrorista, ainda que baseada em suposições frágeis, não deveria ser de todo descartada. Dizia-se que a segurança do próprio cidadão brasileiro poderia estar ameaçada, conquanto o país jamais tivesse sofrido ações dessa natureza, ao permanecer longe da ação de grupos como a Al Qaeda e o Estado Islâmico.

Se muitos dos problemas enfrentados foram suficientes para criar uma ambiência pessimista, havia aqueles para quem os XXXI Jogos possuíam o potencial de ser uma das melhores edições do torneio, em termos organizativos e competitivos. A lisura das competições estava assegurada, na medida em que o COI tratava de afastar atletas e selecionados acusados de uso de *doping*, conforme ocorreu com a delegação russa de atletismo. Para gestores locais, o êxito em organizações pretéritas de megaeventos era um indicador de confiança do que estava por vir.

*

Depois de sucessivas especulações, a chegada da cerimônia de abertura dos Jogos, no dia 5 de agosto de 2016, fez com que todo treinamento cedesse lugar à sua execução prática. Um conjunto de atores, entre espectadores, atletas, autoridades, turistas, membros das delegações, diversos órgãos – Itamaraty, Embratur, Apex e Secom –, além de jornalistas e voluntários, participou do festivo ato cerimonial de inauguração do evento. Já a cerimônia de encerramento ocorreu em 21 de agosto. Com a presença de pouco mais de 200 delegações, tanto a abertura quanto o encerramento das Olimpíadas contrabalançaram a imagem negativa inicial e contribuíram para que o evento passasse a ser visto, por parcelas consideráveis dos meios de comunicação e da população, como um relativo sucesso.

Ante o pessimismo reinante, superaram-se ao fim as expectativas negativas e o rol de problemas organizacionais que haviam perdurado até a abertura da competição. Os quartos da Vila Olímpica, amplamente discutidos na mídia em razão do estado precário com que foram entregues, ficaram prontos dentro do prazo, mitigando a situação desfavorável enfrentada de início pela Prefeitura. Decerto que outros problemas apareceram durante os Jogos, mas sua visibilidade foi diluída pelo interesse nas partidas e pelo *frisson* das disputas.

A segurança atuou sem maiores falhas que chamassem a atenção da imprensa. A virtualidade de uma investida do terrorismo afinal não se concretizou. Na outra ponta do maniqueísmo, durante o torneio, a cobertura da mídia passou a exaltar a “Cidade Maravilhosa” e a repercutir declarações estereotipadas de atle-

tas estrangeiros acerca das belezas da cidade, com elogios à hospitalidade da população. Enquanto muitos dos protestos políticos durante a Copa de 2014 terminaram em confrontos violentos com a polícia, as manifestações nas Olimpíadas tiveram menor proporção e visibilidade. O mais das vezes, elas se restringiram a vaiais, a cartazes e a camisetas envergadas nas arquibancadas, muitas delas relativos à polêmica sucessão política na Presidência da República, que havia pouco se consumara.

Pode-se dizer que, pouco a pouco, à medida do seu transcurso, os Jogos Rio 2016 passaram a receber um enfoque positivo da imprensa, com repercussões dentro e fora do país. Um dos pontos de inflexão das reportagens iniciou-se com a programação cênica, visual e pirotécnica da cerimônia de abertura. O espetáculo foi repercutido de maneira intensa nas redes sociais, com destaque para o consenso em torno da qualidade e do bom gosto do *show* oferecido pelo país organizador.

A apresentação artística foi considerada de elevada *performance* e de alto gabarito tecnológico. O enredo da exibição de abertura, no palco do Maracanã, procurou articular a formação histórica do Brasil. Depois de passar por cenas da história do país, a encenação desembocava na contemporaneidade, sem deixar de tratar do imaginário nacional, ao salientar a temática da violência e da favela, mas também, em chave positiva, da música popular reconhecida no exterior e da política de inclusão social que pautou o país nos últimos 15 anos.

A narrativa proposta pelos idealizadores do espetáculo, a cenógrafa Daniela Thomas, a coreógrafa Deborah Colker e o publicitário e cineasta Fernando Meireles, aliados à direção musical de Marcelo Rubens Paiva, construiu-se com base em diversos ícones nacionais, em particular aqueles mais conhecidos fora do país. Mencionaram-se referências do passado e do presente, a exemplo do aviador Santos Dummont, proclamado como inventor da aviação; da composição “Garota de Ipanema”, executada pelo filho de Vinicius de Moraes, este último autor da antológica letra; e da modelo Gisele Bündchen, que desfilou sobre o gramado do Maracanã ao som da música de Vinicius.

Junto a imagens propagandeadas pelo governo, o tema da abertura preconizou o respeito à diversidade ambiental e cultural, étnica e racial. Salientaram-se os valores da tolerância e do diálogo entre os povos. Em meio à locução das atrizes Fernanda Montenegro e Judi Dench, cenas da natureza eram acompanhadas da leitura do poema “A flor e a náusea”, de Carlos Drummond de Andrade. Embaladas pelo espírito olímpico oficial, de fraternidade e comunhão, atletas de cada delegação depositavam sementes, que mais tarde viriam a ser plantadas em Deodoro, bairro da zona norte do Rio. Entre os mais recorrentes estereótipos veiculados,

foram tematizadas a preservação da natureza, a consciência ecológica e a importância da Amazônia para o futuro do planeta.

A abertura e o encerramento das Olimpíadas ocorreram no estádio do Maracanã, espaço icônico e emblemático da brasilidade esportiva do século XX. Eles foram seguidos por telespectadores de todo o mundo, que assistiram ao desfile das mais de duas centenas de delegações presentes aos Jogos.

*

Quanto às competições, a maioria dos jogos atraiu um contingente significativo de espectadores. Boa parte dos ginásios e das áreas poliesportivas teve suas dependências frequentadas por um público médio razoável. Isso se deu mesmo em disputas em que não havia a participação direta de atletas brasileiros. Em alguns casos, a baixa afluência de público nas tribunas, em determinadas modalidades menos conhecidas, fez com que a Prefeitura solicitasse ao COI ingressos gratuitos para os alunos da rede municipal de ensino. Entretanto, o pedido não foi atendido.

O público brasileiro recebeu atenção especial da imprensa por sua participação constante, às vezes incômoda, comportando-se de forma semelhante a torcedores em uma partida de futebol. Mais de um atleta sentiu-se prejudicado com a reação ruidosa e pouco polida dos presentes. Estes, em diversas ocasiões, vaiaram os atletas que competiam e disputavam medalhas com membros da delegação brasileira.

Outros foram alvos de apupos em razão de polêmicas anteriores, como a goleira da seleção feminina de futebol dos Estados Unidos, Hope Solo. Ela havia aparecido nas redes sociais antes dos Jogos, em seu país de origem, com fotos em que se protegia, de forma excessiva, em relação ao risco do vírus da zika. As postagens “viralizaram”, o que lhe valeu uma série de provocações jocosas por parte da plateia olímpica.

Já o atleta francês, Renaud Lavillenie, competidor e recordista na modalidade de salto com varas, foi o que mais se queixou do comportamento hostil dos torcedores. Ele manifestou seu desagrado ante as vaias recebidas do público brasileiro, que apoiava enfaticamente o atleta brasileiro Thiago Braz. Lavillenie chegou a fazer uma comparação histórica do seu caso com o do atleta afro-americano Jesse Owens. Enquanto competia, ele fora hostilizado por suas origens raciais durante as Olimpíadas de Berlim, em 1936.

À diferença da hostilidade sofrida pelo atleta francês e pela goleira estadunidense, ídolos internacionais tiveram tratamentos menos reprováveis. O nadador norte-americano Michael Phelps, o tenista sérvio Novak Djokovic e o corredor

jamaicano Usain Bolt, por exemplo, foram incentivados e, em alguns casos, ovacionados pela torcida brasileira.

No tocante aos quesitos técnicos, a infraestrutura dos Jogos logrou cumprir os padrões exigidos pelo COI. Ao menos, poucos problemas foram noticiados e registrados durante os 16 dias de disputa. Apesar de reportagens sobre a poluição da lagoa Rodrigo de Freitas, questões ambientais não chegaram a prejudicar as competições náuticas. A enseada da baía de Guanabara, cuja promessa de despoluição era um dos principais legados ambientais dos Jogos, foi liberada para as competições de vela, ainda que tenha permanecido poluída. Em um dos poucos incidentes, durante uma corrida, sacos de lixos se prenderam ao barco da equipe brasileira de velejadores.

Nas competições aquáticas, o caso mais notável de falha técnica foi a coloração esverdeada da piscina do Parque Aquático Maria Lenk. Ainda que não interferisse de maneira direta nos resultados, tanto a imprensa internacional quanto os nadadores mostraram-se indignados com o erro primário cometido, em meio às competições de salto ornamental e de nado sincronizado.

Se a infraestrutura apresentou problemas pontuais, a segurança funcionou com relativo êxito. Alardeada pela mídia antes do princípio dos Jogos, havia temores sobre um eventual atentado terrorista em solo brasileiro. O histórico de episódios desde as Olimpíadas de Munique⁸ tornava o Rio de Janeiro um alvo potencial do chamado terrorismo internacional. A desconfiança fez com que o Ministério da Justiça do Brasil agisse de forma preventiva e prendesse, a partir de monitoramentos feitos na internet, 12 brasileiros suspeitos de envolvimento com o Estado Islâmico.

Afinal, a propalada investida do “terror” não ocorreu, embora tenha havido, aqui e ali, sustos e sobressaltos. Entre estes, pode-se mencionar a explosão controlada de uma mochila durante um jogo de basquete; um projétil encontrado dentro da sala de imprensa em Deodoro; o apedrejamento de um ônibus que levava visitantes à Cidade Olímpica; e a prisão de três turistas suspeitos de planejar “ataque químico” durante os Jogos. Porém, nem mesmo toda a segurança foi suficiente para impedir a morte de um soldado do Exército, atingido na cabeça por um disparo ao entrar, por engano, no Complexo da Maré.

Dentro dos estádios, dos ginásios e das demais dependências desportivas, a atuação ostensiva da Força Nacional causou controvérsia na mídia. O clima de polarização política do país reverberou nos Jogos Olímpicos, que não escaparam

8 PIPERNO, Fábio. *Jogada política no esporte: o confronto entre os jogos políticos e os esportes olímpicos*.

de manifestações a favor e contra o presidente Michel Temer. Acusado da manobra política para apelar Dilma Rousseff da presidência, Temer foi vaiado na cerimônia de abertura, assim como ocorreu com a presidente afastada durante a abertura da Copa em 2014, em São Paulo.

Vaias também foram dirigidas ao prefeito da cidade. Nas arquibancadas e tribunas, torcedores estenderam cartazes “Fora, Temer”, aproveitando-se da conhecida visibilidade imagética dos megaeventos. No entanto, por se tratar de um ambiente privado, sob a supervisão do COI e do COB, o policiamento foi instruído a obstruir e remover todo e quaisquer tipos de mensagens políticas e de materiais alusivos. Feita a identificação, evacuaram-se do estádio os torcedores que se recusavam a seguir as recomendações. Moções de repúdio ao cerceamento da liberdade de manifestação multiplicaram-se na internet, o que não impediu a manutenção do procedimento até o término dos Jogos. A segurança da população no dia a dia da cidade foi considerada insatisfatória, uma vez que ocorrências de assaltos e de agressões foram registradas nas delegacias.

Ao fim da Olimpíada, um caso teve um enorme escândalo midiático. Trata-se da atitude do nadador medalhista Ryan Lochte, que, acompanhado de outros três atletas, declarou à imprensa que havia sido assaltado na zona sul da cidade, à saída de uma festa na noite carioca. Conforme ficou em seguida provado, Lochte e os demais desportistas norte-americanos falsearam o suposto assalto de que teriam sido vítimas e acabaram intimados a prestar esclarecimentos na Polícia Civil. Lochte e um dos atletas já haviam deixado o Brasil, mas os outros dois depoentes permitiram a reconstituição verídica do incidente.

A cerimônia de encerramento recebeu elogios, na mesma proporção que a festa de abertura. Os veículos de comunicação voltaram a destacar a receptividade carioca e a saudar o fim dos Jogos. A reiterada “paixão brasileira” pelo esporte tornou a ser assunto nas redes sociais, seja em círculos nacionais seja nos do exterior. A ritualística final dos Jogos deu um destaque especial aos servidores voluntários, anônimos que trabalharam durante toda a Olimpíada e que endossaram o etos amador preconizado pela competição.

AVALIAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016: PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DAS SONDAgens DE OPINIÃO PÚBLICA

Vista de maneira retrospectiva, e de forma comparada à Copa do Mundo Fifa 2014, pode-se dizer, com base em um banco de dados montado ao longo de 2016, que a realização dos Jogos Olímpicos no Rio foi, como um todo, percebida de modo positivo pela população. Para isso, é necessário considerar, de um lado, a

percepção da população brasileira e, de outro, a abordagem adotada pela imprensa nacional em três momentos distintos: antes, durante e depois do megaevento esportivo.

De uma maneira geral, antes da cerimônia de abertura das Olimpíadas no Brasil, imperava uma considerável taxa de desconfiança e insatisfação de ambos os públicos analisados. Em contrapartida, após a festa de encerramento, a percepção generalizada, aferida em sondagens quantitativas de opinião pública, reconhecia o relativo êxito, na crença discursiva de que uma “missão nacional”, qual seja, organizar os megaeventos, fora bem cumprida pelo Estado e pela sociedade brasileira.

Em relação à percepção opinativa da população, há cerca de um mês antes do início das Olimpíadas no Rio de Janeiro, em julho de 2016, o Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) realizou uma pesquisa com os habitantes de todo o país. Entre 14 e 18 de julho de 2016, o Instituto entrevistou 2.002 pessoas, distribuídas em 141 municípios brasileiros.⁹ Os resultados da sondagem, naquele momento, evidenciavam uma apreciação e uma expectativa negativa acerca dos Jogos. Segundo a apuração feita na ocasião, 60% da população acreditava que o megaevento traria mais prejuízos do que benefícios para o Brasil.

Entrementes, quando questionados a respeito das consequências específicas do torneio para a cidade do Rio de Janeiro, o resultado mudava de maneira sensível. Nesse aspecto, foi possível identificar um equilíbrio na percepção, uma vez que 47% dos entrevistados acreditavam que teriam mais prejuízos e, de modo contrário, 46% indicavam maior prevalência de benefícios.

O mesmo instituto realizou uma pesquisa semelhante, em maio de 2014, há cerca de um mês da partida inaugural da Copa do Mundo daquele ano. A enquete continha uma pergunta similar. Dessa feita, o interesse era mensurar a percepção da população em relação ao torneio organizado pela Fifa. Para 43% dos entrevistados, a Copa do Mundo no Brasil acarretaria mais benefícios ao país e, de modo contrário, 40% acreditavam em mais malefícios. Assim, pode-se inferir que a perspectiva dos brasileiros em relação ao megaevento futebolístico internacional era mais positiva se comparada à do recente megaevento olímpico sob os auspícios do COI.

Além dessa dimensão, a sondagem de julho de 2016 do referido instituto de opinião pública investigou outros dois temas. O primeiro deles identificava se a preocupação do entrevistado com os Jogos Olímpicos se dava mais com o desempenho esportivo do país no quadro de medalhas ou se conferia mais importância ao aspecto organizacional. Decerto que os brasileiros ansiavam por resultados

9 De acordo com o instituto, a margem de erro era de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, em um intervalo de confiança de 95%.

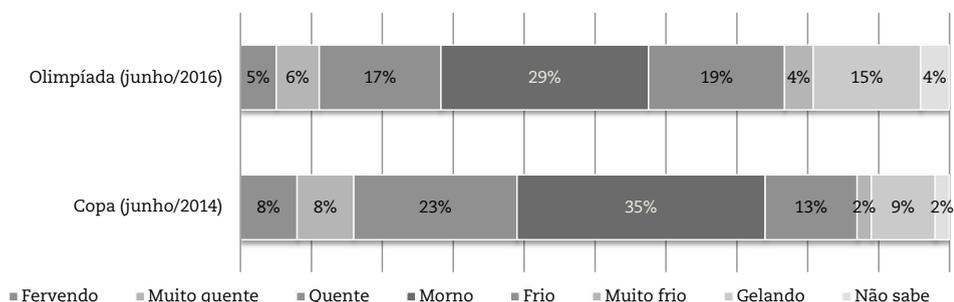
positivos nas duas frentes, porém o questionário exigia que o entrevistado decidisse por uma opção apenas. Destarte, 59% disseram ser mais importante o sucesso da organização do evento, enquanto 31% decidiram pela melhor colocação no quadro de medalhas.

Em paralelo, no cotejo com pesquisa similar, a respeito da Copa do Mundo Fifa 2014, o Ibope computou 51% das respostas que destacavam preferência maior pela obtenção do título da Seleção Brasileira, desejando-a ver hexacampeã mundial no Maracanã. Dessa forma, a comparação das duas pesquisas por amostragem permite verificar pesos distintos dos brasileiros no tocante ao sucesso do país em cada evento, visto que a expectativa do desempenho esportivo no torneio da Fifa era 20 pontos percentuais maior do que a aferida para os Jogos Olímpicos.

O segundo tema, abordado pelo Instituto na pesquisa de julho de 2016, tratou de dimensionar o interesse da população pelos Jogos Olímpicos. Para isso, o entrevistado foi instigado a atribuir um posicionamento pessoal no que se refere ao seu grau de interesse no megaevento esportivo internacional. As opções de resposta oferecidas eram compostas por sete categorias, que oscilavam entre “fervendo”, “muito quente”, “quente”, “morno”, “frio”, “muito frio” e “gelando”.

Conforme o relatório da amostra, 48% dos entrevistados indicaram respostas como “frio”, “muito frio” ou “gelando”. Trata-se, portanto, de menções que sinalizavam um notório desinteresse da população. Ademais, 25% das menções eram neutras, indicadas pela categoria “morno”, e 27% escolheram opções de resposta que denotavam interesse pela Olimpíada. Apenas 3% dos entrevistados optaram pela categoria “fervendo”, ou seja, o mais elevado grau de interesse.

GRÁFICO I – INTENSIDADE DO INTERESSE PELO MEGAEVENTO ESPORTIVO INTERNACIONAL NO BRASIL.



Fonte: elaborado pelo autor.

É provável que essa percepção mais negativa tenha sido parcialmente impactada pela conturbada conjuntura político-econômica nacional. Porém, assim que os Jogos Olímpicos Rio 2016 tiveram início, percebe-se que a opinião pública nacional assistiu a uma inflexão. Talvez tenham contribuído para a mudança, entre outros fatos: o impacto positivo da cerimônia de abertura; o entretenimento com os diversos destaques midiáticos das competições de alto rendimento; a organização, sem maiores percalços ou escândalos; e o envolvimento com as primeiras disputas por medalhas do quadro brasileiro.

Para dar conta desse *turning point*, uma rodada de pesquisa do Ibope,¹⁰ em agosto de 2016, produziu novos dados para as mesmas questões apresentadas meses antes do início do torneio.

De acordo com os resultados dessa última sondagem do referido instituto, a pesquisa, realizada entre 11 e 15 de agosto de 2016, mediante 2.002 pessoas entrevistadas, em 142 municípios brasileiros, de todas as regiões do país, apurou que 62% dos entrevistados apontavam mais vantagens do que desvantagens para a cidade-sede. Assim, são dois pontos percentuais a mais que antes do início do megaevento. Se consideradas as consequências para a cidade do Rio de Janeiro, o resultado é de maior adesão aos Jogos Olímpicos, visto que 54% dos entrevistados acreditavam em mais benefícios e dividendos. Trata-se, pois, de oito pontos percentuais a mais do que o resultado obtido na pesquisa anterior.

Outro resultado da pesquisa reforçou a modificação de posição por parte da opinião pública – 57% dos respondentes acreditavam em melhora na imagem do país no exterior, com a realização do megaevento internacional na cidade do Rio. Dessa feita, mais da metade da população confiava em resultados positivos ao organizar o evento capitaneado pelo COI.

Em conformidade com essa percepção, 42% dos brasileiros consideravam os Jogos Olímpicos como “ótimo” ou “bom”, ao passo que 30% o classificaram como sendo “regular”. Por fim, menos de ¼ dos respondentes o julgavam “ruim” ou “pessimista”. Dessa forma, a avaliação geral dos Jogos Olímpicos Rio 2016 passou a ser majoritariamente positiva, sendo percebida pela população como benéfica para a projeção da imagem do Brasil no exterior.

Apesar disso, convém dizer que permanecia a ideia difusa segundo a qual a organização do megaevento no país gerava mais malefícios que benefícios, sobretudo pelo alto custo financeiro para a sua consumação. A isso, acrescia-se a grave crise econômica atravessada pelo país e, em particular, pelo estado do Rio

10 A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, em um intervalo de confiança de 95%.

de Janeiro, que dias antes do evento decretara falência e, em ato de desespero, contraía novo montante de dívidas junto à União.

Corroborando essas conclusões, o Datafolha,¹¹ outro importante instituto de pesquisa quantitativa e estatística, mensurou nos dias 23 e 24 de agosto, isto é, terminada a Olimpíada, a opinião do cidadão carioca a respeito dos Jogos Olímpicos. Com base em escala análoga à utilizada, anteriormente, pelo Ibope, o órgão entrevistou 986 pessoas na capital fluminense. Nesse levantamento, o entrevistado deveria informar se, agora que o megaevento internacional findara, ele iria gerar mais benefícios do que prejuízos – ou mais prejuízos do que benefícios – em três situações distintas: para os brasileiros, em geral; para os moradores do Rio de Janeiro, em particular; e, por fim, para o próprio entrevistado, em específico.

O Gráfico 2 reúne a percepção da população carioca sobre essa questão e evidencia como resultado da sondagem mais benefícios, pois, para as três situações, a categoria positiva sempre somou mais da metade das respostas válidas. A despeito disso, são identificadas mais vantagens para a capital fluminense (58%), sobretudo em virtude do chamado legado e do provimento de equipamentos construídos, do que para o próprio respondente, um dos responsáveis por custear a realização do Jogos (55%).

GRÁFICO 2 – AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E PREJUÍZOS COM A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016.



Fonte: elaborado pelo autor.

11 A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, e o intervalo de confiança é de 95%.

AS OLIMPÍADAS ONLINE: UM ACOMPANHAMENTO DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS E DE SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DO EVENTO

Exposto o quadro das sondagens de opinião, com base em uma estrutura temporal ternária – antes, durante e depois –, enfocam-se doravante as fontes jornalísticas, com a sistematização das consultas aos sites de notícias. O acompanhamento dos portais permite verificar, de igual maneira, uma mudança de atitude na abordagem adotada pela imprensa nacional – se comparado o conteúdo nas três cronologias – nas reportagens e matérias sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016.

O conteúdo desse material, colhido entre 12 de julho e 2 de setembro de 2016, perfaz um total de 50 dias. Sua leitura possibilita a identificação, como no caso dos institutos de pesquisa, da passagem de um enfoque mais crítico e negativo para, à medida que avançaram as competições, um ponto de vista mais favorável ou positivo.

Assim, parte-se da constatação de que a abordagem jornalística seguiu em sintonia com as estatísticas oferecidas pelas sondagens de opinião pública brasileira, como que influenciando-se de modo recíproco. Para tanto, em um período de quase dois meses de coleta, os sites mais acessados foram: UOL, IG, El País, EBC, Folha de São Paulo, Globo.com, Jornal do Brasil, Carta Capital, BBC, IstoÉ e Época. Mais que a população, pode-se dizer que as expectativas dos veículos de notícias, cerca de um mês antes do início da primeira Olimpíada sul-americana, eram bastante negativas.

Reportagens e avaliações em revistas e blogs especializados, feitas tanto pela mídia nacional quanto internacional, citavam os já mencionados atrasos no cronograma de obras dos equipamentos esportivos; o valor elevado, para não dizer astronômico, da sua execução, haja vista o orçamento inicial de 17 bilhões de dólares, que ao longo dos preparativos subia à marca dos 30 bilhões; os crônicos problemas de congestionamento do trânsito carioca e a opção política de favorecer a Barra da Tijuca, em detrimento de áreas mais necessitadas de investimento viário pelo poder público; e, *last but not least*, a periclitante onda de violência urbana, tão real quanto fantasmagórica.

Nos meses que antecederam as Olimpíadas, essas impressões deram boa parte da tônica de suspeição quanto ao êxito do megaevento e à capacidade empreendedora de seus organizadores, seja o COB, seja o COI, seja o governo brasileiro.

Entretanto, observa-se na leitura da imprensa virtual que o descrédito foi se transformando em apoio, em satisfação e até em euforia com a aproximação da competição. Isso decorre, é evidente, do fato de que os meios de comunicação têm na cobertura dos Jogos não apenas o interesse de reportar informações, como se trata de um produto comercial a ser vendido e consumido, após a compra dos direitos de exclusividade e de transmissão das partidas pelas emissoras de transmissão.

Isso posto, com o objetivo de acompanhar o sentido dessa alteração perceptiva por parte dos órgãos analisados, foram selecionadas 84 notícias, extraídas dos referidos jornais, revistas e portais informativos na internet. Para fins de enquadramento, todas as notícias foram classificadas como sendo positivas, neutras ou negativas, de acordo com o seu conteúdo e com o enfoque adotado para a sua divulgação.

Desse conjunto total de notícias, 19 foram classificadas como sendo positivas, ao passo que 18 foram enquadradas como neutras, enquanto 47 receberam a qualificação de negativas. De início, é possível constatar que a quantidade de notícias veiculadas com abordagem negativa é superior ao somatório das classificadas como positivas e neutras (ver tabela a seguir).

Apesar disso, uma estratégia mais interessante para analisar esse conteúdo é seguir a periodicidade das postagens e das publicações *vis-à-vis* no calendário dos Jogos Rio 2016. Afinal, se a opinião pública modificou a ênfase de sua avaliação, é de se conjecturar que o temário jornalístico também poderia ter se transformado, segundo o critério temporal que adotamos para escandir os fatos: “antes”, “durante” ou “depois” dos torneios. Assim, do total selecionado, 34 foram noticiadas antes do início das Olimpíadas, 37 foram divulgadas durante a realização dos Jogos e 13 após o seu encerramento.

Conforme organizado na tabela que segue, pode-se comparar a modulação jornalística – se positiva, neutra ou negativa – para cada uma das três fatias temporais do evento, conforme enunciado acima. Se, no período anterior aos Jogos, 59% das notícias eram negativas e 24% positivas, após a sua conclusão a proporção quase que se inverte. Esta somou, respectivamente, 23% e 56%. Ou seja, as variáveis assistiram a uma proporção maior na ênfase negativa, em favor de uma abordagem mais positiva.

TABELA – RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO DAS NOTÍCIAS SELECIONADAS (CASOS E %).

	Positivo	Neutro	Negativo	Total		Positivo	Neutro	Negativo	Total
Antes	8	6	20	34	Antes	24%	18%	59%	100%
Durante	5	8	24	37	Durante	14%	22%	65%	100%
Depois	6	4	3	13	Depois	46%	31%	23%	100%
Total	19	18	47	84	Total	23%	21%	56%	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Antes do início dos Jogos Olímpicos, a tônica da imprensa online esteve voltada, entre outras pautas, para o ônus do evento para o Brasil, para a prisão dos 12 brasileiros suspeitos de terrorismo ou mesmo para a informação dada por um parlamentar francês acerca do risco de atentado terrorista no Brasil. As críticas à qualidade dos alojamentos da Vila Olímpica também ocuparam boa parte do espaço jornalístico, assim como se deu relevo aos questionamentos do COI e das delegações australiana, chilena, sueca e argentina à sujeira, à falta de água e às condições de habitação dos apartamentos destinados aos atletas.

Ainda a respeito da área residencial dos competidores, casos de furto e até de estupro tiveram destaque pela imprensa nacional e internacional. Esta também alardeou a possibilidade de contágios e de doenças causadas pelo vírus da zika, que então grassava descontrolada na cidade. Em menor proporção, havia destaque positivo para a organização das instalações e dos equipamentos esportivos, como a Arena Corinthians, em São Paulo, que receberia partidas válidas para o futebol masculino e feminino. Destacou-se também a disponibilidade de recursos financeiros para a realização do megaevento, por parte da Prefeitura da cidade, e a campanha para a inclusão e para a participação de atletas refugiados.

Ao longo da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, ganhou evidência a crise política nacional e a turbulência institucional vivenciada pelo Brasil. Esta se expressou durante a cerimônia de abertura, com as vaias ao presidente da República, Michel Temer, recém-empossado após a conclusão do longo processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Junto aos apupos, houve tentativas de protesto nos locais de realização das partidas, com o uso de cartazes e com palavras de ordem entoadas no interior dos ginásios e dos parques olímpicos, pautando muitas das matérias.

As forças de segurança nacional envidaram esforços para impedir tais manifestações e, em alguns casos, torcedores foram retirados à força das arquibancadas. No quesito violência, um dos incidentes traumáticos do megaevento foi a bala perdida que atingiu o prédio do Centro de Comunicações das Olimpíadas, em Deodoro, causando repercussão negativa no noticiário. Outrossim, a morte de um agente da Força Nacional de Segurança Pública, na entrada de uma favela carioca, foi outro episódio que repercutiu muito negativamente para a imagem do evento.

Embora o caso da piscina com problemas no tratamento de águas tenha recebido críticas de atletas e de jornalistas, o procedimento adotado para solucionar a questão foi abordado de forma neutra ou positiva pelos portais analisados. Em chave distinta, o clima olímpico, com a participação popular no bulevar olímpico, a revitalização da zona portuária, as disputas esportivas e as cerimônias para a entrega das medalhas, foram todas matérias mencionadas de maneira positiva pelas agências de notícias

Assim que se encerraram as festividades olímpicas, a realização dos Jogos Paralímpicos recebeu atenção. Passou-se, de início, a salientar a falta de recursos financeiros disponíveis. Esta foi solucionada, em parte, pelo crescimento de interesse no novo torneio por vir e na venda mais barata de ingressos para as suas competições, graças a acordos selados nas três esferas de poder executivo – municipal, estadual e federal. Com ênfase positiva, as notícias abordavam o aproveitamento de alguns locais de competição, como centros de treinamentos esportivos de alto rendimento, e a sua transformação em escolas e piscinas. Esses foram, pois, considerados parte do legado olímpico à cidade e à população.

Em adendo, a solução empregada para equacionar o falso relato de crime sofrido pelo atleta estadunidense teve estrondosa reverberação na imprensa do mundo e ocupou as manchetes durante pelo menos duas semanas. A insistência no processo surtiu efeitos positivos para o país, visto que a investigação da polícia local foi capaz de desconstruir o relato falacioso e de elucidar a versão que procurava denegrir a imagem da população brasileira.

O fecho do ciclo dos megaeventos esportivos acarretou uma avaliação positiva por parte da mídia virtual. Crises política e econômica à parte, o país teria demonstrado, segundo os relatos *a posteriori* do evento, sua capacidade de organizar duas das maiores e das mais importantes competições esportivas do planeta. Tudo isso, para volver ao bordão do presidente do COI, Thomas Bach, “à brasileira”.

Isso é, sublinhava-se que o evento olímpico teria transcorrido a contento, mas não se deixava de reforçar o estereótipo da ambiguidade constitutiva do ima-

ginário brasileiro. Este, ao reunir alegria e emoção – lembre-se que o slogan da candidatura brasileira preconizava o “Viva sua paixão” – era constituído sob a égide do improviso, sendo assim exitoso, ainda que leniente com os atrasos de calendário, com as deficiências de planejamento e com o inacabamento de algumas instalações.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Pode-se dizer que os dados apresentados acima versaram sobre basicamente duas variáveis narrativas centrais: uma primeira, de caráter organizacional, diz respeito à atuação do Estado e das autoridades público-privadas, responsáveis pelas obras e pelo conjunto dos serviços a serem oferecidos durante o evento; uma segunda, de caráter performático, relaciona-se ao desempenho dos atletas nas pistas, nas quadras e nos estádios, com as perspectivas nutridas pela população brasileira acerca da supremacia técnica e da *performance* dos competidores de seu país.

Grosso modo, o levantamento estatístico e a apuração do noticiário virtual indicam que a população entrevistada mostrava-se até certo ponto cética e/ou indiferente antes do começo do torneio, percepção acentuada pela crise na conjuntura político-financeira e pelos constantes questionamentos da opinião pública quanto à exorbitância dos custos e à oneração dos governos federal e municipal. Sem embargo, na medida em que o evento transcorreu, as percepções atenuaram a preocupação geral com os gastos econômicos e de infraestrutura. Deslocaram-se assim para outro polo, a tratar da variedade das disputas e da atratividade do evento em si.

Embora não seja possível aferir a influência direta de uma sobre outra, isto é, a linearidade das relações de causa e efeito entre o que foi apurado no âmbito da opinião pública e o que se verificou nas postagens das agências midiáticas de notícias, como se sabe entes mediadores entre os fatos e o público, parece clara em ambas a coincidência de uma oscilação de caráter pendular. Os anos, e em seguida os meses, que precedem o princípio do torneio são marcados por impressões e por dados quantitativos via de regra negativos. Nesse momento, a preocupação com a parte econômico-administrativa prepondera, sublinhando-se as debilidades e a inconstância dos governos brasileiros na tarefa de corresponder às suas atribuições e responsabilidades.

À desconfiança com a ação governamental, sucede, *pari passu* com o princípio e com o desenrolar do torneio, uma melhoria generalizada na percepção do público. O estímulo deflagrado pela chegada dos competidores e dos visitantes

propicia a suspensão da rotina, mediante uma ambiência festiva e um caráter extraordinário da competição. Estes sobressaem em meio aos inúmeros problemas de ordem logístico-gerencial.

O interesse pelas modalidades, pelos atletas brasileiros e pelas atrações internacionais do megaevento corre em paralelo aos empecilhos vivenciados pelo público no cotidiano das disputas. Galvanizados pela promoção massiva do evento, os frequentadores fruem os jogos e abstraem os problemas enfrentados, sejam os de compra de ingressos, de filas para entrada, de insuficiência das redes de abastecimento e alimentação, de ação despuorida dos cambistas, entre outras barreiras.

Tende-se a verificar, desse modo, um mecanismo geral de neutralização entre as positivities do torneio e as negatividades da organização, com a anteposição da lógica da emoção à da razão, para dizer de modo sumário e esquemático. Por fim, na esteira da cerimônia de encerramento, alvo de generalizados comentários elogiosos dos meios de comunicação nacional e internacional, e da postura proativa das redes sociais, verificou-se a tendência macroscópica a julgar as Olimpíadas como um “êxito” ou “sucesso”, minimizando-se os diversos problemas e acentuando-se as virtudes do seu saldo geral.

Donde se conclui que, entre as diversas maneiras de avaliar a realização dos XXXI Jogos Olímpicos de Verão, os indicadores valorativos acima apontados foram úteis para uma compreensão geral do torneio. Isso se deu ainda que se esteja ciente dos limites do emprego de uma via quantitativa ou daquela simplesmente circunscrita ao filtro dos meios de comunicação. Sabe-se que seria possível chegar a um conhecimento científico diverso ou a um escrutínio diferenciado do significado das Olimpíadas no Brasil, tal como feito, em outra oportunidade, por um antropólogo da qualidade de Roberto DaMatta.¹²

A percepção da população, tal como mensurada pelos números dos institutos de pesquisa, e a seletividade das notícias, tal como coligidas na imprensa online, foram os meios aqui escolhidos para compreender os sentidos atribuídos e construídos acerca dos megaeventos na atual conjuntura brasileira, marcada pela instabilidade, pela perversidade e por uma série de reviravoltas político-sociais no alvorecer do século XXI.

12 DAMATTA, Roberto. Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos Jogos Olímpicos e do futebol no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

DAMATTA, Roberto. Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos Jogos Olímpicos e do futebol no Brasil. In: _____. *A bola corre mais do que os homens*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

ECO, Umberto. A falação esportiva. In: _____. *Viagem pela irrealdade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos Olímpicos: a generificação dos corpos performantes. *Revista USP*, São Paulo, n. 108, p. 29-38, jan./mar. 2016. Dossiê Jogos Olímpicos.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

MARQUES, José Carlos. Tá tranquilo, tá favorável: a cobertura brasileira dos Jogos Olímpicos Rio 2016. *Revista USP*, São Paulo, n. 108, p. 57-66, jan./mar. 2016. Dossiê Jogos Olímpicos.

MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. *Revista USP* São Paulo, n. 108, p. 49-56, jan./mar. 2016. Dossiê Jogos Olímpicos.

MATIAS, Wagner; ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando (Org.). *Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma*. Brasília: Thesaurus, 2015.

PIPERNO, Fábio. *Jogada política no esporte: o confronto entre os jogos políticos e os esportes olímpicos*. São Paulo: Ed. Sesi-SP, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

A MUSEOLOGIA QUE NÃO SERVE PARA A VIDA, NÃO SERVE PARA NADA: O MUSEU DAS REMOÇÕES COMO POTÊNCIA CRIATIVA E POTÊNCIA DE RESISTÊNCIA

MARIO CHAGAS* E DIANA BOGADO**

BREVE AGRADECIMENTO

Agradecemos à Fundação Casa de Rui Barbosa, especialmente aos coordenadores do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações” e aos organizadores do livro e do seminário “Memória das Olimpíadas: múltiplos olhares”, o honroso convite que nos foi encaminhado para participar e, em certa medida, contribuir para a “preservação e a produção de um conjunto documental de amplo espectro, que abrangerá desde o processo de construção do projeto de sediar o evento no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, ao momento de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos”.¹

O que nos mobiliza e nos leva a participar do livro e do seminário não é a celebração da memória das Olimpíadas, muito associada à memória do poder,² mas, sim, a possibilidade de abordar e registrar (ainda que de modo singelo) o poder da memória,³ a contramemória, a memória como um dispositivo de resis-

* Poeta, museólogo e cientista social. Mestre em História Social pela Unirio e doutor em Ciências Sociais pela Uerj. Coordenador cultural do Museu da República, professor visitante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência no campo da museologia e da museografia, com ênfase na museologia social, nos museus sociais e comunitários, na educação museal e nas práticas sociais de memória e patrimônio. Participação na idealização e criação do Museu das Remoções. E-mail: pmariosc@gmail.com.

** Graduação (2008) e mestrado (2011) em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Sevilha, Espanha. Professora da Universidade Anhanguera, com atuação nas disciplinas de Projeto de Arquitetura e Projeto de Urbanismo. Experiência na elaboração e desenvolvimento de projetos participativos comunitários de arquitetura e urbanismo no Brasil, na Europa, na África e na América Latina. Participação na idealização e criação do Museu das Remoções. E-mail: dibogado@yahoo.com.br.

1 Ver projeto disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/bolsistas16/Projeto_Preservacao_Memoria_Olimpiadas_processos_acoes.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

2 Ver o texto “Memória e poder: dois movimentos”, publicado nos *Cadernos de Sociomuseologia*. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: fev. 2017.

3 Ibid.

tência e luta, a memória contra-hegemônica e o museu como possibilidade e prática social de profanação.⁴

MEMÓRIA EM MOVIMENTO

O projeto colocado em movimento pela Fundação Casa de Rui Barbosa busca preservar registros que possam ancorar diferentes e diversificadas memórias e narrativas do processo de construção de “uma cidade olímpica” e, por esse caminho, documentar e produzir análises sobre o impacto do megaevento na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. O referido projeto está orientado e articulado em torno de três eixos temáticos: esporte, cultura e cidade. Nosso texto e nossa participação no seminário movimentam-se entre os eixos cultura e cidade.

A narrativa que aqui se oferece movimenta-se, por seu turno, entre a criação e a resistência. Tomando como ponto de partida reflexões e práticas elaboradas no campo dos museus e da museologia social, o presente texto tem a intenção de fortalecer o diálogo com e o exercício de uma nova imaginação poética (potência de criação) e também política (potência de resistência) em articulação com os movimentos sociais e com a afirmação da arte, da filosofia e da ciência colocadas a favor da celebração da potência da vida.

“A memória é uma ilha de edição”.⁵ Esse verso-poema de Waly Salomão⁶ opera uma extraordinária síntese e propicia a compreensão de que a memória é construção social e, como tal, é construtora de sociabilidades e subjetividades. Esse poema também conduz ao rápido entendimento de que a memória não é total, ao contrário, é sempre seletiva e formada por fragmentos, vestígios, sobejos e retalhos com os quais se compõem narrativas épicas, líricas, trágicas e cômicas. A memória inscrita no corpo, no “corpo vibrátil”,⁷ é uma ilha de edição e, por isso

4 Ver: AGAMBEN, Giorgio. *O amigo & O que é um dispositivo*. Ver também: FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*.

5 Esse é o primeiro verso do poema “Carta aberta a John Ashbery”, incluído no livro *Algaravias: câmara de ecos*, de autoria de Waly Salomão, publicado em São Paulo, em 1996.

6 Poeta brasileiro. Nasceu em Jequié (BA), a 3 de setembro de 1943, e faleceu no Rio de Janeiro (RJ), a 5 de maio de 2003. Participou do movimento tropicalista, foi letrista de canções de sucesso e no primeiro semestre da gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura foi secretário Nacional do Livro.

7 Para Suely Rolnik, o “corpo vibrátil” é uma capacidade peculiar de nosso corpo que permite a apreensão da alteridade “em sua condição de campo de forças vivas que nos afetam e se fazem presentes em nosso corpo sob a forma de sensações. O exercício desta capacidade está desvinculado da história do sujeito e da linguagem. Com ela, o outro é uma presença que se integra à nossa textura sensível, tornando-se, assim, parte de nós mesmos”. Ver: ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*, p. 12.

mesmo, segue jogando o jogo de capturas e movimentos de fuga, de manipulações e emancipações, de tiranias e liberdades.

Esse poema, iluminado pela luz do cinema, ilumina a compreensão: a memória está no campo das relações e das lutas, mas também implica determinados afetos, representações e direitos, bem como deveres e compromissos.

Um seminário que tem por tema a “Memória das Olimpíadas: múltiplos olhares” convida-nos a tratar não apenas da memória das vitórias e derrotas dos atletas e de seus patrocinadores e dos políticos que se beneficiam dos Jogos Olímpicos e dos impactos do turismo olímpico na rede hoteleira, mas também de outras memórias, das memórias dos moradores que foram afetados pelo projeto olímpico que, à revelia dos cidadãos cariocas, implantou-se de cima para baixo na cidade do Rio de Janeiro.

O texto que aqui se disponibiliza cuida de apresentar um outro olhar, uma outra memória das Olimpíadas e, neste caso, o nosso ponto de partida é a memória da remoção da Vila Autódromo.

CONVERSANDO COM O FILÓSOFO

O filósofo Cláudio Ulpiano,⁸ em sua aula “A potência não orgânica da vida”, ministrada no dia 1º de fevereiro de 1995, sustenta que “a filosofia, a arte e a ciência ou o pensamento são forças que prestam serviços práticos à vida mais nada!”.⁹

Dialogando com o filósofo, autor do livro *Gilles Deleuze: a grande aventura do pensamento*,¹⁰ quero sustentar que “a museologia que não serve para a vida, não serve para nada”.

A vida e a defesa da vida vêm antes de tudo. Esse, talvez, deva ser considerado “o” princípio da museologia social. Tomara um dia possamos dizer o mesmo para toda e qualquer museologia, mas enquanto existir uma museologia nazista, uma museologia fascista, uma museologia racista, homofóbica e etnocêntrica, não será possível afirmar a universalidade desse princípio.

A museologia social, em sintonia com o princípio anteriormente apresentado, há de servir não apenas à preservação de coisas, objetos e artefatos, mas à valorização da vida em sociedade, não à vida orgânica e biológica apenas, mas à vida como relação, como vivência e convivência, como potência não orgânica de vida, como potência de criação e de resistência.

8 Filósofo nascido no Brasil em 1932 e falecido em 1999.

9 Disponível em: <<http://claudioulpiano.org.br/aulas-transcritas/aula-7-01021995-a-potencia-nao--organica-da-vida/>>. Acesso em: fev. 2017. Ver também: <<http://claudioulpiano.org.br/>>. Acesso em: fev. 2017.

10 Ver: ULPIANO, Cláudio. *Gilles Deleuze: a grande aventura do pensamento*.

Não se trata aqui de uma vida abstrata, mas de uma vida que se faz e se realiza na concretude dos dias, dos corpos, dos movimentos e enfrentamentos. Trata-se da vida carregada de compromissos éticos, políticos e poéticos.

As mudanças conceituais e teóricas geradas no campo dos museus afetam e produzem transformações relevantes na museologia que, no entendimento aqui sustentado, está longe de ser ciência castiça e descomprometida com a vida, mas, ao contrário, bastante próxima de um saber-fazer “in-mundo”, “in-disciplinado”, contaminado de vida afetiva, política e social.

Essa perspectiva coloca em xeque a orientação museológica que se considera isenta de ideologia e crê na possibilidade de uma museologia pura, higiênica, esterilizada, “sem partido”. Oculta por trás dessa crença, que não nos engana, o desejo de abandonar a reflexão e o pensamento crítico, o desejo de esconder a gota de sangue,¹¹ o desejo de construir memórias e histórias num campo liso, com rugosidade zero.

Por fim, cabe considerar que a museologia social ancora-se no desejo de prestar serviços práticos à vida e, por isso, está interessada em inventar e reinventar, imaginar e reimaginar, ver, rever e transver os museus, compreendendo-os e praticando-os como acontecimentos e atos que afetam e potencializam a vida, não uma vida qualquer, mas uma vida produtora de mais vida do ponto de vista relacional, emocional, pensamental, intuicional, social e político.

APROPRIAÇÃO DA MUSEOLOGIA SOCIAL SEM PUDOR

Queremos falar do Museu das Remoções. Ali, no Museu das Remoções, está em pauta, de modo radical, uma museologia que serve à vida, à potência de vida, à potência de criação e de resistência.

O Museu das Remoções, ainda que raro, não é o único exemplo de uma *museologia com e*, muito menos, o único exemplo de uma *museologia participativa*. Ainda que raro, o Museu das Remoções, assim como o Museu do Horto, apropriam-se da *museologia social sem nenhum pudor, sem qualquer intenção, necessidade ou desejo de pagar tributos*.

Mas, afinal, o que é e o que vem a ser o Museu das Remoções?

11 Ver: CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*.

O MUSEU DAS REMOÇÕES NA VILA AUTÓDROMO

O Museu das Remoções é uma iniciativa desenvolvida por moradores, apoiadores e amigos da Vila Autódromo.¹² O museu foi inaugurado no dia 18 de maio de 2016, quando se comemorava o dia internacional dos museus, com o tema “Museus e paisagens culturais”, sugerido pelo Conselho Internacional de Museus (Icom).

Situada na Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, a Vila Autódromo era constituída por mais de 600 famílias e estava situada (ironicamente) às margens da avenida Salvador Allende e da lagoa de Jacarepaguá.

O processo de remoção das famílias da Vila Autódromo foi perverso e muito violento. Em nome do grande capital e de um megaevento de caráter mundial (qual seja: as Olimpíadas), a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, atendendo aos interesses de poderosas empreiteiras, decidiu remover as famílias que moravam na Vila Autódromo há mais de 50 anos e que estavam com sua situação fundiária inteiramente regulamentada.

O processo de remoção foi tenso e envolveu luta, sangue, disputa. Pelo menos 580 famílias foram removidas. Talvez, a prefeitura não contasse com a resistência de 20 famílias que insistiam em dizer: “Nem todos têm um preço”. Essas 20 famílias, com o auxílio de apoiadores e amigos, (r)existiram, inventaram novas possibilidades de estar no mundo e venceram os Jogos Olímpicos.

Foi nesse quadro e nesse clima que, entre janeiro e março de 2016, organizou-se um grupo de quefazeres visando à criação do Museu das Remoções, a partir dos escombros das casas destruídas, dos registros documentais e das memórias dos moradores e apoiadores da Vila Autódromo.

O Museu das Remoções, criado por uma comunidade popular que enfrentou o poder destruidor do poder público e descobriu na luta o seu próprio poder, chamou para si a tarefa e a responsabilidade de contar a história das remoções a partir da perspectiva dos afetados pelas políticas de remoções. O lema do Museu – “Memória não se remove” – passou a ser a chave de todas as ações, os projetos e os encaminhamentos.

É claro que memória se remove. A memória se remove cirurgicamente, biologicamente, socialmente, historicamente e museologicamente. A grande mídia cotidianamente opera a favor da produção de esquecimentos; a grande mídia (quando quer e quer sempre) cuida de remover memórias. É claro que a afirmação de que “Memória não se remove” implica um desejo, um desafio e uma disposição para a luta e para o enfrentamento e uma indicação de que a memória está em disputa. Por essa vereda, alcançamos o coração do presente seminário.

12 Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/18/museu-das-remoco-es-expoe-memoria-de-resistencia-da-vila-autodromo-no-rio/>>. Acesso em: fev. 2017.

UM MUSEU SURPREENDENTE E COM FORTE PRESENÇA NAS OLIMPÍADAS

A inauguração do Museu das Remoções, no dia 18 de maio de 2016, contou com a construção de sete esculturas realizadas por estudantes de arquitetura da Universidade Anhanguera, a partir dos escombros das casas destruídas. O museu apresentou uma potente crítica no que se refere ao tema, aparentemente pacificado: “Museus e paisagens culturais”. E indicou que os principais destruidores da paisagem cultural são o poder público em articulação com o grande capital, as grandes corporações e as grandes empreiteiras.

Durante as Olimpíadas, o Museu das Remoções teve um papel muito forte e expressivo e atraiu o público internacional, turistas e jornalistas. Nesse período, foram realizadas exposições, debates, ocupações e visitas especiais.

Ao longo de todo o ano de 2016, o Museu das Remoções realizou, participou e foi apresentado em diversas ações na Vila Autódromo, em universidades (Unirio, Uerj, PUC, UFRJ) e em várias instituições da cidade do Rio de Janeiro, em São Paulo, no Brasil e no exterior, especialmente no Peru, no Chile, na Colômbia e no México.

Selecionamos para esse seminário o Museu das Remoções, mas, além dessa experiência museal, seria possível citar, por exemplo: o Museu da Maré, que desde 2006 é uma forte inspiração para outras iniciativas de memória; o Museu da Rocinha Sankofa Memória e História, em processo desde 2007; o Museu Vivo de São Bento, lançado em 2007, no município de Duque de Caxias; o Museu de Favela, lançado em 2008, nas comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; o Eco-museu Amigos do Rio Joana, lançado em 2013, na favela do Andaraí; o Museu Casa Bumba Meu Boi – Raízes do Gericinó, criado em 2013; o Museu de Artes Cênicas e o Museu de Artes Lúdicas, criados em 2014 – os três últimos situados em Bangu, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Com certeza, todos teriam o que dizer sobre a memória das Olimpíadas.

O Museu das Remoções não pede permissão para ser museu; ele se assume e se afirma como museu. Ele desenvolve um conjunto de práticas na primeira pessoa (do plural e do singular) e nos auxilia a identificar a importância de uma museologia compreensiva e libertária. Trata-se de um museu que nos ajuda a perceber os limites da museologia normativa, que dá mais valor às regras e normas do que à própria dinâmica da vida.

O Museu das Remoções constitui uma indicação clara de que a museologia social está em movimento e continua vivendo a potência de criação, a potência de resistência e a potência de vida.

Vista aérea da Vila Autódromo.



Foto: Luiz Claudio da Silva, Vila Autódromo, 2009.

Demolição da Casa da Conceição Queiroz.



Foto: Luiz Claudio da Silva, Vila Autódromo, 2016.

A MUSEOLOGIA QUE NÃO SERVE PARA A VIDA NÃO SERVE PARA NADA

Museu das Remoções. Estamos diante de um processo museal que produz novos agenciamentos, novas linhas de ação e faz rizoma com o mundo. Trata-se de um museu que, com memória e criatividade, com afetos políticos e afetos poéticos, produz transformações sociais e faz história.

Trata-se de um museu que exercita novas imaginações políticas, poéticas e museais e colabora para a inovação e a invenção de conceitos e práticas.

O Museu das Remoções vivencia uma museologia que está de modo pleno a serviço da vida, afinal, como diz o filósofo Cláudio Ulpiano, “a filosofia, a arte e a ciência ou o pensamento são forças que prestam serviços práticos à vida – mais nada”. É isso e apenas isso o que dá sentido à museologia social.

Para finalizar, é importante reconhecer que a denominada museologia social, que também pode ser chamada de sociomuseologia e, dependendo da situação e do projeto, de museologia crítica ou de museologia do afeto, está em movimento. É claro que existem diferenças, sutilezas e delicadezas entre essas diferentes denominações, mas o que está em pauta, aqui e agora, é o reconhecimento de um comum em movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O amigo & O que é um dispositivo*. Chapecó: Argos, 2014.
- CHAGAS, Mário. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2014.
- _____. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: fev. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico; As heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- PITASSE, Mariana. Museu das Remoções expõe memória de resistência da Vila Autódromo, no Rio. *Brasil de Fato*, 18 maio 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/18/museu-das-remoco-es-expoe-memoria-de-resistencia-da-vila-autodromo-no-rio/>>. Acesso em: fev. 2017.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS: Sulina, 2016. p. 12.
- SALOMÃO, Waly. *Algaravias: câmara de ecos*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- ULPIANO, Cláudio. *Gilles Deleuze: a grande aventura do pensamento*. Macaé (RJ): Funemac Livros: Centro de Estudos Claudio Ulpiano, 2013.

RESISTÊNCIA, PELO DIREITO, HISTÓRIA E MEMÓRIA

SANDRA MARIA TEIXEIRA*

Quando falamos em resistência, habitação e direito à cidade, pensamos na Vila Autódromo. É inevitável.

Ouvi essa frase de uma estudante de direito e imediatamente mergulhei em minhas memórias. Estávamos no Museu das Remoções, em meio a uma exposição de fotos que retratavam o período de remoções e resistência da Vila Autódromo. Olhei pela janela e observei o novo cenário e, ao mesmo tempo em que via o novo, algumas imagens apareciam em minha mente, imagens tão fortes que me transportavam para outro tempo. Um tempo recente, porém passado. Tantas mudanças, tanta transformação. E toda uma história modificada. A vida com seu ritmo, a sociedade e suas transformações. E nós, sem perceber, somos agentes da história. E a história, que tem sua equação entre o tempo e o espaço, vai sendo modificada e muitas vezes esquecida pela ação do tempo e perda de memória. “A geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua história.”¹

É necessário que nossas memórias sejam preservadas, nossas memórias compõem essa história, mostram mais que um espaço transformado. Mostram como essa transformação foi feita e a compreensão desse tempo, com suas transformações e memórias. Elas nos ajudam a entender o porquê do espaço desse tempo ser como é.

Olhava para o novo e pensava no antigo, nos momentos difíceis que vivemos, nos medos que tivemos que superar para conseguir exigir que nossos direitos fossem respeitados. Todos os dias tínhamos nossos direitos mais básicos violados. E tínhamos que gritar bem alto, para que o mundo nos ouvisse e nos apoiasse, pois sabíamos que sozinhos nossa voz não seria ouvida, era abafada e ignorada.

Pensei em casas sendo demolidas, sem que nenhuma norma de segurança, das mais básicas, fosse cumprida. Não havia no local a presença de um engenhei-

* Moradora da Vila Autódromo e representante do Museu das Remoções.

1 PHILLO, Chris. História, geografia e o mistério ainda maior da geografia histórica.

ro que se responsabilizasse pela ação, apenas o operador da máquina. A máquina a que me refiro é um trator, uma retroescavadeira, que com sua pá mecânica chega e em poucos minutos destrói uma casa, que na maioria das vezes levou anos para ser construída.

A imagem de um trator derrubando uma casa permanecerá para sempre em nossas memórias! Impossível esquecer. E como disse antes, isso era feito sem que nenhuma norma de segurança fosse cumprida, não havia no local um responsável técnico para isolar a área de segurança, a energia elétrica e a rede de abastecimento de água não eram interrompidas e, por isso, ao demolir a casa, essas redes eram arrebitadas pela máquina, os fios energizados arrebitados ficavam pendurados, chicoteando, colocando em risco as pessoas e deixando a comunidade sem luz e também sem água, uma vez que os canos estavam quebrados. Pedacos de concreto caíam nas casas ao lado, colocando em risco a vida e a casa dessas pessoas. Não havia no local a presença de um carro-pipa, para molhar a demolição e preservar a saúde das pessoas, por isso a poeira que se espalhava era enlouquecedora, em poucos minutos tudo ficava envolto em uma nuvem de poeira, sujando completamente todas as casas ao redor e levando pessoas a um quadro clínico dos mais variados problemas respiratórios.

Pouco a pouco, casas eram demolidas e seus escombros abandonados no local. Outras casas, que por comprometerem a casa vizinha não podiam ser demolidas, eram esburacadas e igualmente abandonadas com os escombros. Em pouco tempo, a comunidade foi se transformando em um cenário que mais parecia um pós-guerra. Jamais esqueceremos!

Olhando para as fotos da exposição, me deparei com uma que tinha o rosto de Maria da Penha ensanguentado e outra com meu vizinho, aos 73 anos de idade, deitado no chão cercado pela tropa da Guarda Municipal, que covardemente acabara de abrir sua cabeça com golpes de cassetetes. Pensei no sangue que correu de meus vizinhos e vizinhas, que pacificamente pediam o direito de permanecer em suas casas.

Dia 3 de junho de 2015, foi esse o dia em que chegaram cedo, bem cedo, cercaram uma das casas, de uma família composta por um idoso de 73 anos de idade, um casal e duas crianças. Disseram que suas coisas seriam levadas para um depósito público, a casa derrubada e receberiam uma indenização no processo judicial. Para onde iam? Isso não disseram. Não sabiam, ninguém sabia, a família não sabia para onde ir. E quanto à indenização a que tinha direito, seu valor era absurdo, tão pequeno que chegava a desesperar. Afinal, o que fazer com aquele valor? Além disso, o dinheiro sequer estava depositado. A família teria que entrar

no processo para ter acesso ao dinheiro, o que às vezes leva meses. Mas a oficial de justiça presente no local, os funcionários da Prefeitura, a tropa de choque da Guarda Municipal, os funcionários do depósito público, nenhum deles parecia preocupado com isso. Diziam apenas que havia uma ordem judicial que deveria ser cumprida. Que Justiça é essa afinal?

Por situações como essa e outras que tinham na Justiça seu aval, é que afirmamos ter havido convivência do Judiciário em muitos momentos de nossa luta pela permanência da Vila Autódromo. Nesse dia, alguns moradores da comunidade, revoltados com tamanha injustiça, fizeram um cordão de isolamento humano em torno da casa e, por toda a manhã, tentou-se de todas as formas negociar para que ao menos dessem um prazo para a família. Afinal, como podem desapropriar uma família sem nem ao menos um aviso prévio. Que Justiça é essa?

Por volta do meio dia, a oficial de justiça presente no local autorizou o uso da força para que fosse cumprida a ordem judicial. Sem hesitar, jogaram bombas de gás, utilizaram *spray* de pimenta, deram tiros de borracha e cacetadas em todos que estavam na frente, chegando a perseguir aqueles que por toda a manhã tentaram o diálogo. Em poucos instantes, o que vimos foram pessoas totalmente desarmadas, ensanguentadas. Como remover essa cena de nossas memórias?

Felizmente, nesse dia, apesar do sangue de nosso povo manchar aquela terra, tivemos uma vitória. A resistência da Vila Autódromo por toda a manhã deu tempo para que a Defensoria Pública conseguisse que a ordem judicial fosse suspensa, ou melhor, que sua suspensão fosse respeitada, pois na verdade aquela ordem judicial já havia sido suspensa por determinação de um desembargador e não podia ser cumprida daquela forma. E aquela família, naquele dia, permaneceu em sua casa.

Pensei nas casas, que foram derrubadas covardemente com tudo dentro. Com tudo dentro! Em mais uma ação covarde, como tantas outras cometidas aqui na Vila Autódromo.

Às seis horas da manhã, representantes da Prefeitura chegaram com a tropa de choque da Guarda Municipal. Entraram pelo Parque Olímpico, acho que para não chamar muita atenção e, quando vimos, lá estavam, posicionados no local onde fariam mais uma ação, para nós criminosa – para eles eram apenas ordens. Isolaram uma determinada área da comunidade, não permitindo que ninguém passasse e, quando saíram, haviam derrubado cinco casas com tudo dentro. Disseram que as coisas haviam sido levadas para o depósito público, mas o que constatamos nos escombros é que apenas poucas coisas, apenas algumas das maiores, haviam sido levadas para o depósito. O restante, a maior parte, os registros e as

memórias estavam todos soterrados. Tudo soterrado! Em poucos minutos, destruíram a história de vida daquelas pessoas. Em pouco tempo, uma máquina derruba suas casas, soterrando fotos, documentos, roupas... Tudo! Tudo soterrado! Registros de vidas soterrados em poucos minutos. Fazendo-nos viver um verdadeiro teatro de horrores.

Nunca esquecerei o desespero de uma moradora, que, após a saída da Prefeitura e a tropa da Guarda Municipal, quando finalmente conseguiu chegar ao local onde ficava sua casa, constatou que não tinha mais casa. Seu desespero naquele instante jamais sairá de minha memória. Jamais!

E o desespero de Mariza, ao chegar do hospital nesse dia, pois havia feito uma cirurgia recentemente na coluna vertebral. Nesse dia, saiu de casa bem cedo, madrugada, para fazer exames. Ao chegar, percebeu que possuía apenas a roupa do corpo e os pertences que estavam em sua bolsa. O restante havia sido destruído e soterrado pela Prefeitura. Suas coisas, roupas, exames, medicamentos, alimentos, abrigo, documentos, fotos... Sua vida. Tudo! Tudo, cruelmente, soterrado!

Houve ainda outro dia, em que novamente isolaram uma parte da comunidade e colocaram tapumes para isolar quatro casas dentro do Parque Olímpico. Entregaram uma credencial para os moradores dessas casas e disseram que, daquele momento em diante, só poderiam acessar suas casas pelo portão de entrada do Parque Olímpico, que naquela época ainda estava em construção. No dia seguinte, ao tentarem levar alguém até sua casa, a fim de mostrar o absurdo ao qual eram submetidos, foram barrados e receberam a informação de que apenas o morador poderia passar pelo portão e ter acesso à casa. Não podiam sequer receber uma visita em sua casa. Como assim? Cada vez que penso nisso, mais acho que vivemos realmente uma louca história de absurdos.

Olhando as fotos das barricadas, lembrei-me do período em que as fizemos. Foi a única solução que encontramos para que tivessem um mínimo de respeito por nós. Nossas ruas totalmente esburacadas por causa do peso das máquinas passando o tempo todo. Quando as máquinas passavam, as paredes das casas tremiam, algumas chegavam a rachar. A sensação que tínhamos era de que iam desabar. Havia retirado vários postes de iluminação pública, nos deixando com várias ruas totalmente escuras. Como disse antes, tínhamos escombros e casas esburacadas. A poeira era insuportável. Quando as máquinas passavam, a poeira se espalhava pelo ar, tornando-o insuportável para respirar. Nossa correspondência já não era entregue há meses. A coleta do lixo também não era realizada, nossas lixeiras transbordavam. E, como disse antes, ainda tinham os canos e fios

arrebetados, nos deixando a todo instante sem água e sem luz. Estava cada vez mais insuportável.

Tentando dar um basta naquela situação – que diariamente violava nossos direitos humanos fundamentais, violava a própria Constituição Federal, pois feria o princípio da dignidade da pessoa humana –, denunciávamos, processávamos. Nada acontecia. Conseguíamos determinações judiciais, que não eram cumpridas. Resolvemos, então, que parariamos nós mesmos aquela bagunça. Fizemos uma vigília à noite como protesto e pela manhã inauguramos nossa primeira barricada. Fechamos a entrada da comunidade e, dessa forma, paramos as obras deles. Avisamos que só sairíamos quando atendessem nossas reivindicações, todas pedindo apenas concertos de estragos que haviam feito, como os postes que deveriam ser recolocados, as ruas consertadas, os escombros retirados. Enfim, queríamos apenas que nos tratassem com um mínimo de dignidade. Aquela barricada foi a primeira de muitas que fizemos. Não conseguimos que reparassem tudo, mas algumas das vitórias que tivemos com essas barricadas fizeram muita diferença para nós.

Esse foi um tempo muito difícil de nossa luta pela permanência, em um cenário que mais parecia um pós-guerra. Pressões psicológicas diárias, que incluíam falas ameaçadoras do tipo: “Vai sair todo mundo, não vai ficar ninguém”; “É melhor vocês negociarem agora que a Prefeitura está indenizando, que correr o risco de sair sem nada”.

A primeira de todas as pressões psicológicas é quando um funcionário da Prefeitura chega e marca a sua casa, sem nem mesmo falar com você. Uma marca horrorosa, feita de qualquer jeito, como um rabisco. Isso agride e incomoda. Mostra uma atitude sem respeito e ameaçadora. Depois passam a chamar sua casa por aquele número, dizendo ser esse seu SMH. E assim inicia-se uma sequência de pressões, ameaças e violação de direitos humanos.

Todos os dias, olhávamos para o lado e o número de casas diminuía. Pouco a pouco, a comunidade ia desaparecendo e o espaço ia sendo modificado.

Para aqueles que não sabem, a Vila Autódromo é uma comunidade localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, às margens da lagoa de Jacarepaguá, que hoje possui uma placa que a identifica como “Lagoa da Barra da Tijuca”.

A comunidade da Vila Autódromo teve sua origem na década de 1960. Inicialmente era uma colônia de pescadores. Depois, com a construção do autódromo de Jacarepaguá e do Riocentro, acabou acolhendo pessoas que muitas vezes vinham de outros estados para trabalhar nas obras de construção dessa região e acabavam se fixando aqui, pela proximidade do trabalho e dificuldades geradas

pela má remuneração e falta de infraestrutura em transporte nessa região. Naque-la época, essa região era coberta por taboa, vegetação própria de charcos. Aqui era um grande charco, coberto por taboas, cercado por pequenas florestas, com jacarés, garças, capivaras, pássaros, tatus... Enfim, várias espécies de animais e, é claro, de peixes. Não havia grandes vias, nem condomínios de luxo ou *shoppings*. Era um lugar que, apesar de belo, poucos queriam para morar, devido à falta de infraestrutura. Aos poucos, porém, a Barra da Tijuca foi se desenvolvendo, surgiram os grandes *shoppings*, as grandes vias e, com elas, os condomínios de luxo.

Com a expansão da Barra da Tijuca, vieram as remoções, assim como de costume na história de nossa cidade, já quase como uma tradição. Toda vez que uma área de nossa cidade se valoriza, as populações pobres, trabalhadoras, que efetivamente constroem essa cidade, são imediatamente removidas da área, dita nobre, como se o trabalhador só tivesse o direito de ocupar as áreas onde não há infraestrutura de transporte nem saneamento básico. Toda vez que a moradia adequada chega a uma região, a população que a construiu é imediatamente removida. Para nossos governantes e aqueles que detêm o poder e o capital, ao longo dessa faceta triste da história de nossa cidade, os trabalhadores brasileiros são tratados como meros invasores, sem nenhum direito à cidade.

A Vila Autódromo – uma colônia de pescadores que ali viviam e da pesca obtinham o sustento de suas famílias –, com o passar dos anos, as obras de construção, o desenvolvimento local e o reassentamento de famílias vindas de outras remoções da região, pouco a pouco, foi crescendo, chegando a ter cerca de 700 famílias.

[...] Há cerca de 30 anos a Comunidade da Vila Autódromo vem sendo ameaçada de remoção, tivemos ao longo desses anos várias ameaças e pressões que tentavam forçar a saída da comunidade. Resistimos e resistimos por todos esses anos. Vários foram os processos judiciais que o governo movia contra nós, utilizando os mais absurdos argumentos. Em um desses processos fomos acusados de “dano estético ambiental”, ou seja, éramos feios e não combinávamos com a nova imagem nobre que se formava ao redor. Felizmente, a Justiça, compreendendo o absurdo desses argumentos, negou esses pedidos de remoção. Porém, com a realização da Olimpíada em nossa cidade, o governo utiliza o falso argumento de que era necessário remover a Vila Autódromo para a realização do projeto de construção do Parque Olímpico. Além disso, agora tem também o investimento do capital privado, conseguindo remover cerca de 700 famílias, entre as quais muitas eram de pescadores.²

A Olimpíada, de todos os megaeventos, é o mais cruel. Investimentos privados são feitos no país que a sedia. Promove-se uma ideia de construção da cidade que sedia o evento, porém essas construções são feitas com o propósito de

2 Trecho de texto da autora, Sandra Maria Teixeira, “Moradia”, que fará parte de volume organizado pelo Raízes em Movimento, a ser publicado pelo Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão.

atender aos interesses da especulação imobiliária. E a população pobre é removida do local. Conseguir permanecer nesse território com as reformas urbanas de valorização, ao lado da Olimpíada, é uma vitória emblemática de resistência em nossa história. Afinal, em todos os países por onde a Olimpíada passa, pessoas são removidas. Ao ouvir o depoimento de pessoas removidas com o argumento de realização do evento em outros países, percebemos que usam as mesmas estratégias, como uma receita, um passo a passo. Tendo um investimento econômico milionário e uma receita de pressões psicológicas, ações que disseminam o medo e manobras judiciais, tais como decretos, ordens judiciais, imissões de posses, algumas dadas no plantão da Justiça, e descumprimento de determinações judiciais, por todos os países por onde passa, como um filme programado, removem a população pobre de seu entorno. Permanecer nesse território, fazer valer nossos direitos, lutar contra um poder de força política e econômica tão desigual e, ainda assim, conseguir resistir e nesse lugar permanecer, mesmo que com apenas 20 famílias, é uma vitória histórica. Porém, essa vitória não anula o fato de cerca de 700 famílias terem sido removidas. Desejamos que nossa permanência represente esperança para todas as comunidades que passam por ameaça de remoção.

Aprendemos com essa luta que, para vencer o capital, é preciso ter consciência do real valor da vida. Porque, no fim de tudo, aqueles que não conseguirem remover por meio de pressões psicológicas, ameaças, decretos, tratamento sub-humano, violência psíquica e física, conivências e cansaço, tentarão subornar com propostas aparentemente sedutoras. Só tendo uma determinação e convicção do que se compreende como valor real, direito e respeito, será possível dizer não ao capital. É necessário responder para si mesmo: quanto custa a história de um povo? Quanto custa a sua história? Porque, ao negociar sua casa, estará negociando a sua história, a história de seu povo, que, com o passar do tempo, sofrerá com o apagamento da memória, a qual, muitas vezes, não resiste ao tempo, à falta de registros e ao interesse da história oficial que nos é contada.

O tema “remoção” vem sempre associado ao tema “invasão”. É muito comum um ser justificado pelo outro. Compreender esses dois temas é fundamental para compreendermos o “direito à cidade”.

BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO URBANA SEPARATISTA DO RIO DE JANEIRO

Para compreendermos a política atual que levou a Vila Autódromo a viver tantas ameaças de remoção, é preciso compreender as origens, a expansão e a organização urbana de nossa cidade.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL *versus* ESCRAVIDÃO

Sim, essa foi a primeira invasão de que se tem registro em nossa história. Quando os portugueses aqui chegaram, com suas embarcações imensas e armas poderosas, fincaram uma bandeira em nosso solo e se disseram donos dele. Escravizaram as pessoas que aqui moravam, os denominaram de índios, os escravizaram e até hoje seus descendentes morrem todos os dias lutando pelo direito de morar em uma terra que verdadeiramente pertence a eles. Não satisfeitos com o número de escravos que possuíam, escravizaram pessoas de outras terras mais distantes e as trouxeram para cá. São tempos de sangue em nossa história.

1500 A 1530: TEMOS O CHAMADO PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Esse período é marcado pelo primeiro desmatamento em nossas terras. Foram anos de extração desordenada em nossas matas.

1693: BANDEIRANTES DESCOBREM OURO EM NOSSAS TERRAS

Nas terras que hoje chamamos de Minas Gerais. Muitas pessoas se deslocaram para essa região em busca de riqueza e lá surgiram vilas e povoados. Entretanto, a exploração do ouro foi regulamentada pelo governo de Portugal, concentrando o metal nas mãos de poucos. Foram criados impostos a serem pagos à Coroa, pelo ouro extraído. Depois, descobriram diamante em nossas terras, que imediatamente foi decretado como monopólio da Coroa de Portugal.

Além das riquezas naturais, nesse período se desenvolveram também a agricultura, com o cultivo do fumo e algodão, e a pecuária, que também se faz presente na economia dessa época. Claro que, para o desenvolvimento dessas atividades econômicas, avançou o desmatamento de nossas matas.

1808: PERÍODO COLONIAL

No Rio de Janeiro, tivemos a primeira desapropriação. Trinta por cento da população carioca foi expulsa de suas casas para dar moradia aos acompanhantes da família real.

Surgiram, nesse período, os cortiços – assim eram chamadas as moradias coletivas.

1822: INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Após o retorno dos portugueses para Portugal, grandes casas foram abandonadas, no centro do Rio de Janeiro, aumentando o número de cortiços.

1871: PROMULGAÇÃO DA LEI DO VENTRE LIVRE

Essa lei considerava livre todos os filhos de escravos nascidos a partir da data de sua promulgação, porém seus pais continuavam escravos e essas crianças livres tinham duas possibilidades: ficarem aos cuidados dos senhores de seus pais até os 21 anos ou serem entregues ao governo. É claro que a primeira possibilidade foi a mais utilizada, beneficiando os senhores, que continuaram utilizando a mão de obra dessas pessoas, ditas “livres”. Dessa forma, retardaram um pouco mais a abolição da escravidão no Brasil. A pressão do movimento abolicionista nessa época crescia, assim como a da Inglaterra que, cada vez mais, pressionava o Brasil para que acabasse com a escravidão. Essa lei foi a solução encontrada pela nobreza para abafar e retardar a libertação de nosso povo.

1885: PROMULGAÇÃO DA LEI DOS SEXAGENÁRIOS

Essa lei concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade e poucos se beneficiaram com ela, pois suas vidas eram tão sofridas que dificilmente chegavam a essa idade.

1888: FINALMENTE FOI PROMULGADA A ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS

Não sendo mais possível adiar, a Lei Áurea foi finalmente assinada. A tão sonhada liberdade, após anos de sofrimento, foi finalmente conquistada e cerca de 200 mil escravos, após séculos de servidão, tendo suas vidas e história, principalmente a de seus antepassados, totalmente destruídas por aqueles que, por possuírem armas e equipamentos poderosos para aquele tempo, se diziam os donos do mundo. Essas pessoas foram despejadas nas já desvalorizadas ruas do Rio de Janeiro. Buscavam abrigo em cortiços, quilombos, morros, grotas, pântanos. Era quase uma tentativa de se esconder daqueles que realizavam atos de extrema maldade pelo mundo. Utilizando-se de força e poder, dominavam e impunham sua cultura.

Essas pessoas foram despejadas em nossas ruas sem nenhum amparo social. Tiraram-lhes tudo e depois as despejaram no mundo. Nada possuíam, apenas agora podiam dizer que eram donos de si. Surgiram, então, os mendigos.

1897: CHEGARAM AO CENTRO DO RIO DE JANEIRO OS SOLDADOS DE CANUDOS

Os soldados de Canudos reivindicaram seus pagamentos e suas moradias prometidos, mas não receberam nada. Ficaram sem dinheiro e sem moradia. Após muitas confusões e protestos, ocuparam o morro da Providência.

Surgiu, nesse período, a denominação “favela”, para se referir a locais de moradias populares, normalmente em morros e sem saneamento básico. Essa denominação foi feita pelos soldados de Canudos por associarem o morro da Providência ao morro da Favela.

INÍCIO DA CHAMADA *Belle Époque*

Em busca de valorizar a cidade do Rio de Janeiro e de transformá-la no retrato da França, tem início uma reforma urbana. Acabam, assim, com os cortiços, sem indenização. A população desabrigada invade os morros.

Em 1904, o governo Pereira Passos tenta remover a Providência. Depois de muito esforço sem sucesso, reconhece a vantagem de ter mão de obra barata próxima das obras de construção da cidade.

Nesse período, há um aumento intenso de favelas, principalmente na zona sul da cidade, mas ao mesmo tempo vêm as remoções. Os moradores removidos eram alocados em locais muito distantes e sem infraestrutura de transportes.

Toda essa política de desapropriação não consegue acabar com as favelas nas áreas nobres, porém os conceitos “morador de morro” e “morador de asfalto” deixa clara a divisão.

OBSERVAMOS QUE...

A expansão das favelas aconteceu juntamente com a expansão da cidade e dos empregos gerados por ela.

O transporte precário impulsiona a força de trabalho a residir próximo ao local de trabalho, porém, assim que os bairros nobres ficam prontos, tenta-se expulsar os pobres com políticas de remoção.

DÉCADAS DE 1960 E 1970 *versus* DITADURA MILITAR

Nessa época, o pobre desempregado era autuado e considerado classe perigosa. Passamos a ter, então, comunidades, além de abandonadas, discriminadas.

O tráfico começou a dominar os morros da cidade. Antes, esses espaços eram controlados por contraventores do jogo do bicho. O tráfico encontra na miséria e no abandono do nosso povo a oportunidade ideal para entrar e se instalar.

Nos anos 1960 e 1970, a política de remoção de favelas foi associada aos conjuntos habitacionais. Muitos moradores de favelas foram transferidos para assentamentos distantes e os espaços, antes ocupados pelas favelas, foram finalmente urbanizados e neles construídos edifícios de luxo.

O conceito de subúrbio passou a ser utilizado para designar os bairros populares situados ao longo das ferrovias no norte e oeste do Rio de Janeiro. Baseado no decreto 39, criou-se uma série de normas para construção, que dificultava a construção de habitações populares nos subúrbios. Formam-se, então, favelas por toda a cidade.

A especulação imobiliária expulsa um enorme número de moradores pobres das cidades para as periferias e para as favelas, sujeitando-os ao abandono do poder público em áreas com inundações, deslizamentos e todo tipo de risco, além de expô-los a doenças, devido à falta de saneamento.

As políticas de privatização e acumulação de bens e serviços em poucas mãos desestabilizam socialmente e lançam milhões de pessoas na informalidade. Isso gera a crescente favelização do planeta. Sim, do planeta. Falamos do Brasil, mas o que aqui acontece é apenas um reflexo do que ocorre no mundo. A especulação imobiliária, a disputa de territórios, a exploração das classes mais pobres, a luta de classes. As políticas de privatização e acumulação de bens e serviços em poucas mãos gera a crescente favelização do planeta.

No Brasil, o poder público empenha-se na realização de obras de embelezamento urbano em busca da valorização do território, visando atender aos interesses da especulação imobiliária. Promove projetos com medidas remediadoras, ignorando as políticas de inclusão social.

DISPUTA DE TERRITÓRIOS

Por toda a nossa história, a partir de quando temos um registro, o que vemos é um povo que já traz em sua formação um ponto de partida na primeira invasão de nossa história. O que deu a Portugal o direito a essa terra foi tão somente seu enorme poder econômico, que o favorecia com leis e tratados, além de seu enorme aparato naval e poderoso arsenal de guerra.

Ainda hoje, o que observamos é a mesma situação. A população pobre continua ocupando as áreas abandonadas da cidade, encontrando soluções práticas para os problemas de moradia, construindo o local e depois sendo expulsa, para que os nobres possam ocupar e desfrutar dos privilégios.

Pobre morando em florestas, encostas de praias ou beira de lagoa é ocupação de área de risco ou agressão ambiental. Removem-se os pobres e o que vemos

é a área ser desmatada, ocupada por ricos, por casas imensas. Desmatam e removem várias famílias para, com frequência, colocar uma única em seu lugar, tendo como ideologia o pensamento de que morar ali é um privilégio que deve ser dos nobres, ignorando o direito e a história do local e da população que efetivamente o construiu.

O que temos assistido na Barra da Tijuca é exatamente isto: a continuação de nossa repetida história. Ao longo dos últimos 30 anos, nessa região várias favelas foram removidas com muita crueldade e em seus lugares surgiram *shoppings*, condomínios de luxo, mansões, hotéis e grandes casas noturnas, que curiosamente se instalaram em nossas encostas, na beira de nossas lagoas, mares e rios sem distância alguma da margem. Com tratamento totalmente diferenciado, essas pessoas não são acusadas de agressão ambiental.

A Vila Autódromo conseguiu resistir a todas essas pressões por 30 anos. Foram muitas as pressões e ameaças, vários processos judiciais, porém tivemos também muitas conquistas ao longo desses anos. Conquistamos dois títulos de Concessão de Uso Real da Terra, reconhecidos pelo Iterj (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), um concedido pelo Governo do Estado e o outro pela Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, que nos garante o direito de morar nesta terra por 99 anos, prorrogáveis por mais 99 anos. Em 12 de janeiro de 2005, conseguimos que a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro, por meio da lei complementar 74/2005, decretasse uma grande parte da comunidade como uma AEIS (Área de Especial Interesse Social), portanto destinada à moradia popular.

Juntos com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), construímos um dos mais importantes instrumentos de luta que tivemos. Por meio do Neplac/Ettern/Ippur/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o Nephu/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense), desenvolvemos o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo. Esse plano se diferencia por ter uma metodologia fundamentada no saber popular, no qual a comunidade participa de forma ativa na elaboração do projeto, sendo assessorada tecnicamente por professores, pesquisadores e estudantes universitários. Dessa forma, o planejamento urbano é feito coletivamente, transformando-se em poderoso instrumento de luta popular. Esse projeto tem como lema “Lutar para planejar e planejar para lutar”.

O Plano Popular da Vila Autódromo foi reconhecido e premiado internacionalmente. Ganhou o prêmio de Urbanismo do Deutsche Bank Urban Age Award, em 2013, após concorrer com outros 170 projetos. Mas, ainda assim, foi ignorado pela Prefeitura.

Essas três conquistas foram, sem dúvida, nossos instrumentos de luta mais poderosos, pois nos davam legitimidade na disputa de território.

Evidentemente, tivemos outros instrumentos de luta. A própria construção da comunidade, toda feita por moradores ao longo de sua existência, tem de ser respeitada. Desenvolvemos várias soluções para resolver nossos problemas, como, por exemplo, nossas fossas, que eram feitas como sumidouros, tentando resolver a falta de saneamento e a preservação ambiental. Nesse sentido, desenvolvemos, em parceria com a Fiocruz, o projeto experimental de fossa verde, que foi aprovado e seria implementado em toda a comunidade.

Durante nosso processo de luta, foi certamente fundamental a Igreja Católica ter se mantido firme na luta ao nosso lado. A capela São José Operário cumpriu seu papel social como Igreja. Manteve suas portas abertas verdadeiramente. Ali, fazíamos nossas maiores reuniões e encontros. Chegamos a ter um Enea (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura) dentro da igreja. Quando a associação de moradores foi removida por imissão de posse, guardamos os móveis da associação na igreja e passamos a receber todos lá. Depois, quando a casa de Maria da Penha foi demolida, também por imissão de posse, e ela e sua família ficaram sem casa, a capela São José Operário também os abrigou. Houve um determinado momento que havia tantos móveis no interior da capela que as missas eram celebradas ao ar livre, pois não havia espaço. E quando, durante o processo de luta e resistência, a capela foi contemplada por um projeto da Fiocruz com uma pintura de afresco em suas paredes, para nós foi como um símbolo de esperança, pois estávamos em um momento em que muitos desistiam. Todos os dias casas eram derrubadas, deixando espaços vazios na comunidade e em nossos corações. E justamente nesse momento a capela São José Operário foi contemplada com essa arte de pintura, que é a própria parede, feita como massa que faz parte da parede. Foi realmente um momento de felicidade e esperança.

E temos ainda instrumentos que deveriam ser poderosos em nossa luta, como: a Constituição Federal de 1988, que estabelece a moradia como direito social fundamental; e a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, que determinam a utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para a habitação de interesse social.

Infelizmente, nada disso foi respeitado, quando resolveram que nosso território estava valorizado demais para nós e, por isso, precisavam nos remover. Ignoraram leis, direitos, história e vidas. Ignoraram tudo que não era conveniente a seus interesses. Muitas vezes, foram apoiados pelas falhas da Justiça nessa luta desigual e injusta e pelos meios oficiais de comunicação, uma vez que estes são de propriedade de grandes empresários, que evidentemente se beneficiam com esse processo de urbanização elitista. Disseminaram na opinião pública falta de conhecimento e entendimento real da situação. Falavam de invasão, culpabilizando o pobre por isso, não considerando nossa história de terras tomadas, ocupadas, escravizadas, que desigual e injustamente são legitimadas.

É comum nossos governantes utilizarem-se do discurso de que uma das metas do governo é acabar com as favelas. Ao falarem isso, reafirmam o discurso da remoção, que na verdade não acaba com a favela, pelo contrário, a multiplica. Quando uma favela é removida, as pessoas removidas, em grande parte, ocuparão áreas igualmente abandonadas da cidade, dando origem a novas favelas. Outras pessoas serão acolhidas por favelas já existentes, fazendo com que elas cresçam. O que precisamos não é acabar com as favelas, mas sim que o Estado cumpra suas obrigações com a população, que faça aquilo que é sua responsabilidade mais básica. Realizar obras de urbanização e saneamento para que a população tenha moradia adequada são obrigações básicas de qualquer Estado que se preze e tenha dignidade. É para isso que elegemos nossos governantes.

É preciso que o Estado tenha competência e dignidade para que toda a população possa ter uma moradia adequada. Somos um país rico, o que nos falta são bons governantes, que não visem apenas suas contas bancárias particulares, mas administrem o país com políticas públicas justas, que visem resolver e atender às necessidades de todos.

A moradia adequada está intimamente ligada com a organização da vida das pessoas. Nesse sentido, além da distância entre a casa e o trabalho e escola, da dificuldade de mobilidade urbana e da questão cultural, temos ainda a relação social de apoio estabelecida dentro de uma comunidade. Essa relação, na qual um vizinho ajuda o outro, possibilita muitas vezes que mulheres possam trabalhar ou estudar tendo alguém de sua confiança que, solidariamente, cuida de seus filhos. Temos ainda situações em que crianças maiores ficam em casa, enquanto suas mães trabalham, sabendo que seus vizinhos estão de olho, para qualquer emergência ou problema que surja. Sem falar nos mutirões que sempre acontecem dentro de uma comunidade, onde as pessoas, em geral, não têm condições de pagar pedreiros e, por isso, é comum que obras sejam feitas por meio de mutirões. Temos ainda os mutirões de realização de obras para resolver problemas da comunidade, como melhoria de ruas e construção de espaços de convivência social. Enfim, as comunidades sobrevivem encontrando soluções e respostas para seus problemas de forma coletiva, construindo aos poucos sua história e cultura. Quando as pessoas são removidas e sua cultura não é respei-

tada, o que temos é um choque cultural e um problema social ou talvez seja melhor dizer que teremos muitos problemas sociais. A curto prazo, temos pescadores que se tornaram alcoólatras, outros que morreram, mulheres que, sem ter mais um vizinho que pelo tempo de convivência já confia e pode deixar seu filho, acaba muitas vezes sem ter como trabalhar e se vendo em muita dificuldade financeira, crianças que acabam se atrasando na escola ou mesmo parando de estudar, famílias que se desfazem dadas as divergências de posicionamento diante da nova situação ou, ainda, famílias que negociam suas casas e, por não conseguirem administrar bem a indenização, acabam ficando, em pouco tempo, sem casa, sem dinheiro e com suas vidas destruídas.³

O problema de moradia adequada, como vimos, é antigo e hereditário. É preciso resolvê-lo ou continuaremos a carregá-lo por toda nossa história e sere-mos para sempre um país de Terceiro Mundo. Um país rico que, por falta de com-petência, independência e dignidade de nossos governantes, não possui equilíbrio econômico, político, e muito menos social.

Ao longo de nossa história, os problemas, em vez de serem resolvidos, fo-ram sempre multiplicados, maquiados e escondidos. Pessoas são escravizadas, abandonadas, perseguidas, movidas, removidas, *re-movidas*.

A remoção é um processo cruel de apagamento da história e da memória, geralmente seguido de desconfiguração ambiental e geográfica. Não removem apenas as pessoas. Removem as pessoas, e também desmatam, passam máquinas, descaracterizando, em alguns casos, totalmente o território.

Em uma visita que estudantes de Geografia nos fizeram, após as remoções e a realização da Olimpíada, descobri com eles que a Vila Autódromo se tornou uma “rugosidade” no local. Achei perfeita a definição. As remoções de todas essas populações excluídas dos projetos de urbanização de nossa cidade, do progresso e do direito à moradia adequada, representam uma profunda rugosidade em nos-sa história.

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se subs-tituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas iso-ladas ou como arranjos.⁴

Com o passar dos anos, comunidades inteiras foram sendo removidas e muitas vezes esquecidas, tendo suas memórias apagadas pelo tempo e, muitas vezes, pela falta de registros. Não existe uma preocupação na história oficial em preservar essa memória. É comum ouvirmos que “brasileiro não tem memória”.

3 Trecho de texto da autora, Sandra Maria Teixeira, “Moradia”, que fará parte de volume organi-zado pelo Raízes em Movimento, a ser publicado pelo Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão.

4 SANTOS, Milton. *A natureza dos espaços*. p. 113.

Como ter memória se não são feitos registros dos processos de construção e transformação social de nossa cidade? Como ter memória se a educação também é controlada por grandes empresários, que todos os dias enriquecem por causa da falta de memória e falência da educação pública?

Nossa história oficial é feita por meio de olhos burgueses, para os quais não existe nenhum interesse na vida de nossos antepassados, na formação de nossa classe social, na história de nosso povo. Basta apenas que nossas crianças aprendam que fomos descobertos pela soberana cultura europeia, escravizados, colonizados, libertados, disputados, dominados e controlados econômica e politicamente.

Para que a história e a cultura do povo permaneçam, é necessário que seja feito um registro de sua voz, de suas vidas, a fim de que a história dessa população excluída dos projetos da cidade seja de fato preservada.

Com esse pensamento, em meio à remoção e à resistência da Vila Autódromo, surgiu o Museu das Remoções. Trata-se de um museu a céu aberto e entende-se que todo o território da Vila Autódromo faz parte dele. Afinal, sua proposta é justamente impedir o apagamento dessa memória, para que as pessoas que aqui viveram e construíram este lugar não sejam simplesmente esquecidas, para que as transformações da cidade e do local não sejam capazes de apagá-las, como tantas outras vidas apagadas ao longo de nossa história. O Museu das Remoções surgiu como uma esperança e mais uma ferramenta de luta. Ele nasceu em um momento dos mais difíceis de nossa história, um momento em que a cada dia a Prefeitura conseguia levar mais famílias embora.

Olhávamos para o lado e o que víamos eram escombros, terrenos vazios, ruas esburacadas, postes caídos que deixavam ruas sem iluminação, canos que todos os dias eram arrebentados deixando as pessoas sem água, poeira por todo lado, entulhos abandonados com pontas de ferro que diariamente machucavam nossas crianças. Todos os dias famílias desistiam e acabavam por negociar com a Prefeitura, indo embora, deixando para trás um imenso vazio e a sombra do esquecimento. É nesse cenário e momento que surgiu o Museu das Remoções, como uma luz, uma esperança de que essa memória não desaparecesse, não fosse removida e esquecida. Mais do que isso, o Museu das Remoções nasceu como uma ferramenta de luta, um instrumento no qual, por meio da história, desse resgate de memórias, pudéssemos mais do que preservá-las, utilizá-las para reafirmar nossos direitos e não permitir que eles fossem esquecidos ou ignorados.

Apesar de ter nascido no processo de luta pela permanência da Vila Autódromo, além de preservar a memória dessas pessoas e suas histórias, a proposta

do Museu das Remoções é que sirva como um instrumento de luta para outras comunidades que passem pelo mesmo processo de remoção. Que, por meio desse resgate de histórias e memórias, consigamos mais que preservá-las. Consigamos garantir que os direitos conquistados ao longo do tempo e da luta sejam respeitados para que jamais sejam ignorados ou esquecidos, e que a história dessas populações seja seu alicerce mais profundo na luta pelo direito à moradia.

Ao nascer, o Museu das Remoções trouxe com ele um lema: “Memória não se remove”. Sabemos que memória se remove, uma simples pancada na cabeça é capaz de apagar a memória de toda uma vida. A própria história oficial de nossa cidade mostra um verdadeiro apagamento de memórias ao longo dos anos. Porém, o lema “Memória não se remove” soa para nós como um grito, um grito desesperado que ecoa a todo instante em nossas mentes e corações. No momento em que surge o Museu das Remoções, esse lema soa para nós quase como um grito de guerra, que tenta desesperadamente mostrar para nossos governantes que a memória de um povo deve ser respeitada, preservada e nunca esquecida, abafada ou removida.

Lutamos até o fim, com todas as nossas esperanças e forças, para permanecer neste território. E construímos o Museu das Remoções, por entender e acreditar que temos mais do que o direito de estar nesse espaço, nesse território que por nós foi construído e no qual construímos nossas vidas e história ao longo dos anos. Enfim, lutamos e resistimos pelo direito, pela história e a memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1997.

BARROS, Paulo Cezar de; FERREIRA, Fernando da Costa. A importância do estudo da geografia histórica para a compreensão do espaço urbano. *Revista Geo-paisagem*, ano 8, n. 15, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/geohist%20C3%B3ria.htm>>. Acesso em: fev. 2017.

MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe. *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro: instituições do comum e resistência urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

PHILLO, Chris. História, geografia e o mistério ainda maior da geografia histórica. In: GREGORY, Derek et al. (Org.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza dos espaços*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e método*. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1992.

VAINER, Carlos et al. *Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

O IMPACTO DOS MEGAEVENTOS E DA MILITARIZAÇÃO NA VIDA FAVELADA

GIZELE DE OLIVEIRA MARTINS*

Nos últimos 10 anos, as favelas cariocas passaram por grandes e fortes transformações que alteraram a vida de muitos moradores. Atualmente, 38 favelas têm sofrido com a presença da invasão das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs. Além disso, em 2009, jornais comerciais publicaram que a prefeitura removeria 119 favelas do Rio de Janeiro. Eles já cumpriram parte da promessa, removeram a metade dessa lista. As UPPs começaram a ser implementadas nas favelas cariocas em 2008 como uma política do governo do estado, da época do governador Sérgio Cabral, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, até o ano passado chefiada por José Mariano Beltrame.

Essas duas ações – remoções e UPPs – trouxeram grandes transtornos para a vida cotidiana dos moradores de favelas. São impactos que mexeram e ainda mexem com a estrutura não só da favela em seu espaço territorial, mas na vida emocional, subjetiva e identitária de cada favelada e favelado.

É possível afirmar que essas mudanças são estruturadas pelo próprio Estado. São mais de 100 anos de construção e resistência diária das favelas no Rio de Janeiro. Há mais de um século que a população favelada convive com a segregação dentro de uma cidade que se mostra cada dia mais excludente. No livro *Do quilombo à favela*, diz-se que as remoções, por exemplo, são históricas como forma de afastamento de pobre:

Entendemos como desconstrução do espaço favelado a ação do Estado associada aos interesses das classes dominantes, quando esses dois agentes impõem, de maneira compulsória, o deslocamento forçado da população mais pobre de uma determinada área da cidade, visando reassentá-la em áreas distantes. Essa política visa, tão somente, à valorização da área desocupada para futuros empreendimentos, sejam eles públicos ou privados.¹

Ou seja, o próprio Estado promove a remoção de pobres e a invasão das UPPs nas favelas. Junto com a classe dominante, eles expulsam e militarizam a

* Mestre em Comunicação pela Uerj. Moradora da Maré.

1 CAMPOS, Andreelino. *Do quilombo à favela*.

vida favelada, dando término ao histórico de resistência de muitas favelas que já passaram ou estão sofrendo esse processo.

A MILITARIZAÇÃO DA VIDA NO ESPAÇO FAVELADO É HISTÓRICA

A militarização da vida sempre esteve presente no espaço favelado, a presença da polícia como um dos únicos “direitos” oferecidos à favela sempre existiu, invadindo ruas, matando a juventude negra e pobre, interferindo no dia a dia dos espaços na favela.

É possível afirmar que com a chegada das UPPs nessas 38 favelas, a vida piorou. Relatos de moradores mostram que a atuação dessa chamada polícia cidadã é de massacre, de tiroteios constantes. A polícia, além de obrigar as pessoas da favela a mudarem os seus comportamentos (por exemplo: a fala, a cor do cabelo e as roupas), também interfere nas atividades culturais de rua (por exemplo: proibição dos bailes *funks* e das festas nas ruas). Sem contar a proibição da circulação dos mototaxistas, Kombis e vans que formam o serviço de transporte alternativo considerado fonte de renda para muitos moradores, e que é de grande apoio para a circulação na favela, já que a ausência de transporte público é grande.

No livro *O Ocupa Borel e a militarização da vida*,² afirma-se que “os deslocamentos territoriais agridem o indivíduo, pois anulam parte de seu ser e o obrigam a uma nova adaptação em seu novo lugar, onde não será possível a manutenção dos mesmos hábitos culturais”. Outro tipo de interferência que a polícia causa na favela é a entrada deles nas salas de aula das escolas públicas. No imaginário, pode ser que eles pratiquem isso com a ideia de fazer as crianças gostarem e acharem normal a presença deles nas escolas e em toda a favela.

Além de tudo isso, a legalização da luz, da água, dos impostos, passa a ser um grande problema enfrentado pelos moradores quando a UPP chega nas favelas. Com essas legalizações, o terreno encarece, os moradores não conseguem pagar mais aluguel, comprar comida e pagar a conta de luz. Esse processo é chamado de gentrificação, quando os antigos moradores saem porque não podem pagar mais pelo espaço, e novos moradores surgem naquele local. Em geral, são “gringos” ou moradores de classe média de bairros próximos àquela favela. Assim, essa é uma política de substituição da população da favela pela população com renda mais alta da cidade. Como diz o professor Christopher Gaffney, do Departamento de Geografia da Universidade de Zurique, citado no artigo “Gentrificação e megaeventos no Rio de Janeiro”:

2 PINHEIRO, Laize Gabriela B. *O Ocupa Borel e a militarização da vida*.

As grandes obras de transformação do Rio têm um custo social para a parcela mais pobre da população. O prefeito do Rio fala abertamente em gentrificação como um processo desejável, mas ela não passa de uma substituição social que sempre beneficia as pessoas com maior poder aquisitivo.

Ou seja, o que resta de alternativa para os moradores é abandonar a favela de origem ou moradia – o seu local de construção de vizinhança, de vida e de sobrevivência – e sair à procura de outras favelas em que a convivência seja mais acessível financeiramente. Esse processo também é conhecido como “remoção branca”, que é a “expulsão” dos moradores de seus locais por causa das empresas que chegam. Elas surgem como um projeto de inclusão, os governantes afirmam que são direitos, mas, na verdade, é comércio, exploração e, conseqüentemente, expulsão dos moradores antigos para favelas mais distantes dos centros urbanos.

O CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ

O conjunto de favelas da Maré está localizado na zona norte do Rio de Janeiro. São mais de 132 mil moradores espalhados pelas 16 favelas segundo o Censo Maré 2000. As favelas que formam todo o conjunto são: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do Pinheiro, Vila do João, “Salsa e Merengue”, Marcílio Dias, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Bento Ribeiro Dantas e Mandacaru.

Sendo considerado o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, a Maré surgiu no fim dos anos de 1930 e início dos anos 1940, e é cortada pelas três principais vias do Rio: avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela. Os primeiros moradores vieram do Nordeste do país para a construção da avenida Brasil, formaram suas casas na beira da avenida, construíram suas palafitas e, aos poucos, foram aterrando e fazendo nascer essas 16 favelas. Cada uma delas tem perfis completamente diferentes uma da outra. Formas alternativas de sobrevivência foram criadas ao longo do tempo também.

Os primeiros favelados não foram pessoas apenas condenadas a viver na favela. Embora pobres, sempre dispuseram de certa margem de escolha. Alguns escolheram o Rio de Janeiro em vez de seus estados de origem [...] Essas escolhas, ainda que limitadas, sempre representaram uma afirmação de liberdade. Graças ao esforço, também à ajuda externa e à debilidade das políticas públicas que jamais lograram erradicar as favelas, uma coletividade particular nasceu e tem hoje cem anos de história. Uma cultura foi aí produzida, e depois integrada pela cidade, tornando-se, pelo carnaval, um elemento essencial de sua dinâmica econômica. Os favelados inventaram um mundo.³

3 PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*, p. 64.

Para completar a afirmação de Peralva, de acordo com o Instituto Pereira Passos, a população de todo o conjunto é formada, em sua maioria, por pessoas de origem negra, indígena e nordestina, com baixa renda familiar e baixo nível de escolaridade, estando à margem da sociedade. Em grande parte, esses moradores são integrantes do mercado de trabalho informal.

O HISTÓRICO DOS MEGAEVENTOS NA MARÉ

Durante os Jogos Pan-Americanos realizados em 2007, o conjunto de favelas da Maré sofreu com as ameaças de remoções. A favela de Mandacaru, uma das 16 favelas da Maré, é ainda hoje um local de extrema pobreza, onde moradores sobrevivem em barracos, em meio à lama e ao esgoto. Na época, no lugar de a prefeitura garantir melhorias no local ou negociar um valor digno que desse para o moradores comprarem casas, eles ofereceram valores que jamais dariam para isso. O valor oferecido era de R\$ 800 a R\$ 5 mil por cada barraco. Com esses valores absurdamente baixos, os moradores enfrentaram a Prefeitura e decidiram brigar pela permanência, cadastraram-se, protestaram e exigiram melhorias no próprio local, algo que nunca ocorreu.

Além das ameaças de remoções desse período, a favela da Maré também já sofria com a militarização, com a repressão por causa dos grandes eventos esportivos. Os megaeventos serviram como desculpa para a retirada de direitos, que foram substituídos pela presença das Forças Armadas.

Nessa época, a vida mareense – palavra inventada pelo jornal *O Cidadão da Maré* para trabalhar a identidade local – foi mais uma vez interrompida pelas Forças Armadas. Era difícil a circulação pela favela ou para fora dela, já que era grande o número de policiais e forças nacionais pelas entradas da favela. Tudo para dar lugar à diversão dos turistas e dos ricos que circulavam na cidade dita maravilhosa na época dos Jogos Pan-Americanos.

Em 2013, durante a Copa das Confederações, a Força Nacional, o Bope e a tropa de choque ocuparam as 16 favelas da Maré para a realização de mais um megaevento na cidade. E, enquanto toda a cidade estava em protestos nos bairros do centro do Rio, os moradores da Maré também tentaram ocupar a avenida Brasil e pedir o direito à vida, mas como protestar no espaço favelado é diferente, esses moradores foram impedidos pelas Forças Armadas. E, durante toda a madrugada, de 24 para 25 de junho, 13 pessoas foram assassinadas.

MEGAEVENTOS: A INVASÃO DO EXÉRCITO NA FAVELA DA MARÉ, EM 2014

O conjunto de favelas da Maré – por estar próximo às vias expressas, como Linha Vermelha, avenida Brasil, Linha Amarela, e do Aeroporto Internacional Tom Jobim – foi invadido pelo Exército durante a Copa do Mundo em 2014. Os moradores da Maré tiveram que conviver com tanques de guerra, soldados armados circulando nas ruas, além das revistas e tiroteios constantes, tudo isso por um ano e cinco meses.

De acordo com dados revelados no *Diário Oficial da União*, com a publicação de uma medida provisória (número 642), assinada pela presidente Dilma Rousseff, “a mobilização de cerca de 2.500 militares (incluindo 200 PMs) teve um custo: cerca de R\$ 1,7 milhão por dia”. O que significa que o governo federal investiu um alto custo durante o período que o Exército esteve na Maré, mas foi todo um investimento para controle interno. A presença armada do Estado se fazia presente, alterando completamente a vida diária da favela. Enquanto toda a cidade se divertia com a Copa, na Maré ocorreram remoções, assassinatos, estupros, tiroteios, toque de recolher, abusos, invasões de casas. Foram muitas as violações de direitos humanos provocadas pelo Exército.

Os comunicadores comunitários relatavam diariamente tudo isso em seus jornais, sites e páginas do Facebook. Mostravam ainda a própria censura que eles mesmos vivenciaram durante o período que o Exército permaneceu na Maré. Foi um período de grande impacto na vida dos moradores locais, toda a favela sofre até hoje com os traumas, mesmo após a saída deles da favela.

O IMPACTO NA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: CENSURAS E AMEAÇAS AOS COMUNICADORES MAREENSES

O livro *Comunicação nos movimentos populares*, da escritora Cicilia Peruzzo, explica que a comunicação comunitária tem como histórico a defesa de uma identidade local, além de mobilização de um determinado grupo. Ela afirma ainda que a comunicação é e deve ser sim um direito humano, que cada vez mais deve ser garantido “para defesa e garantia de seus direitos, sendo assim, um agente de construção e de mobilização social”.

A Declaração Universal de Direitos Humanos estabelece, em seus artigos 27 e 29, que todos os homens têm o direito de participar livremente da vida da comunidade e que, por outro lado, têm deveres para com esta mesma comunidade, na qual é possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. E, em 1976, a Conferência das Nações Unidas deixou firmado que a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial da construção nacional.⁴

Ainda de acordo com Peruzzo,⁵ a mudança social não está mais fundamentada em um indivíduo apenas ou em um determinado grupo. Pelo contrário, é necessário que todos e de igual modo levantem suas bandeiras sociais, suas identidades, seus costumes, seus direitos, e que se respeitem.

Diante disso, é possível afirmar que na Maré existe uma prática de comunicação comunitária ligada a estas defesas: defesa da identidade local, mobilização e direitos humanos. O jornal *O Cidadão*, por exemplo, é um dos mais antigos meios de comunicação da Maré. Ele funciona há 18 anos em todo o conjunto e, por mais de 10 anos, circulou pelas ruas, escolas e associações de moradores, com 20 mil exemplares por mês. Esse meio é impresso, tem 24 páginas e é colorido.

Em suas páginas, sempre estiveram presentes editorias de cultura, educação, música, cidadania, esporte, charges, caças-palavras sobre a história da favela, perfis, memória e direitos humanos. A última editoria, a de direitos humanos, foi implementada no jornal depois de uma pesquisa feita pelas ruas da Maré. O questionário aplicado na época foi para saber qual a opinião dos moradores sobre a chegada do caveirão nas favelas cariocas, em 2008.

Nesse mesmo ano, ocorreu o assassinato de uma criança que morava na Baixa do Sapateiro, uma das mais antigas favelas do conjunto. Matheus tinha 7 anos e foi assassinado pela Polícia Militar na porta de casa. O jornal *O Cidadão* foi o responsável por denunciar, relatar, ajudar na perícia e tornar o caso público. A notícia ganhou rapidamente as manchetes dos jornais nacionais e internacionais, e logo chegou aos órgãos públicos de direitos humanos do estado.

Desde então, os temas de direitos humanos passaram a ser fixos no jornal. Não era mais possível ignorar esse assunto. A cada fato novo sobre segurança pública na Maré, a equipe do jornal *O Cidadão* estava presente, relatando, denunciando, colhendo os argumentos dos moradores e encaminhando aos órgãos responsáveis.

Essa atuação não foi diferente em 2014 durante a invasão do Exército. Os repórteres de *O Cidadão* relatavam as denúncias que chegavam aos sites e ao im-

4 PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*, p. 275.

5 *Ibid.*

presso. Era grande o número de casos. A comunicadora comunitária, na época coordenadora de *O Cidadão*, Thaís Cavalcante, contou que fazer comunicação naquela época foi algo bem delicado. “A comunicação que acontece dentro da favela é mais delicada do que a que temos em outros lugares. Além de jornalistas, somos moradores. O cuidado é redobrado e tudo nos envolve emocionalmente também”, completou.

Ainda de acordo com Thaís, quando a ocupação militar estava pelas ruas da favela da Maré, em 2014 e início de 2015, os comunicadores se sentiam limitados para circular pelas ruas e produzir matérias sobre temas ligados aos direitos humanos:

Nós nos sentíamos limitados para poder relatar e fotografar o que acontecia. Seja a respeito do Exército ou de um evento cultural cotidiano. Já recebi gritos de um militar sobre como falar ou dar bom dia. Mas não respondi. Ninguém é obrigado a ser educado com o opressor. Como comunicadora, sempre tive cuidado com o que fazia próximo a eles. Mas muitas vezes tive que me identificar, [responder] de que veículo eu era, qual o site, qual meu nome... etc.

Eliano Felix, jornalista e morador da Maré, outro comunicador comunitário e que pertencia ao jornal *O Cidadão* em 2014, disse que fazer comunicação comunitária durante a invasão do Exército na Maré foi uma realidade que nunca tinha vivido antes:

Estávamos aqui há décadas trabalhando com comunicação comunitária, daí chegou o Exército aqui e eles dizem o que a gente podia ou não falar. Quando eles removeram as 30 casas de uma comunidade aqui na Maré, eles proibiram a gente de tirar fotos. A gente não podia falar, não podia circular, não podíamos fazer nosso trabalho.

Outro meio comunitário que merece destaque é o *blog Maré Vive*, que existe na Maré desde 2014. O *Maré Vive* nasceu para ser um canal de denúncia dos moradores durante a invasão do Exército na Maré, e ele logo ficou conhecido por relatar cotidianamente casos de violações de direitos. Em abril de 2014, dia da invasão do Exército, da Força Nacional e da tropa de choque, uma rádio livre foi colocada no ar pelos mesmos comunicadores comunitários que organizaram a página de Facebook *Maré Vive*. Durante todo o dia, inúmeros comunicadores acompanharam a entrada do Exército, casos e mais casos eram denunciados ao vivo na página e na rádio livre.

Em menos de um mês, a página já era conhecida por um grande número de moradores, inúmeros seguidores passaram a enviar fotos, vídeos, relatos, de violações cometidas dia e noite pelo Exército. As denúncias aumentavam a cada vez que a página publicava uma notícia nova questionando a atuação do Exército na favela.

Tornar públicas as notícias era o foco da página *Maré Vive*, mas com o passar do tempo e a grande chegada de denúncias e reclamações feitas pelos moradores, os comunicadores que faziam parte da página naquele momento decidiram realizar um ato. Toda a favela foi convocada, mídias nacionais e internacionais divulgaram a chamada da manifestação que estava marcada para ocorrer na própria favela da Maré. Movimentos sociais e de outras favelas passaram a convidar a todos. No dia do ato, as ruas da favela, que já conviviam com tanques de guerra durante aquele período, passou a ter tanques e soldados impedindo os moradores de saírem de suas casas. Poucas pessoas conseguiram chegar até o local da manifestação.

O ato foi duramente reprimido, tiros de fuzil acertaram algumas pessoas, e durante a noite os moradores tiveram que conviver com bombas e tiros. Por causa da mobilização que o *Maré Vive* começou a promover na favela, os comunicadores passaram a sofrer perseguição e foram pressionados a acabarem com a página. Josinaldo Medeiros, outro comunicador comunitário, diz como foi esse processo. “Tivemos a página clonada, o que foi bem ruim. A gente já tinha criado uma relação boa e de confiança com os moradores. A página clonada causou uma confusão na cabeça das pessoas, e eu tenho certeza que quem clonou foi a polícia”, afirmou o comunicador sobre o episódio da página clonada.

Durante o dia a dia da favela, todos os celulares passaram a ser vetados pelos soldados. Eles proibiram os comunicadores e os moradores de tirarem fotos, de circularem e de divulgarem os acontecimentos. Alguns foram até levados para a delegacia por estarem exercendo a sua função de comunicadores. As pressões, a censura, a falta do direito à liberdade de expressão foi grande. Tudo só terminou em meados de 2015, quando o Exército saiu de todas as 16 favelas da Maré.

A CENSURA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM OUTRAS FAVELAS MILITARIZADAS

Em relatório produzido pelo Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, em 2015, intitulado “Militarização das favelas do Rio de Janeiro”, constam inúmeras denúncias de comunicadores ameaçados, revistados e afastados de seus locais de moradia e atuação. Nas favelas da Maré, do Alemão, Manguinhos, Jacarezinho, Santa Marta e em outras também invadidas pelas UPPs, o mesmo aconteceu e ainda ocorre.

No relatório do Fórum, um caso que aparece é do Naldinho Lourenço. Em outubro de 2014, o fotógrafo e morador do conjunto de favelas da Maré foi revisado pelo Exército e pela Polícia Federal e impedido de registrar uma operação na

Vila do João. Quase todas as fotos, feitas com o celular de Naldinho, foram apagadas pelas autoridades sem motivo aparente. O fotógrafo publicou tal abuso em sua página do Facebook, trazendo assim o questionamento sobre a censura praticada contra mídias de favelas após a entrada das UPPs.

De acordo com dados do relatório do Fórum, acontecimentos como o que ocorreu e ocorreu na Maré são vistos em outras favelas. O relato de uma jovem participante de um projeto e comunicadora comunitária, em Manguinhos, mostra isso:

Presenciei uma abordagem policial de um cidadão que passava em seu carro ouvindo música alta (*funk*). Um policial da UPP fez a abordagem, apontando fuzil e mandando parar. Do outro lado da rua, eu filmava essa abordagem. O policial viu e disse que eu não poderia filmar eles e que iria me levar para o DP (Distrito Policial). Pressão psicológica daqui e dali por parte da UPP. Ao final, terminaram anotando o nome de todos, o cidadão do carro e seu carona, mais eu que filmava, em um cadastro que desconheço. No meio desse caso, mais dois cidadãos chegaram e tentaram dialogar com o policial, e o mesmo disse que se pegar o motorista ouvindo música chula, e a pessoa que filmou fazendo isso outra vez, vão levar ambos para o DP.

Esses fatos não têm ocorrido por acaso, comunicadores têm sofrido censuras, ameaças, ou sendo expulsos do seu próprio local de moradia por denunciarem as violações de direitos. São notícias que as mídias comerciais não mostram, que a sociedade não sabe, que as organizações de direitos humanos não têm conhecimento.

CONCLUSÃO

Diante de todos esses relatos, casos, de todo esse histórico que as favelas cariocas vêm passando, principalmente nos últimos anos, preciso que a sociedade questione a forma que a vida favelada tem sobrevivido. É preciso que o Estado garanta direitos, e garantir direitos não é oferecer tanques, e sim assegurar educação, moradia, saúde, cultura. Não é retirar, com a militarização, cada direito já conquistado pelos próprios moradores das favelas cariocas nesses mais de 100 anos de muita resistência e construção diária de sobrevivência.

É grande a criminalização da pobreza, é crescente a militarização da vida, é cada dia maior a remoção das favelas. E a convivência obrigatória dos moradores de favelas com as Forças Armadas é cada dia mais insuportável, é prisão, corpos no chão, além das remoções, gritos, revistas e todos as outras formas violações de direitos que já foram colocados aqui neste artigo.

Nos últimos 10 anos, as favelas do Rio de Janeiro passaram por alterações no seu dia a dia. Fatos como a censura da comunicação, a proibição de festas nas

ruas, de transportes alternativos ou de qualquer outra prática da vida favelada cometidas pelas UPPs. Além das remoções forçadas que expulsaram mais de 77 mil pessoas de suas casas, episódios de censura passaram, em algumas favelas, a serem relatados pelos comunicadores comunitários. Não é por acaso que esses comunicadores passaram a ser ameaçados, questionados, revistados e procurados por policiais ou por soldados do Exército, como foi o caso vivenciado pelos comunicadores na favela da Maré durante a Copa do Mundo em 2014.

Ou seja, qual a garantia que o Estado dá a esses moradores de favelas? Inúmeras já foram removidas, outras estão militarizadas, os comunicadores censurados. O que será dos moradores de favelas daqui a alguns anos? Qual o caminho que a comunicação comunitária terá de seguir, já que o próprio país não garante o seu direito à liberdade de expressão? Ameaçar, censurar, destruir as mídias comunitárias parece ser um papel do Estado, que, numa prática racista em relação à favela, tenta fazer com que as suas próprias violações a ela não cheguem à sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MILITARIZAÇÃO das favelas do Rio de Janeiro. Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/5008/RELAT_RIO_FINAL_DO_PROJETO_MILITARIZA_O_DAS_FAVELAS.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2017.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINHEIRO, Laize Gabriela B. *O Ocupa Borel e a militarização da vida*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

VASCONCELLOS, Paulo. Megaeventos aceleram processo de gentrificação no Rio de Janeiro. *Carta Maior*, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Megaeventos-aceleram-processo-de-gentrificacao-no-Rio-de-Janeiro/38/33273>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

O Brasil foi palco de mudanças e transformações em 2016. A realização dos Jogos Olímpicos foi a concretização de um sonho com consequências complexas para muitos brasileiros. Na busca de historiar o processo que ocorreu no país – em especial na sede da Olimpíada e da Paralimpíada, o Rio de Janeiro –, a Fundação Casa de Rui Barbosa desenvolveu o projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, que tem como objetivos a preservação e produção de um conjunto documental, registrando, produzindo informações e análises sobre os eventos. Como fruto desse projeto, este primeiro volume traz reflexões dos pesquisadores Alexandre Barbalho, Bernardo Buarque, Carla Siqueira, Diana Bogado, Fabio Peres, Gilmar Mascarenhas, Gizele Martins, Jimmy Medeiros, João Manuel Santos, Luigi Bisso, Mario Chagas, Sandra Maria, Victor Melo, Viktor Chagas e Vivian Fonseca.

I